



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

VERÔNICA FERRAZ MACÊDO

A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DO CAPITAL E O TRABALHO NA
AGROINDÚSTRIA CAFEIEIRA DE BARRA DO CHOÇA –BA.



Cândido Portinari

São Cristóvão– SE
2009

VERÔNICA FERRAZ MACÊDO

A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DO CAPITAL E O TRABALHO NA
AGROINDÚSTRIA DE BARRA DO CHOÇA – BA.

Dissertação apresentada ao Núcleo de Pós-Graduação
em Geografia da Universidade Federal de Sergipe,
como requisito parcial para obtenção do título de
Mestre em Geografia sob a orientação do PROF. DR.
JOSÉ ELOÍZIO DA COSTA.

São Cristóvão – SE
2009

VERÔNICA FERRAZ MACÊDO

A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DO CAPITAL E O TRABALHO NA
AGROINDÚSTRIA DE BARRA DO CHOÇA – BA.

Dissertação apresentada ao Núcleo de Pós-Graduação
em Geografia da Universidade Federal de Sergipe,
como requisito parcial para obtenção do título de
Mestre em Geografia sob a orientação do PROFº DRº
JOSÉ ELOÍZIO DA COSTA.

Aprovado pela banca examinadora em: _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Eloízio da Costa
Universidade Federal de Sergipe – UFS
Orientador

Profa. Dra. Vânia Fonseca
Universidade tiradentes
Examinadora

Profa. Dra. Ana Viginia Costa de Menezes
Universidade Federal de Sergipe – UFS
Examinadora

***À minha família, especialmente,
minha mãe, por incentivar os
meus projetos e compreender os
meus anseios.***

AGRADECIMENTOS

A **Deus** por ter me sustentado na fé e ter me dado a graça de concluir mais uma etapa em minha vida profissional e realização pessoal. A Ele toda a honra e toda a graça!

Ao meu orientador, **Eloízio**, por ter disponibilizado a sua orientação e por tê-la realizado com tanta eficiência. Obrigada pelo acolhimento.

A minha querida amiga **Miriam Cléa** por ter me acompanhado, com carinho e disponibilidade em todas as etapas do mestrado. Seu apoio foi incondicional, sempre estava pronta para me ajudar, não importando a hora nem o momento. Suas contribuições foram para mim um aprendizado.

A **Íris** pela disponibilidade em me acompanhar nos trabalhos de campo. Sua contribuição foi imprescindível para a realização deste trabalho, você foi um grande companheiro.

A minha mãe, **Márcia**, que nunca desistiu de formar em mim um ser humano honesto e disponível. Obrigada mãinha por ter encaminhado e não ter desistido dos meus estudos.

A **Guta, Lila e Lú** pela força que me deram durante o mestrado. Vocês são a razão da minha vida e me inspiram a lutar sempre pelo melhor para todos nós. Que a minha vida seja inspiração para vocês.

A **Idene, Danilo, Bruno e Zai** (minha família em Aracaju), pelo amparo e carinho que tiveram comigo. Obrigada, meninos, pela força que me deram.

A **Tia Linda** pelo apoio e carinho com que corrigia minhas falhas gramaticais no ato da escrita. Tia, a senhora é muito importante para mim, obrigada por acreditar em minha capacidade.

A **Ricardo**, meu irmão, por estar sempre presente nos momentos difíceis.

A **Adriana David**, pelos dias de convivência do ir e vir a Aracaju para assistir as aulas. Por toda paciência que teve comigo e pelo carinho que dispensa a mim.

A **Sandra e Marinê**, minhas amigas de infância, que nunca se separaram de mim. Obrigada pelas saídas nas “sextas-feiras de lei” e pela força que me deram. Por ouvir minhas angústias e preocupações.

A **Geisa**, que me convidou para ir a Aracaju conhecer a Universidade Federal de Sergipe. Neste momento ela me apresentou a possibilidade de fazer o mestrado. Obrigada, **Gê**, por ter acreditado em mim.

A **Ana Emília** pelas palavras de força e coragem que sempre teve para mim. Com **Mila** a gente aprende que tudo é possível, ela sempre está disponível, pronta e disposta para qualquer coisa que seja para o crescimento do amigo. O mestrado serviu para nos aproximarmos e hoje compartilhamos as vidas de nossas filhas. Obrigada, **Mila**, por existir em minha vida.

A Faculdade Juvêncio Terra, nas pessoas de **Christiane** e **Eduardo** por acreditarem em minha capacidade. **Chris** você é uma pessoa muito importante para mim, pois sempre me mostra que eu posso e que tenho potencial. Todas as vezes que desacreditei nisto você me fez rever os meus conceitos.

A **Meirinha**, por ter feito uma banca em meu projeto. Já fui para a entrevista preparada graças a você e Miri. Danadinhas.... Obrigada, **Meire**, pelo carinho e confiança!

A **Fabiola e Nilzabete** (diretoras do GINÁSIO DA URBIS VI) pelo apoio e compreensão. Deus abençoe vocês.

Aos **donos das fazendas** (Marinalva, César Nery, Nicanor e Ademir) por terem disponibilizado estes espaços para realização desta pesquisa.

A **Jackson** por ter disponibilizado informações importantes para o enriquecimento deste trabalho.

A **Célio** por ter conseguido, com tanta gentileza, as fazendas para que eu pudesse realizar meu trabalho de campo.

A **Naldinho** por disponibilizar seu talento para que meu trabalho fosse concretizado.

A **Ione e Genilda** pelas orações que foram feitas ao longo do curso para o meu fortalecimento espiritual.

A **Cristiane** (minha aluna de biblioteconomia) por ter prestado seu serviço com eficiência e muita disponibilidade. **Cris**, o seu bom humor me encanta.

A **Dona Helena** pelo acolhimento em sua casa.

Aos **professores** do curso de mestrado da Universidade Federal de Sergipe, pela contribuição teórica. Foi um amadurecimento esplêndido.

Ao **meus colegas** de curso, pela simpatia. Obrigada por proporcionarem um ambiente amistoso em sala de aula.

A **Fernanda**, pelo carinho e amizade que sempre dispensou a mim.

A **Caio Mendes** pela disponibilidade em contribuir no processo de realização deste trabalho.

A **todos** que contribuíram para a realização deste trabalho.



Cândido Portinari

**“O trabalho não produz apenas mercadorias;
produz-se também a si mesmo e ao trabalhador
como uma mercadoria”
Karl Marx.**

RESUMO

A REESTRUTURAÇÃO DO CAPITAL E O TRABALHO NA AGROINDÚSTRIA CAFEEIRA DO MUNICÍPIO DE BARRA DO CHOÇA.

A presente pesquisa analisa a reestruturação produtiva do capital e a questão do trabalho na agroindústria cafeeira e seus rebatimentos no processo de produção do espaço agrário no município de Barra do Choça - BA. Para tanto, essa análise apresenta, num primeiro momento, uma revisão da literatura da Geografia Agrária para entender a inserção do capital no campo e seu processo de monopolização sobre o território. Esta abordagem é feita tendo como parâmetro analítico a territorialização da agricultura cafeeira nas escalas nacional, regional e municipal, do papel do Estado e da importância do processo de trabalho na configuração e produção do espaço agrário. Num segundo momento, são examinados os rebatimentos da reestruturação produtiva do capital na atividade cafeeira no município em tela. Destarte, foi analisada a questão da modernização da agricultura brasileira e as metamorfoses nas relações de trabalho e da produção no campo, de modo a revelar as contradições capital-trabalho na atividade cafeeira. Por último, é tratada a centralidade do trabalho na produção do espaço por entender que esta questão é fundamental para a compreensão da relação campo-cidade e das transformações sócio-espaciais no local de produção (unidade cafeeira) e de reprodução (espaço de moradia dos trabalhadores). Os resultados permitiram afirmar que a reestruturação produtiva do capital apesar de ter um forte vínculo com a atividade industrial, tem avançado e penetrado na agricultura, tanto no que se refere às relações de produção quanto nas relações de trabalho e que apresenta na forma precarizada. A atividade cafeeira no município de Barra do Choça confirma esta hipótese trabalhada. Este município viveu um período de grande dinamismo econômico e social em decorrência da cafeicultura, mas vários motivos provocaram uma crise que levou a decadência de muitos produtores, sobretudo, daqueles que não conseguiram se inserir na nova lógica produtiva. Entretanto, observa-se uma retomada desta atividade em outros moldes produtivos, mas com intensa precarização das condições e relações de trabalho e do enfraquecimento político dos trabalhadores do café, face a sua desorganização. Este cenário tem agravado ainda mais as condições de vida dos trabalhadores submetidos às urdiduras do capital. Por último, o exame dos rebatimentos sócio-espaciais mostrou as vinculações do trabalho cafeeiro com a relação cidade-campo e ainda com a produção do espaço na unidade cafeeira e no local de moradia dos trabalhadores. Diante disso, o espaço do trabalho e da moradia, expressa a precariedade nas relações de trabalho e produção e denunciam a imperatividade dos interesses do capital. Metodologicamente, a pesquisa foi desenvolvida também por trabalho de campo com a realização de visitas em unidades de produção cafeeira do município, realização de entrevistas semi-estruturadas com alguns atores sociais ligados ao segmento cafeeiro, tanto as personificações do capital, como também trabalhadores. Também foram aplicados questionários com amostragem aleatória.

Palavras-chave: Território, Reestruturação Produtiva, Trabalho, Agroindústria.

ABSTRACT

THE PRODUCTIVE RESTRUCTURING OF CAPITAL AND THE LABOR AT COFFEE AGROINDUSTRY IN BARRA DO CHOÇA TOWN.

This current research analyze the productive restructuring of capital and the labor issue in coffee agroindustry and their outcomes in the process of agrarian area output in Barra do Choça town, BA. Therefore, this analysis presents foremost a review of Agrarian Geographical literature for understanding the insertion of capital in the countryside and its process of monopolization upon territory. This approach is done from analytical perspectives, which are the coffee agriculture territorialization in national, regional and municipal scales, government functions and the importance of the labor process in the configuration and production from agrarian area. Afterwards, are examined the outcomes of the productive restructuring of capital into coffee activity in the town analyzed. Thus, Brazilian agriculture modernization, metamorphosis into relations of work and countryside productions were the issues analyzed, this way is revealed contradictions as capital-labor in the coffee activity. Lastly, the assignment main point is shown into spatial production since this matter is fundamental for comprehension of linkage city-countryside and the social-spatial transformations in the production site (coffee unit) and the reproduction (laborers spatial residences). The results allowed the asserting that the productive restructuring of capital in spite of having a firm linkage with industrial activity, has been upgrading and being insert into agriculture, even in concern production relations or relations in work and which is presented into a shaky way. The coffee activity at Barra do Choça town assures this hypothesis worked on. This town had passed through a major economic and social dynamism by the means of coffee growing, but many reasons provoked a crisis which took to a decadency of many producers, mainly, those who were not able to be filled in into a new productive logical. Nevertheless, is noticed a retake of this activity under another productive molds, but with huge shaky relations and conditions of labor and the laborers politics languishing of coffee, in front of disorganization. This scenario has been deepening even more the conditions of life from the laborers that got the capital's harming. Lastly, the examination of social-spatial outcomes has shown linkages of coffee works with countryside-city relation and still with production of space into a coffee unit and in the laborers spatial residences. In face of it, the space of work and home, express the precariousness onto labor, production relations and denounce the instancy of capital concerns. Methodologically the research also was developed by a field work with interviews in coffee productions units onto town, interviews semi-structured with some laborers linked with coffee segment, as much capital personification, as laborers too. Also were applied random sampling questionnaires.

Key-words: Territory, Productive Restructuring, Labor, Agroindustry.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1	Municípios de Barra do Choça e Vitória da Conquista – BA.....	19
Mapa 2	Localização das fazendas pesquisadas.....	21
Mapa 3	Municípios produtores de café na Microrregião do Planalto de Conquista – BA.....	39
Mapa 4	Localização do município de Barra do Choça - BA.....	54
Mapa 5	Mapa pedológico do município de Barra do Choça – BA.....	55
Mapa 6	Mapa hidrográfico do município de Barra do Choça - BA.....	56

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Produção de café em municípios do Sudoeste da Bahia, 2006.....	47
Tabela 2	Crescimento populacional de Barra do Choça (1970-2000).....	50

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Existência de tratores nas propriedades rurais do município de Barra do Choça – BA, 2004.....	76
Gráfico 2	Uso de produtos químicos e orgânicos em propriedades rurais do município de Barra do Choça - BA, 2004.....	83
Gráfico 3	Tipo de matéria orgânica que é utilizada na lavoura cafeeira de Barra do Choça (em%), 2004.....	83
Gráfico 4	Equipamentos de segurança utilizados no trabalho para proteção pessoal dos trabalhadores entrevistados em fazendas de café no município de Barra do Choça – BA, 2008.....	89
Gráfico 5	Participação em sindicatos dos trabalhadores entrevistados em fazendas de café no município de Barra do Choça- BA, 2008.....	93
Gráfico 6	Razões que justificam a não participação em sindicatos, dos trabalhadores entrevistados em fazendas de café, no município de Barra do Choça – BA, 2008.....	94

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1	Lavoura de café abandonada no município de Barra do Choça - BA..	44
Fotografia 2	Barragem de Água Fria II no município de Barra do Choça - BA.....	57
Fotografia 3	Despolpador de café da Fazenda Granja em 2008.....	78
Fotografia 4	Despolpador de café da Fazenda Granja em 2008.....	78
Fotografia 5	Processo de lavagem do café da Fazenda Granja em 2008.....	79
Fotografia 6	Estufa para pré-secagem do café da Fazenda Jaguar em 2008.....	79
Fotografia 7	Forno para secagem completa do café da Fazenda Jaguar em 2008....	80
Fotografia 8	Máquina de secagem do café da Fazenda Jaguar em 2008.....	80
Fotografia 9	Máquina de beneficiamento de café da Fazenda Jaguar em 2008.....	81
Fotografia 10	Máquina de beneficiamento de café da Fazenda Jaguar em 2008.....	81
Fotografia 11	Máquina de beneficiamento do café da Fazenda Jaguar em 2008.....	81
Fotografia 12	Café beneficiado na Fazenda Jaguar em 2008.....	82
Fotografia 13	Estrada de acesso às propriedades de café em Barra do Choça - BA..	84
Fotografia 14	Local onde são preparadas as refeições dos trabalhadores.....	87
Fotografia 15	Local onde são preparadas as refeições dos trabalhadores.....	87
Fotografia 16	Local onde os trabalhadores dormem.....	87
Fotografia 17	Local onde os trabalhadores dormem com rede elétrica exposta, colocando vidas em risco.....	87
Fotografia 18	Lavoura de café abandonada no município de Barra do Choça - BA, 2009.....	106
Fotografia 19	Lavoura de café em franca expansão no município de Barra do Choça - BA, 2009.....	106
Fotografia 20	Modelo de estufa de secagem do café em fazendas de grande porte em Barra do Choça - BA, 2009.....	111
Fotografia 21	Armazém do café em fazendas de grande porte em Barra do Choça - BA, 2009.....	111
Fotografia 22	Praça do Comércio - Barra do Choça - BA, 1970.....	113

Fotografia 23	Praça do Comércio - Barra do Choça - BA, 2009.....	113
Fotografia 24	Praça do Comércio - Barra do Choça - BA, 1960.....	113
Fotografia 25	Praça do Comércio - Barra do Choça - BA, 2009.....	113
Fotografia 26	Principal Feira Livre na cidade de Barra do Choça - BA, 1970.....	114
Fotografia 27	Principal Feira Livre na cidade de Barra do Choça – BA - CEASA Francisco Amorim, 2009.....	114
Fotografia 28	Estrutura da Empresa Superlar do ramo de alimentos – Barra do Choça - BA, 1980.....	115
Fotografia 29	Empresa Módulo Rural instalada na cidade de Barra do Choça – BA, 2009.....	115
Fotografias 30, 31 e 32	Evolução de equipamentos educacionais na cidade de Barra do Choça -BA, 2009.....	116
Fotografias 33 e 34	Loteamento Caminho das Árvores na cidade de Barra do Choça - BA, 2009.....	118
Fotografia 35	Residência próxima a roça de café na cidade de Barra do Choça - BA, 2009.....	119
Fotografias 36 e 37	Plantio de feijão e de mandioca em terrenos baldios na área urbana de Barra do Choça -BA, 2009.....	119

LISTA DE PAINÉIS FOTOGRÁFICOS

Painel Fotográfico 1 - Espaço interno e externo de alojamentos nas propriedades cafeeiras no município de Barra do Choça - BA, 2009.....	108
Painel Fotográfico 2 - O trabalho de colheita nas lavouras de café no município de Barra do Choça - BA, 2009.....	110
Painel Fotográfico 3 - Bairro residencial onde moram a maioria dos trabalhadores do café na cidade de Barra do Choça - BA, 2009.....	117

LISTA DE SIGLAS

AGRIN – Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Agroindústria do Nordeste
ASCCON – Associação dos Cafeicultores de Conquista
BIRD – Banco Internacional para a Construção e Desenvolvimento
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAIs – Complexos Agroindustriais
CIMI – Conselho Indígena Missionário
COOPMAC – Cooperativa Mista Agropecuária Conquistense
CPT – Comissão Pastoral da Terra
DAP – Declaração de Aptidão
EBDA – Empresa Baiana de Desenvolvimento Rural
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMBRATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EPI – Equipamento de Proteção Individual
FINAGRO – Programa de Apoio e Industrialização de Produtos de Origem Agropecuária
FINAME – Programa de Financiamento à Produção e Comercialização de Máquinas e Equipamentos
FMI – Fundo Monetário Internacional
FNE – Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste
FUNDEF – Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Professor
IBC – Instituto Brasileiro do Café
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PC do B – Partido Comunista do Brasil
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
POLAMAZÔNIA – Programa de Desenvolvimento da Amazônia
POLOCENTRO – Programa de Desenvolvimento das Áreas do Cerrado
POLONORDESTE – Programa de Desenvolvimento das Áreas Integradas do Nordeste
PRNA – Plano Nacional de Reforma Agrária
PROAGO – Programa de Desenvolvimento Agropecuário da Região Centro-Oeste
PROALCOOL – Programa Nacional do Alcool
PROCEDER – Programas de Desenvolvimento das Áreas Agrícolas do Cerrado
PRONAF – Plano Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONAGEM – Programa Nacional de Armazenagem
PROPEC – Programa Nacional de Desenvolvimento da Pecuária
PROTERRA – Programa de Distribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria das Regiões Norte e Nordeste
PROVAP – Programa de Valorização da Pequena Produção Rural
SEAGRI – Secretaria de Agricultura da Bahia
SEI – Superintendência de Estudos Sociais e Econômicos da Bahia
SEPLANTEC – Secretaria de Estudos do Planejamento e da Ciência e Tecnologia
SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
UDR – União Democrática Ruralista
UESB – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
ULTAB – União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil
UNEB – Universidade Estadual da Bahia

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	18
1 A IMPORTÂNCIA DA GEOGRAFIA AGRÁRIA: ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS.....	23
1.1 Breve análise da Geografia Agrária: perspectivas teóricas.....	23
1.2 Inserção do capital no campo e a monopolização do território.....	29
1.3 O papel do Estado na configuração do espaço agrário brasileiro.....	32
1.4 A territorialização da agroindústria no Nordeste brasileiro.....	35
1.5 A atividade cafeeira e a produção do espaço agrário no município de Barra do Choça – BA.....	40
1.5.1 A política cafeeira no Brasil.....	40
1.5.2 A atividade cafeeira na Bahia.....	46
1.5.3 A inserção da atividade cafeeira em Barra do Choça-BA e a formação do espaço agrário.....	49
1.5.3.1 O contexto do município.....	49
1.5.3.2 Características sócio-econômicas.....	50
1.5.3.3 Características fisiográficas.....	52
1.5.3.4 A introdução da atividade cafeeira em Barra do Choça-BA.....	58
2 A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DO CAPITAL E OS REBATIMENTOS NA AGROINDÚSTRIA CAFEEIRA.....	61
2.1 A reestruturação produtiva do capital.....	61
2.1.1 A questão da modernização: a ampliação material da reestruturação produtiva.....	66
2.2 A atividade cafeeira em Barra do Choça - BA: da crise à recuperação, na contramão dos trabalhadores do café.....	73
2.3 O processo de trabalho pós-colheita.....	77
2.4 As condições e relações de trabalho na agroindústria cafeeira.....	85
2.4.2 O enfrentamento dos trabalhadores no espaço agrário: a organização da luta dos trabalhadores no campo.....	89

3 OS REBATIMENTOS DO TRABALHO CAFEEIRO NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO.....	96
3.1 A centralidade do trabalho na produção do espaço	96
3.2 A relação campo-cidade.....	100
3.3 As transformações sócio-espaciais em Barra do Choça em decorrência da cafeicultura.....	104
3.3.1 O espaço da unidade cafeeira.....	106
3.3.2 O espaço da moradia (reprodução).....	112
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	121
BIBLIOGRAFIA.....	125
ANEXOS.....	132

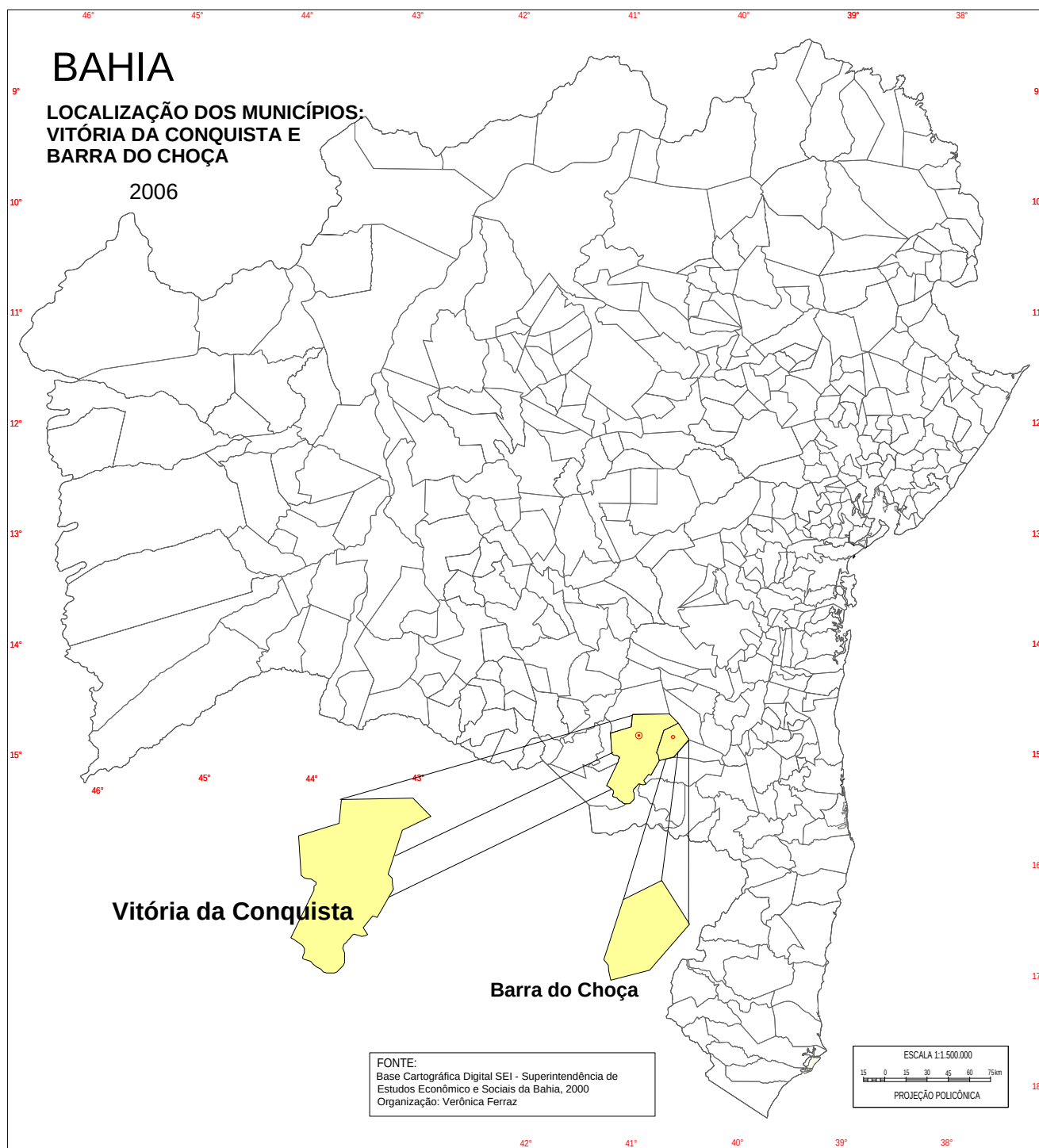
INTRODUÇÃO

Com a implantação da cultura cafeeira no município de Barra do Choça - BA ocorreram, ao longo dos anos, transformações importantes no espaço urbano e rural. Dentre elas destacam-se as mudanças na base fundiária do município, na sua dinâmica produtiva e demográfica, além de produzir modificações nas condições e relações de trabalho e produção.

É nesse conjunto de metamorfoses que reside a questão central desse estudo, que se traduz na análise dos rebatimentos da atividade cafeeira na produção do espaço no município de Barra do Choça, localizado no sudoeste baiano, como mostra o Mapa 1. Dessa questão decorrem outras como por exemplo, em que medida esta temática encontra ancoragem no arcabouço teórico da geografia? Qual o contexto de inserção da cafeicultura no município em tela? Quais as vinculações da implantação da cafeicultura no município com a política cafeeira do Brasil? Em que medida a reestruturação produtiva do capital produz alterações nas condições e relações de trabalho e produção na atividade cafeeira em Barra do Choça? Que transformações sócio-espaciais podem ser observadas no espaço de produção (unidade cafeeira) e no espaço de reprodução (local de moradia dos trabalhadores)?

Para responder a esses questionamentos e elucidar as categorias de análise inerentes a essa temática, a exemplo da produção do espaço, a reestruturação produtiva do capital, agricultura cafeeira, trabalho, entre outras, do ponto de vista metodológico, foram adotados procedimentos que permitiram captar o movimento das dimensões sociais, econômicas, políticas e culturais, embutidos na atividade cafeeira, a fim de transpor o racionalismo técnico que dominou a geografia teórico-quantitativa, fundamentada no positivismo lógico, em que se excluía as relações dos fenômenos sociais. Desse modo, foram utilizados como métodos de análise e interpretação o indutivo e o dialético, e como métodos de procedimentos, o histórico, o estatístico, o cartográfico e o classificatório. Parte-se, do princípio de que as quantidades não devem ser abolidas, mas devem servir de suporte para as análises.

Além da revisão bibliográfica foram utilizadas outras fontes de pesquisa como os periódicos geográficos nacionais, que registraram a trajetória das questões agrícolas no Brasil e na região Sudoeste da Bahia. Como decorrência, foi imprescindível a busca de dados em acervos bibliográficos, institutos de pesquisa, artigos, dissertações, teses, anais de encontros científicos, Internet etc.



Mapa 1: Municípios de Barra do Choça e Vitória da Conquista - BA.
Fonte: Base cartográfica digital SEI, 2000.

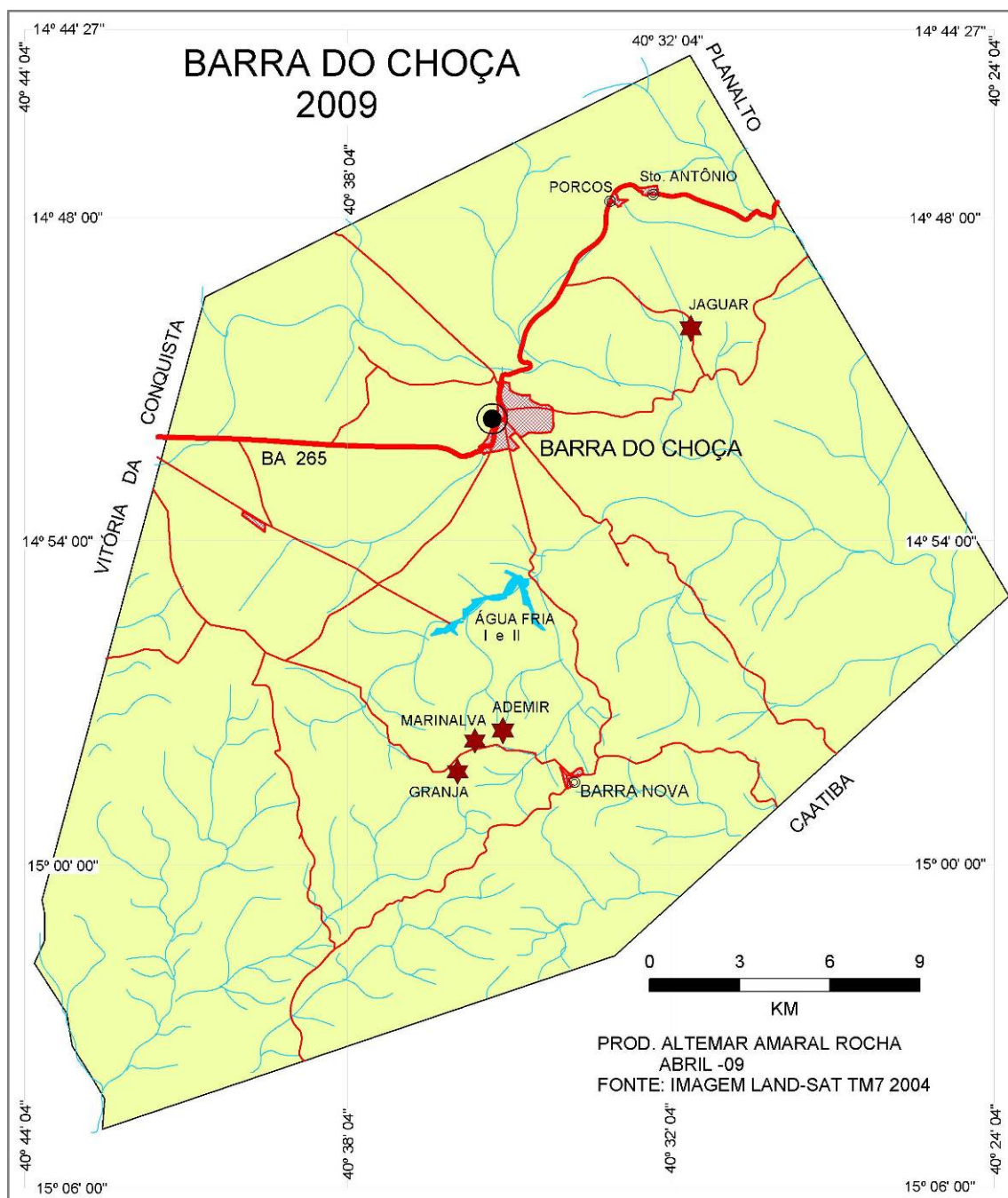
Ao considerar a insuficiência de informações sistematizadas sobre o tema em estudo, o trabalho de campo teve um peso fundamental. Assim foram coletadas informações em setores institucionais como Superintendência de Estudos Sociais e Econômicos da Bahia (SEI), Secretaria de Estudos do Planejamento e da Ciência e Tecnologia (SEPLANTEC), Instituto

Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Secretarias de Agricultura, Instituições financeiras, etc.; em setores ligados aos trabalhadores como Sindicatos; junto aos proprietários e trabalhadores, por meio de instrumentos de coleta de dados pré-formados como Grade de Observação Direta, Formulários, Roteiros de Entrevistas e outros. Outra estratégia adotada foram as visitas em fazendas de portes pequeno, médio e grande com o objetivo de se obter uma amostragem diversificada da realidade cafeeira. Foram coletadas informações nas fazendas: Jaguar, Ademir, Fazenda Marinalva e Granja no município de Barra do Choça -BA, conforme apresenta o Mapa 2.

As informações e dados sistematizados foram tabulados e categorizados em forma de gráficos e mapas que fundamentaram às análises apresentadas nos textos desta dissertação. Este processo permitiu o confronto entre a teoria e a prática, e, com isso, desvendar os rebatimentos da atividade cafeeira na produção do espaço no município de Barra do Choça - BA. Assim a presente dissertação está estruturada em três capítulos.

No primeiro capítulo, realiza-se, inicialmente, uma breve retrospectiva sobre a contribuição da Geografia Agrária para o entendimento da produção do espaço agrário brasileiro. Para se ter uma melhor compreensão desse tipo de produção, investigou-se a inserção do capital no campo e o processo de monopolização do território. Para tanto, buscou-se fundamentação em autores como: Oliveira (1977) que apresenta considerações importantes sobre o tratamento em conjunto das dimensões política e econômica nos estudos regionais; Prado Júnior (1979) que evidencia a produção da estrutura agrária no Brasil e no Nordeste. Examinou-se ainda as intervenções estatais na configuração do espaço agrário brasileiro por meio de programas e incentivos à agroindústria e, sobretudo, à agricultura familiar.

Posteriormente, como suporte aos estudos destas questões foi empreendida uma análise sobre a territorialização da agroindústria cafeeira, no Brasil, no Nordeste, na Bahia e em Barra do Choça. Para entender a inserção da atividade cafeeira em Barra do Choça, recorreu-se a aspectos ligados a sua formação territorial (com apontamentos históricos e fisiográficos) e a sua dinâmica econômica e social. Esses elementos ajudam a justificar a presença da produção cafeeira no município em questão.



Mapa 2: Localização das fazendas pesquisadas.
Fonte: Imagem Land-Sat, 2004

No segundo capítulo volta-se para a compreensão da reestruturação produtiva do capital, focando as alterações que esta estratégia do capitalismo provocou nas relações de trabalho e produção, viabilizadas pelo projeto de modernização da agricultura no Brasil. Aqui se utilizou como fundamentação, dentre outras, as contribuições de Thomaz Júnior (2002) que oferece suporte teórico tanto para o entendimento das relações entre a reestruturação produtiva do capital e a constituição de novos territórios, quanto para a compreensão da complexidade e precariedade do trabalho nos dias atuais. Destaca-se também a análise de Antunes (1995) que faz um estudo aprofundado sobre a crise capitalista e seus rebatimentos no mundo do trabalho. Ao relacionar esta discussão com a base empírica dessa pesquisa, procurou-se revelar as suas relações com as diferentes fases experimentadas pela atividade cafeeira, de modo a evidenciar o seu momento de apogeu, de crise e de recuperação e, nesse esforço, utilizou-se as contribuições de Dutra Neto (2004) que tratam do desenvolvimento regional e o agronegócio, e ainda sobre o desenvolvimento rural, tendo como base o município de Barra do Choça. São discutidas também as contradições capital X trabalho por meio da avaliação das condições infra-estruturais do trabalho na atividade cafeeira, das condições e relações de trabalho aí presentes, e do enfrentamento dos trabalhadores mediante as lutas e a participação em sindicatos e movimentos sociais.

No terceiro capítulo, com o intuito de firmar uma leitura geográfica do trabalho cafeeiro, são examinados os rebatimentos desse trabalho na produção do espaço. Diante disso, do ponto de vista teórico prioriza-se, por um lado, a discussão da centralidade do trabalho na produção do espaço, sobretudo, amparando-se nas idéias de Thomaz Júnior (2002) e Francesconi (2007) e, por outro, na discussão da relação campo cidade conforme abordagens de Rua (2003) e Baudel Wanderley (2001). Ao final, para evidenciar a totalidade social que envolve a atividade cafeeira e reforçar a imbricação da produção do espaço agrário e urbano, são desnudados o espaço da produção (na unidade cafeeira) e o espaço da reprodução (local de moradia).

As análises aqui apontadas, longe de esgotarem a discussão sobre os rebatimentos da atividade cafeeira na produção do espaço no município de Barra do Choça - BA, abrem novas possibilidades de investigação e, portanto, a novos debates.

1 A IMPORTÂNCIA DA GEOGRAFIA AGRÁRIA: ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

A análise da temática proposta neste estudo exige inicialmente a apresentação de suas vinculações com a ciência geográfica e, mais especificamente, com a Geografia Agrária de modo a evidenciar a sustentação teórica que permita a investigação do processo de produção e organização do espaço agrário brasileiro, especialmente do espaço nordestino.

Além dessa pretensão, é necessário ainda, retomar o processo histórico da inserção do capital no campo, sobretudo, por meio das ações estatais motivadas pela premência da modernização da agricultura e seus rebatimentos nas relações de trabalho e produção e na configuração do território.

Desse modo compreende-se que estas questões são cruciais para a avaliação do desenvolvimento da atividade cafeeira no município de Barra do Choça-BA e a constituição do espaço agrário e urbano.

1.1 Breve análise da Geografia Agrária: perspectivas teóricas

A Geografia Agrária enquanto sub-campo de estudo da Geografia é de data bem recente. E essa sistematização acompanha a própria evolução do pensamento geográfico e nele a influência de cada corrente foi determinante.

A Geografia Agrária se desenvolveu, no Brasil, seguindo um percurso de influências oferecidas pela nova orientação da agricultura e pelas mudanças paradigmáticas. Segundo Oliveira (2003, p.40) para se compreender a Geografia Agrária brasileira, é necessário que se tenha antes, uma compreensão do desenvolvimento pelo qual o capitalismo tem passado em âmbito mundial.

Neste contexto, o estudo geográfico da agricultura foi realizado ao longo do tempo por diferentes enfoques, partindo das reflexões e do modo de pensar do momento. Desta maneira, inicialmente, a Geografia Agrária foi desenvolvida como parte da Geografia Econômica, e os estudos econômicos em Geografia tinham, na agricultura, seu foco principal. Na realidade era dada pouca importância às questões sociais envolvidas na agricultura.

Diante disso, pensa-se que a denominação Geografia Agrária não era adequada porque ela priorizava conteúdos voltados para a análise da produção agrícola e da distribuição dos cultivos, sendo o produto agrícola considerado o principal elemento da paisagem. Assim, diferentes pontos de vista surgiram sobre este subcampo da Geografia. De acordo com os estudos sobre o “agro” no Brasil surgiram denominações como agrária, agrícola, rural, da agricultura, buscando sempre uma definição mais adequada, na tentativa de aproximar de seu objeto.

As primeiras contribuições relativas à definição e ao objeto da Geografia Agrária surgem na década de 1950 e são marcadas por geógrafos estrangeiros de renome, como: Léo Waibel, Elio Migliorini, Daniel Faucher e Pierre George que segundo Ferreira (2001, p.43), são autores que discutiram o objeto e a definição da Geografia Agrária.

Na década de 1950 a Geografia Agrária sofreu influência de geógrafos quantitativistas, que relacionavam este ramo da Geografia apenas com a descrição e distribuição dos eventos agrícolas, e davam prioridade à distribuição dos fatos agrícolas que ocorriam no mundo, preocupando-se apenas com a análise estatística e quantitativa desta atividade. Apesar de estes autores só terem vistas à produção e relegarem a segundo plano as relações de trabalho existentes neste campo, não se pode negar o legado e a contribuição deixados por eles. Sobre esta questão Ferreira aponta que:

Os trabalhos geográficos sobre a agricultura até a década de 1950 podem ser enquadrados em três categorias de análise: estudos econômicos, referentes à avaliação da produção e da comercialização de produtos agrícolas, examinados sob a forma de dados estatísticos; estudos ecológico-físicos nos quais há análise do conhecimento físico; estudos sobre as formas espaciais da agricultura, ou melhor, da paisagem, como resultado da ação humana (FERREIRA, 2001, p.47).

Isto marca o entendimento do que foi a Geografia Agrária na década de 1950. Seus teóricos estavam preocupados em estudar a atividade agrícola na paisagem com base nos conhecimentos naturais e nos sistemas econômicos.

Para o período seguinte, não ocorreram grandes mudanças em relação às formas de análise da Geografia Agrária. Apareceram trabalhos, no Brasil, que tentaram definir seu campo de estudo, mas reforçavam as propostas anteriores. Ainda sob a influência francesa, Orlando Valverde (1964, p.431) discutia o que é a Geografia Agrária, na medida que, para ele, não basta ao geógrafo a mera descrição dos fenômenos espaciais, mas ir além, procurando explicar a função que cada um dos elementos desempenha na atividade agrícola. Este autor

refere-se à Geografia Agrícola porque entende que a expressão agrária possui um sentido muito amplo.

No início da década de 1960, já se discutia a influência da economia política, fazendo uso de termos como relações de produção, modo de produção, e formas de economia etc. Partindo deste fato admite-se que Valverde (1964, 1980) difere dos outros autores na interpretação do meio agrário, pois em sua perspectiva, o fundamental da agricultura capitalista estaria na comercialização. Ele já admitia interpretações históricas para buscar as causas do desaparecimento ou surgimento de culturas agrícolas na superfície terrestre.

Na década de 1970, grandes mudanças ocorreram e elas revelaram um “novo” objeto de estudo. O campo passou a produzir de forma diferente devido ao processo de modernização da agricultura. As relações de trabalho também passaram por transformações, sob o domínio do trabalho volante e temporário. Paralelo a esse processo, surgia também a indústria para a agricultura, com forte reatamento nas inovações mecânicas e na inserção da qualificação do setor.

Neste contexto, surgiam transformações também no ambiente acadêmico em decorrência das mudanças metodológicas. Portanto, a preocupação dos autores, neste período, estaria em determinar qual o campo e a metodologia que melhor se adaptavam aos estudos agrários. Nesta perspectiva, a Geografia Agrária já era enquadrada como parte da Geografia Humana. Percebe-se com isso, a valorização de elementos de características sociais e econômicas, surgindo uma mudança no conteúdo dos estudos da Geografia Agrária. Assim surge, nesta década, uma preocupação social nos trabalhos geográficos. A paisagem e a região perderam, relativamente, a sua referência. Uma visão crítica, neste momento, foi empreendida e isto provocou mudanças em toda a análise da Geografia Agrária. Neste turbilhão de metamorfoses Alexandre Diniz (1984) alerta para a necessidade de renovação da Geografia, propondo que os fenômenos geográficos fossem analisados sob novas concepções, evitando riscos da mera descrição dos fenômenos ou de uma abordagem essencialmente não geográfica.

Na década de 1980, a discussão teórica a respeito da definição da Geografia Agrária foi ultrapassada pelo movimento de renovação paradigmática da Geografia e foi estabelecida uma nova ótica no pensar o “agro”. Neste período surgem teóricos que fazem reflexões sobre a sociedade ou a problemática agrária do país sob a perspectiva histórica. Segundo Ferreira (2001, p.58) nesta época, o objeto, a metodologia, o conteúdo deixam de ser a preocupação. A organização da atividade agrícola passa a ser o elemento de análise, não está limitada aos estudos da paisagem e da distribuição, mas, à forma de produzir, dominada pelo sistema

capitalista. Neste período Diniz (1984) expressa novamente sua preocupação com os conceitos e oferece uma contribuição bastante clara quanto à definição e à conceituação dos estudos sobre a agricultura.

Nessa discussão acerca da Geografia Agrária faz-se necessário um resumo retrospectivo. No período da Geografia Pré-clássica, existia uma hegemonia agrícola, os estudos que envolviam este tema eram não-geográficos e não existia um método científico. Foi a partir de 1934 a meados dos anos de 1950, que surgiu a Geografia Agrária Clássica, apresentando um método científico sob influência francesa, pautado na descrição, interpretação e síntese. Aparece também, neste momento, a valorização do trabalho de campo. O contexto histórico retrata o início da industrialização e urbanização. Não se pode correr o risco de dizer que a Geografia Agrária neste período sofreu a influência generalizada do que atualmente é denominada de Geografia Cultural, simplesmente porque as questões dos fenômenos econômicos ainda estavam presentes nos estudos do espaço agrário.

Em meados dos anos de 1960 a meados dos anos de 1970, evidencia-se a Geografia Agrária quantitativa, que apresenta um enfoque classificatório, com a utilização de métodos estatísticos e matemáticos. Este período vivenciou características sócio-econômicas, pautadas no desenvolvimento urbano-industrial, e na introdução do processo de modernização da agricultura e teve como temática principal a caracterização social, funcional e econômica da agricultura, partindo do uso da terra e da organização agrária, com base em estudos classificatórios.

Foi somente no período de 1975 a 1995 que surgiu a Geografia Agrária social, marcada pela interação e ação do homem sobre o espaço. Ela possui um enfoque pragmático, realizando a análise da agricultura no contexto do desenvolvimento rural. Este momento possui como características sócio-econômicas o êxodo rural, a modernização e industrialização da agricultura. A Geografia Agrária social traz como temas a transformação do espaço rural, a modernização da agricultura, as relações de trabalho, a produção familiar, a agroindústria etc.

Desse modo, percebe-se que a Geografia Agrária passou, nessa trajetória, pelos mesmos questionamentos impostos ao pensamento geográfico. Apesar de muitos avanços, atualmente, uma série de indagações perdura em torno dela, quando se observa ainda uma inquietação dos autores quanto ao caminho que a Geografia Agrária brasileira deve seguir, e pelo descontentamento com o que foi produzido até o momento.

Partindo do pressuposto de que a ciência não produz uma verdade absoluta e o espaço é dinâmico, resta à Geografia Agrária acompanhar as transformações científicas e sociais. É

necessário que as inquietações perdurem, porque é partindo delas, que a ciência produz o conhecimento.

Observa-se que a Geografia Agrária possui várias tendências analíticas e abordagens teórico-metodológicas. Contudo, as bases adotadas para investigar o tema são aquelas que tentam distanciar do quantitativismo, por si, sem desprezar a importância da descrição sistemática. Portanto, este estudo segue uma tendência que é a de analisar as relações de trabalho travadas no campo, o modo de produção existente nele, e os rebatimentos sócio-espaciais advindos destas novas relações que têm sido impressas pelo sistema capitalista, fazendo uma mesclagem da contribuição da Geografia Agrária Clássica com a abordagem da Geografia das relações capitalistas de produção, face ao aspecto atrativo das contradições do campo.

Adverte-se ainda que para análise da produção sócio-espacial aqui pretendida, será considerado o contexto geral da produção capitalista e, portanto, serão apreciadas diferentes dimensões de análise, a da dominação política, da acumulação capitalista e da realização da vida humana. Pois, as relações que são estabelecidas entre estas dimensões se materializam na produção sócio-espacial, que, para Lefèbvre (2001) são possíveis de serem “vistas, percebidas, sentidas e vividas”. É assim que a noção de espaço extrapola a idéia da localização das coisas, o espaço é condição, meio e produto da realização da sociedade humana em toda a sua multiplicidade. Essa noção procura então o conteúdo social da reprodução da sociedade revelado pelas “práticas sócio-espaciais”.

A concepção social do espaço é de extrema importância para a compreensão da produção do espaço agrário em tela e, por isso, verte-se um pouco mais sobre isso.

Ao fazer uma análise marxista do espaço, Lefèbvre (2001) defendia a idéia de que:

[...] o espaço entendido como espaço social, vivido, em estreita correlação com a prática social não deve ser visto como espaço absoluto, “vazio e puro, lugar por excelência dos números e das proporções”, nem como um produto da sociedade, “ponto de reunião dos objetos produzidos, o conjunto das coisas que ocupam e de seus subconjuntos, efetuado, objetivado, portanto funcional”. O espaço não é nem o ponto de partida (espaço absoluto), nem o ponto de chegada (espaço como produto social) (LEFÈBVRE, 2001, p.29-30).

Por assim entender, o espaço é compreendido como o lugar onde as reproduções das relações sociais de produção acontecem e se materializam (re)desenhando as formas espaciais. Como dito anteriormente, este lugar não é apenas o da localização, mas a própria sociedade numa de suas dimensões.

Neste contexto, o espaço passa a ser concebido também como uma totalidade,¹ uma vez que a natureza e a sociedade se reproduzem historicamente através de um movimento interdependente e dialético, ou seja, por intermédio do trabalho produtivo, o homem historiciza a natureza e naturaliza a si próprio gerando assim, a natureza socializada una, a realidade objetiva una. Logo, a noção de espaço como totalidade se impõe. Santos (1996) considera que a sociedade e o espaço não podem ser tratados separadamente.

Santos (1980) sugere que o espaço deve ser considerado como um fato social, um produto da ação humana, uma natureza socializada, pois é através do seu trabalho de cunho produtivo e social que o homem, como sujeito da história, vai construindo o espaço.

Para Moreira (1993), o espaço constitui instância fundamental da produção social, identifica-se com o espaço totalizante da formação econômico-social, o que significa que a estrutura espacial e sua dinâmica subordina e, ao mesmo tempo, está subordinada pela formação econômico-social. Percebe-se então que ambas se interligam dialeticamente, pois conforme Moreira,

A formação econômico-social organiza a formação espacial em si organizando, estrutura a formação espacial em si estruturando, origina a formação espacial em si originando, transfere suas leis de organização e movimento, isto ocorre também no sentido inverso, o da formação espacial para a formação econômico-social (MOREIRA, 1988, p.46).

Ao se remeter à produção do espaço agrário, têm-se as contribuições de Andrade (1980) que, ao estudar amplamente a produção do espaço agrário brasileiro e, mais especificamente, o nordestino, conclui que “os problemas agrários no Nordeste tiveram forte influência da implantação da agricultura de mercado que institui a prática da monocultura nos latifúndios, a produção das mercadorias, a degradação ambiental e a pauperização dos trabalhadores” (ANDRADE, 1980, p. 105).

São as contribuições teóricas aqui evidenciadas que orientarão as análises dos rebatimentos da atividade cafeeira na produção do espaço agrário no município de Barra do Choça - BA.

¹Segundo SANTOS (1980), o espaço deve ser concebido como uma totalidade, embora a prática de análise exija que se encontre a possibilidade de dividi-lo em partes, pois a análise é uma forma de fragmentar o todo que permite ao seu término, a reconstituição desse todo. Não se trata assim de uma compartimentação positivista.

1.2 Inserção do capital no campo e a monopolização do território

A inserção do capital no campo brasileiro se processou a partir da década de 1950 quando houve importações dos meios de produção mais modernos. Porém, foi somente na década de 1960 que este processo acontece concretamente, com a implantação de um setor industrial com vistas à produção de equipamentos e insumos para a agricultura, deixando-a cada vez mais subordinada às regras de produção ditadas pela indústria.

A expansão do capital no campo dificultou e continua dificultando, mais ainda, as relações de produção com base na agricultura familiar, que tem sentido dificuldades de realizar inovações devido aos altos custos dos insumos e implementos e devido a dificuldade de obtenção de subsídios financeiros. Portanto, pode-se afirmar que a modernização não alcançou todos os atores sociais produtivos na agricultura. Então, foi subjugando o agricultor e fortalecendo a renda da terra que o capital passou a apropriar o excedente do trabalho no campo. Thomaz Júnior enfoca que:

A modernização da agricultura (modernização conservadora) é entendida como a adoção de novas técnicas e tecnologias no processo produtivo propiciando significativas alterações na estrutura fundiária. No Brasil, particularmente, houve um reforço da concentração de terras, mediante a expulsão forçada de milhares de famílias de pequenos produtores rurais que seguiram em direção às cidades, sendo que os territórios deixados foram apropriados pelos grandes empresários rurais – novos ricos – que passam a reordenar o espaço econômico e político, intensificando as desigualdades sociais (THOMAZ JÚNIOR, 2002, p. 11-12).

A inserção do capital no campo, por meio de tecnificação, deu origem ao agricultor capitalista e, dialeticamente, empobreceu o agricultor familiar descapitalizado, pois as relações “pré-capitalistas” ficaram reduzidas pela dificuldade de inovação e pela expansão capitalista no campo. Atualmente, a grande propriedade tecnificada prevalece e a pequena unidade é diversificada tanto pela existência de agricultores familiares integrados, quanto pelos excluídos desse processo de tecnificação, reproduzindo uma atividade onde a formamercadoria não é determinante.

Apesar de o agricultor familiar está vivenciando uma situação de precariedade, e mesmo com a desterritorialização, a agricultura familiar ainda ocupa a maior parte dos trabalhadores rurais. Isto significa que mesmo frente à subordinação do capital, muitos persistem e trabalham para sobreviver se mantendo na terra, pois a eles não restam alternativa.

Toda esta situação em que a agricultura se encontra inserida, atualmente, atribui-se a formação dos complexos agroindustriais que se originaram com a inserção do capital no campo no período pós 1960. Isto provocou mudanças no processo produtivo e a relação entre a agricultura e a indústria foi intensificada a partir da década de 1970.

Nesta época, um setor passou a depender cada vez mais do outro. As agroindústrias se tornaram ainda mais exigentes e a agricultura intensificou sua dependência em relação a ela, passando a produzir nos moldes estabelecidos pelos complexos agroindustriais. Sobre isto Müller aponta que:

Com a interação indústria e agricultura no período de 1960-1980, deparamo-nos com empresas e grupos econômicos que influenciam poderosamente a dinâmica das atividades agrárias, com profundas repercussões em suas estruturas (MÜLLER, 1989, p.34).

A interação entre agricultura-indústria não aconteceu de forma que envolvesse todos os produtores de um modo geral. O fato de os complexos agroindustriais terem expandido a utilização de novas tecnologias, como o uso de informática, microeletrônica, biotecnologia etc. provocou a marginalização dos pequenos produtores. Assim, pode-se afirmar que o capital, por meio destes instrumentos, tem monopolizado o campo, pois os custos destas novas tecnologias são altos e inatingíveis pelo pequeno produtor. Delgado analisa outros efeitos dessa transformação:

O processo de modernização da agricultura provoca intensa diferenciação entre as regiões e exclusão de grupos sociais. É um fenômeno que não contribui para encurtar a distância existente entre o grande e o pequeno produtor no país, mas pelo contrário, contribui para aumentá-la (DELGADO, 1985, p. 52).

Conforme se vê, a exclusão dos produtores mais pobres opera sobretudo porque com a modernização a agricultura se tornou cara e de difícil acesso. Segundo Teixeira (2005), à medida que o campo se industrializa vai substituindo os insumos que eram produzidos na própria propriedade por outros produzidos por setores não-agrícolas. Desta maneira, a agricultura brasileira passa a dividir em clivagens sociais definidas, porque o processo de inserção do capital é altamente concentrador. Assim, Prado Júnior afirma que:

A parcela da humanidade que vive em função da agropecuária brasileira, nada tem de homogênea, e muito pelo contrário, se encontra profundamente diferenciada e classificada em setores largamente apartados, que são de um lado, uma pequena minoria de grandes proprietários que não atingem 10% da população rural (incluindo famílias, empregados), e do outro lado, a grande maioria dessa população que vive em péssimas condições (PRADO JÚNIOR, 1987, p.20).

Esta diferenciação que a monopolização do capital provocou não se deu somente entre produtores. Ela acirrou ainda mais as diferenças entre as regiões brasileiras, pois é inegável que a agricultura do Centro-Sul do país é bem mais tecnificada que nas demais regiões.

Então, é possível admitir três teses sobre o processo de modernização da agricultura por meio da inserção do capital no campo brasileiro: primeiro, ela não é homogênea, já que apresenta desigualdades regionais; segundo, o capital subordina a todos, especialmente no processo de exclusão do pequeno agricultor; e por último, a modernização contribui para manter e reforçar a concentração de terras historicamente presente na realidade agrária brasileira.

Contudo, avalia-se que a introdução do capital no campo atingiu o seu maior objetivo que é o aumento da produção e da produtividade, porém não se atentou para as conseqüências dos seus impactos que afetaram a sociedade e provocaram metamorfoses desastrosas no mundo do trabalho. Outro fato que fica patente com a penetração do capital no campo é a monopolização do território demonstrada, por meio da concentração de terras. Isto tem provocado críticas à estrutura fundiária do Brasil, que é seletiva e excludente.

A inserção do capital no campo tem suscitado a monopolização do espaço agrário e da riqueza produzida nele, dando origem ao agricultor capitalista e, contraditoriamente, empobrecendo e as vezes até proletarizando os atores da agricultura familiar. Com o monopólio capitalista do campo, prevalece a grande propriedade rural com técnicas inovadoras e modernas, o que precariza a situação sócio-econômica do pequeno agricultor, que mesmo passando por dificuldades para manter suas terras e obter delas uma renda mínima, não desiste. Pode-se assim dizer: alguns resistem com a produção voltada para subsistência, enfrentando a pobreza e a miséria em que o capital os relegam.

Portanto, pode-se afirmar que o pequeno agricultor no Brasil e principalmente no Nordeste, é símbolo de resistência e força, pois muitos ainda conseguem, mesmo precariamente, permanecer no campo e lutar contra as urdiduras do capital.

1.3 O papel do Estado na configuração do espaço agrário brasileiro

No contexto da modernização da agricultura, o papel do Estado foi o de criar políticas agrícolas, programas, incentivos fiscais com o objetivo de integrar a simbiose entre agricultura e indústria. Então, foi partindo desse processo que nos anos de 1960 foram criados os Complexos Agroindustriais (CAIs). A industrialização forneceu aos CAIs novos meios de produção e de processamento de produtos agrícolas, que passaram, também, a abastecer o mercado externo.

Para viabilizar este novo processo de produção, o Estado criou órgãos e programas com o intuito de atender às possíveis demandas advindas desta nova realidade da qual perpassava a agricultura. Em 1971 foram criadas a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER). Em algumas regiões foram implantados novos pólos, a fim de promover o desenvolvimento agrícola como o Programa de Desenvolvimento das áreas do Cerrado (POLOCENTRO), voltado para a expansão da cultura de grãos no cerrado do Brasil Central; o Programa de Desenvolvimento das Áreas Agrícolas do Cerrado (PROCEDER); e o Programa de Desenvolvimento Agropecuário da Região Centro Oeste (PROAGO). Dutra (2004).

Também foi criado o Programa de Desenvolvimento das Áreas Integradas do Nordeste (POLONORDESTE) que era responsável pelos investimentos na Zona da Mata Nordestina e no Sertão, que priorizavam os projetos de irrigação; o Programa de Distribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria das Regiões Norte e Nordeste (PROTERRA); o Programa de Desenvolvimento da Amazônia (POLAMAZONIA) para estabelecer pólos de desenvolvimento agro mineral e agropecuário na região amazônica. Dutra (2004).

O crédito rural instituído em 1966 foi uma das políticas estatais mais importantes para incentivar a modernização da agricultura com utilização de novas tecnologias que integraram o setor agrícola com a dinâmica da indústria. Conforme Teixeira:

O processo de modernização da agricultura instituído principalmente a partir da década de 1960 exigiu do Estado uma maior participação no processo produtivo através de incentivos governamentais. Era necessário integrar a agricultura no novo sistema liderado pela formação dos complexos agroindustriais (TEIXEIRA, 2005, p.35).

Ainda foi criado o Programa Nacional do Álcool (PROALCOOL); o Programa Nacional de Armazenagem (PRONAGEM); e o Programa Nacional de Desenvolvimento da Pecuária (PROPEC). É importante ressaltar que a maioria destes programas oferece subsídios às atividades rurais e se concentrou basicamente nas grandes propriedades, o que tornou a modernização da agricultura bastante seletiva e segundo Teixeira (2005, p.36) estes programas tiveram efeitos concentradores e excludentes.

Segundo Belik (2009, p. 1), até 1993 não existia políticas efetivas de apoio com recursos específicos para financiamento da agroindústria ou da agricultura familiar no Brasil. E na verdade pouco se discutia sobre o conceito de agricultura familiar, sendo o agricultor familiar considerado como mini-produtor, para efeito de enquadramento no manual de crédito rural. Isto fazia com que o produtor familiar disputasse o crédito com os demais produtores, sendo obrigado a seguir as mesmas rotinas e exigências dos bancos para obtenção de empréstimos, nos mesmos moldes concedidos para o grande produtor.

Na tentativa de superação deste problema, o Estado criou o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAP) em 1994, que operava, basicamente, com créditos concedidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), mas sem repercussão sobre o pequeno produtor. No ano seguinte este programa passou a se denominar Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) com o intuito de atender, de forma diferenciada, aos pequenos produtores rurais que desenvolvessem suas atividades mediante emprego direto de força de trabalho de base familiar. O objetivo deste programa era fortalecer as atividades desenvolvidas por tais produtores, de maneira que os integrassem efetivamente ao mercado capitalista, proporcionando o aumento de sua renda oferecendo melhorias das condições de vida tanto do produtor, quanto de sua família.

Com os recursos legais do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), foi criado o Cresce Nordeste. Um programa de financiamento que atenderia diversos setores, inclusive a agricultura familiar. Para o Nordeste, compunha também nesse período o Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Agroindústria do Nordeste (AGRIN), este programa objetivava fomentar a implantação, ampliação, modernização e realocização de unidades agroindustriais de médio e grande porte no Nordeste.

Ainda há o Programa de Apoio à Industrialização de Produtos de Origem Agropecuária (FINAGRO), que apóia a atividade agroindustrial, industrial e comercial mediante a concessão de financiamentos destinados à aquisição de insumos e matérias-primas de origem agropecuária. Outro é o Programa de Financiamento à Produção e Comercialização de Máquinas e equipamentos (FINAME).

Em 2004 foi criado o Agroamigo, um programa de micro crédito rural do Bando do Nordeste, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que visa à concessão de financiamento para a área rural. Este programa destina-se a agricultores familiares que já são enquadrados no PRONAF, e exploram parcela da terra na condição de proprietários, posseiros, arrendatários ou parceiros, e possuam renda bruta anual de até R\$5.000.00.

Observa-se que a atuação do Estado na configuração do espaço agrário brasileiro, nas últimas décadas tem se intensificado, por meios de programas que visam atender as demandas do processo produtivo da agroindústria e da agricultura familiar. Porém, apesar dos avanços, principalmente no que diz respeito a agricultura familiar, cabe algumas observações acerca de problemas que dificultam o acesso dos pequenos produtores aos créditos, principalmente no segmento do financiamento.

Um dos grandes problemas que dificultam o alcance destes programas está justamente na falta de agilidade do sistema bancário, especialmente, no atendimento aos agricultores familiares. Produtores alegam que os programas poderiam operar com maior eficiência se não fosse a morosidade no repasse dos créditos para a rede de agências, na análise das solicitações e nas demais exigências colocadas para a obtenção dos empréstimos, sendo um processo altamente burocrático.

No caso do PRONAF, por exemplo, existem fortes críticas que acusam os bancos de reterem os recursos deste programa como parte de uma estratégia puramente financeira, pois os créditos não aplicados no PRONAF permanecem em poder dos bancos e são aplicados, permitindo uma rentabilidade excepcional por um determinado período. Segundo Belik:

As principais barreiras colocadas pela burocracia são as malfadadas garantias exigidas dos potenciais tomadores de empréstimos. Foi constatado através de pesquisa que, em muitas localidades, o Banco do Brasil exige garantias reais como a hipoteca do imóvel, avalista, reciprocidade e outras determinações que excluem posseiros, assentados e outros produtores com menor capacidade financeira para participar do programa (BELIK, 2009, p.10).

O fornecimento da Declaração de Aptidão (DAP), também tem sido um problema para a liberação de créditos. Inicialmente era necessária apenas uma única assinatura na declaração que enquadrava a pessoa na categoria de agricultor familiar. Esta assinatura poderia vir tanto do Sindicato dos Trabalhadores, quanto do Sindicato Rural Patronal. O que possibilitava o risco de fraudes, além da cobrança de taxas pela emissão da declaração. Havia também a

possibilidade de a agroindústria conseguir por meio do sindicato a documentação necessária de forma que ela também pudesse tomar empréstimos.

Outro problema que dificulta a inserção do agricultor familiar nos programas do governo é a falta de agilidade no percurso dos recursos, que após sua liberação pelo Banco Central tem que chegar a cada agência do Banco do Brasil no interior. Por isso, vale ressaltar que nem sempre a disponibilidade de recursos coincide com o pretendido dentro do montante de capital disponível. Esta falta de agilidade também decorre da pouca autonomia dos agentes financeiros na liberação dos créditos e até pela falta de treinamento de pessoal das unidades bancárias para realizar tal operação. Portanto, podem passar meses desde o período da análise da solicitação do produtor até a liberação dos recursos.

Observa-se que até agora, os programas do governo de apoio ao crédito rural, tiveram uma pequena penetração frente ao universo dos produtores familiares a serem atingidos. Vê-se que os trâmites legais e o rigor bancário, necessários para a aquisição de financiamentos, excluem o produtor da agricultura familiar, que muitas vezes não tem condições de atender aos critérios utilizados para a concessão dos créditos rurais disponibilizados pelo Estado.

Por último é importante salientar dois fatores que contribuem para demonstrar claramente o papel do Estado na configuração do espaço agrário brasileiro: um é que mesmo frente às dificuldades de repasses dos recursos junto a agricultura familiar, muitos grandes proprietários têm tido acesso a somas consideráveis de capital; e, o outro, é que a dificuldade de acesso ao recurso é também uma forma de influenciar na concentração de terras e contribuir para a expulsão do homem do campo. Assim, o Estado encarna como principal protagonista na produção do espaço agrário, e seus desdobramentos repercutem nas relações de trabalho e nas relações sociais de produção.

1.4 A territorialização da agroindústria no Nordeste brasileiro

Quando se pensa em espaço territorial, logo vem a idéia prática de que ele se refere ao território nacional gerido pelo Estado. Ao analisar as concepções de vários autores, percebe-se que esta é uma visão limitada, pois a palavra território vai mais além, ela implica uma vivência de seres humanos neste espaço. Na verdade, existem nele aspectos políticos, culturais e sociais.

Desta forma pode-se afirmar que o território é o espaço das relações sociais. É nele que os seres humanos travam relações de poder. Raffestin (1993, p.20) atribui ao território o papel de substrato das relações sociais. Portanto, eles são construídos e desconstruídos dentro de uma escala temporal diferenciada. Segundo Souza:

Territórios são construídos e desconstruídos, dentro de escalas temporais as mais diferentes: séculos, décadas, anos, meses ou dias; territórios podem ter um caráter permanente, mas também podem ter uma existência periódica, cíclica (SOUZA, 1995, p.81).

Tendo como base estes pressupostos, pode-se afirmar que o Nordeste do Brasil foi a primeira região a ser territorializada e no processo de territorialidade da agricultura neste espaço, destacam-se, como motores de produção do espaço agrário nordestino, durante o período das economias colonial e primário exportadora, a agroindústria da cana-de-açúcar, o tabaco, o algodão e o cacau.

Em vários momentos estas atividades territorializaram-se, desterritorializaram-se e reterritorializaram-se. Este processo de construção e desconstrução do território agrário nordestino atribui-se a uma frágil política estatal, sobretudo para os pequenos agricultores, no que diz respeito à falta de incentivo à agricultura que não sustenta o setor agrícola em períodos de crises, advindas do próprio capitalismo e até mesmo por questões naturais como a seca e pragas, como aconteceu com o cacau com a vassoura de bruxa, que gerou forte crise setorial e social grave. Em função desses problemas muitos espaços foram desterritorializados, daí poder afirmar a tese da flexibilidade do território.

A territorialização da agroindústria no Nordeste viabilizou a formação de uma infraestrutura de estradas e portos nesta região. Este fato mostra que os limites territoriais estão em constantes mutações, uma vez que esta infra-estrutura cria uma rede de relações sócias que segundo Souza (1995) estas relações podem formar-se dissolver-se, constituir-se e dissipar-se de modo relativamente rápido.

A agroindústria do Nordeste nos mostra a flexibilidade que tem o território. O fato de esta região ter tido vários ciclos agroindustriais como cana-de-açúcar, tabaco, algodão e cacau deixa claro que o território pode ter uma existência regular, mas também periódica, para Souza (1995) apesar disso o substrato espacial permanece ou pode permanecer o mesmo.

Apesar de a agroindústria estar sendo muito citada como veículo de territorialidade no Nordeste, é necessário deixar claro que o território não é apenas o substrato material. Ele também é espaço social, pois há interação entre os homens e a agroindústria possibilita e

viabiliza estas relações sociais no espaço. Assim, pode-se afirmar que o território é uma realidade social que se apresenta em vários ângulos. Sobre esta questão Souza afirma que:

Sempre que houver homens em interação com o espaço, primeiramente transformando a natureza através do trabalho, e depois criando continuamente valor ao modificar e retrabalhar o espaço social, estar-se-á também diante de um território, e não só de um espaço econômico: é inconcebível que um espaço que tenha sido alvo de valorização pelo trabalho possa deixar de estar territorializado por alguém. Assim como o poder é onipresente nas relações sociais, o território está presente em toda espacialidade social – ao menos enquanto o homem estiver presente (SOUZA, 1995, p.96).

A citação de Souza vem confirmar que se não houver uma dinâmica social, não há diretamente um território. Ela também revela que este processo de territorialidade é viabilizado principalmente pelo trabalho humano e nas relações de trabalho existem a conflitualidade do poder, por isso o território é essencialmente um instrumento de exercício do poder. Assim Raffestin confirma que:

O território não poderia ser mais que o produto dos atores sociais. São eles que produzem o território, partindo da realidade inicial dada, que é o espaço. Há, portanto um “processo” do território, quando se manifestam todas as espécies de relação de poder (RAFFESTIN, 1993, p.7-8).

Contudo pode-se afirmar que a agroindústria é um ator provocador desta dinâmica social no território agrário nordestino, pois nele se travam relações de poder que envolvem os donos dos meios de produção, os trabalhadores e o próprio Estado quando define políticas agrícolas. Isto mostra que os territórios são construídos socialmente, pelo exercício do poder desempenhado por determinado grupo ou classe social. Assim, afirma-se que os CAIs dinamizam e consolidam os espaços de produção do Nordeste.

Atualmente a agroindústria canavieira ainda constitui um dos principais vetores da economia nordestina, ocupando uma extensa área litorânea dos estados do Rio Grande do Norte a Sergipe. A produção de caju também é de grande importância socioeconômica para a territorialização dessa atividade tradicional. O agronegócio do coco, nesta região também tem crescido substancialmente, colocando o Brasil como maior produtor de coco anão do mundo.

São também tradicionais no Nordeste as agroindústrias de fibras vegetais (algodão, malva e sisal) e de óleos vegetais (babaçu, dendê, mamona e outros). Algumas frutas do Vale do São Francisco, já formam segmentos de produção agrícola voltados para a agroindústria,

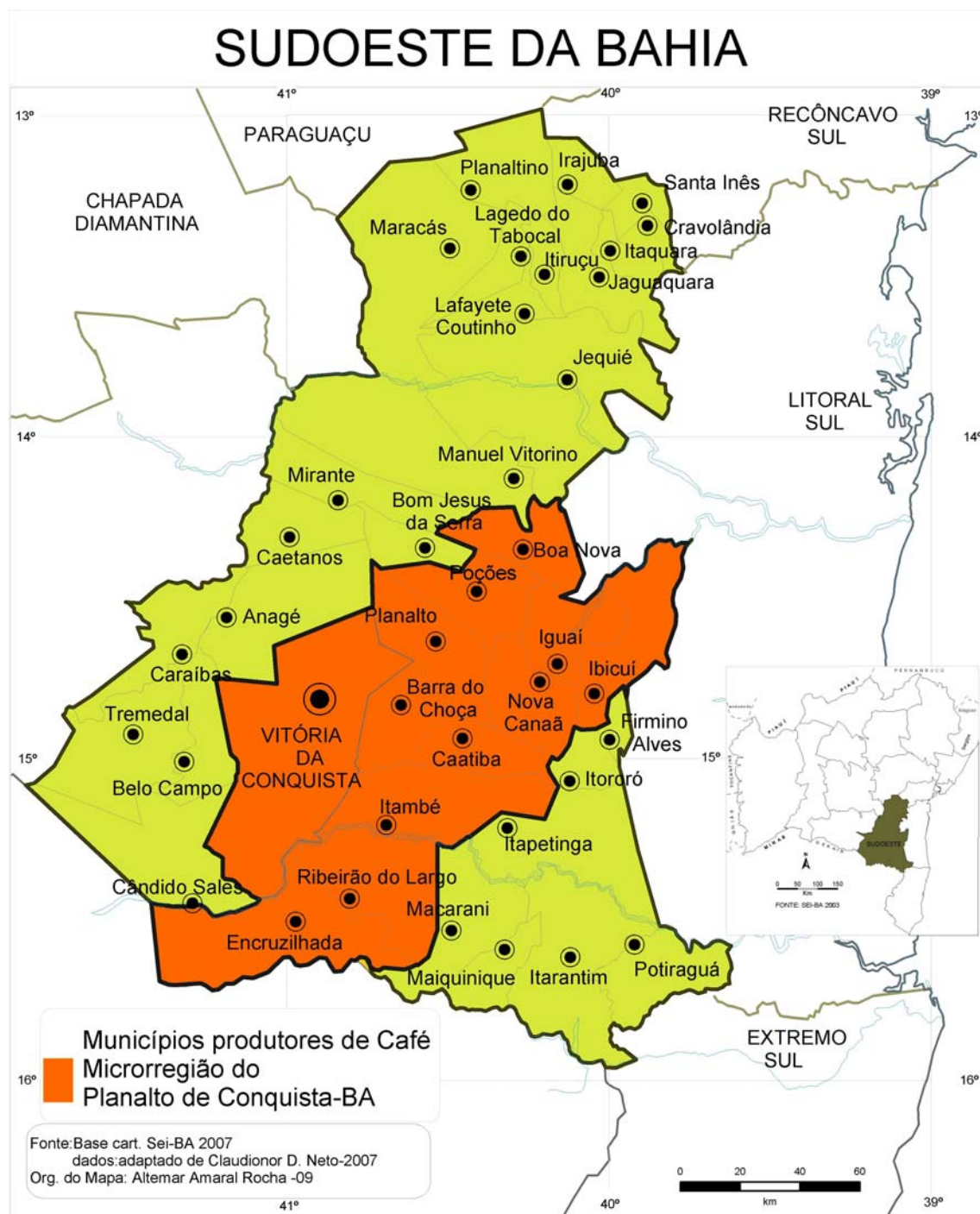
onde há unidades industriais de grande porte operando com excelentes níveis de eficiência tecnológica. Então, a territorialização da fruticultura, no Vale do São Francisco, no Nordeste, nos últimos anos tem experimentado um crescimento vertiginoso.

Estes grandes complexos agroindustriais territorializam-se no Nordeste devido a incentivos governamentais, sendo a irrigação fundamental para o desenvolvimento desta atividade. Porém, é importante deixar claro que estes benefícios não são oferecidos a todos. Desse modo, com dificuldade de conseguir crédito e sem condições de investir na produção agrícola irrigada, os pequenos proprietários acabam não participando desse crescimento no meio agrícola nordestino.

Quanto a territorialização do café no Nordeste, conforme Mapa 3, a produção do café se apresenta em maior quantidade no Sudoeste da Bahia e no Oeste deste mesmo Estado. Tem-se uma produção quase que insignificante no estado do Ceará que apresenta uma colheita de menos de quinhentas toneladas, bem como nos estados da Paraíba e Pernambuco. Resta, portanto, a Bahia como maior produtor de café do Nordeste.

O processo de territorialização da agroindústria do café no estado da Bahia, contou com a produção agrícola irrigada e com a forte presença da agroindústria da região Sul do país. Estas empresas se beneficiaram pelo baixo custo das terras, pela localização estratégica de escoamento da produção, pelas facilidades oferecidas na obtenção de créditos para investir na produção e pela isenção de impostos.

Diante das considerações esboçadas percebe-se que a reestruturação produtiva do capital, muito contribuiu para a territorialização da agroindústria no Nordeste, pois como consequência dela o agricultor tem superado problemas naturais como longos períodos de seca. Porém, apesar dos avanços que esta reestruturação propiciou à agroindústria, é lamentável o fato de que ela não é acessível ao pequeno produtor, excluindo-o, do processo de produção agrícola.



Mapa 3: Municípios produtores de café na Microrregião do Planalto de Conquista – BA.
 Fonte: Base Cart. SEI-BA, 2007.

1.5 A atividade cafeeira e a produção do espaço agrário no município de Barra do Choça – BA

Neste item se abordará a história da cafeicultura, enfocando esta atividade desde a sua origem até os dias atuais. Busca-se traçar o percurso da introdução da cafeicultura, no Brasil, na Bahia e na região Sudoeste da Bahia, mais especificamente em Barra do Choça. Toda esta trajetória é realizada com o objetivo de analisar os tempos de apogeu e crises em que viveu esta atividade agrícola.

Outro ponto importante que se analisa neste capítulo são as condições naturais (solos, clima, hidrografia, relevo) das quais a cafeicultura necessita para o êxito da produção. Estes aspectos são imprescindíveis para a definição da produtividade e adaptação do plantio do café na região.

Aqui também revela-se, brevemente, questões sociais e econômicas advindas da produção do café. Sabe-se que elas não são estanques, há uma interação entre a cafeicultura e as transformações ocorridas no espaço. Portanto, abordar-se-á aspectos físicos, sociais e econômicos para situar a produção cafeeira do âmbito mais geral ao particular, objeto da pesquisa.

1.5.1 A política cafeeira no Brasil

No que se refere ao processo de modernização da agricultura, a literatura econômica dominante demarca a década de 1950 como o marco inicial dessa modernização (KAGEYAMA, 1987). Essa nova orientação da agricultura brasileira nada mais é do que a introdução de formas mais modernas de inserção do capital no campo, que transcende o velho modelo do processo de capitalização desenvolvido pela atividade cafeeira em seus primórdios, cujo capital se realiza a partir da existência de uma articulação com o segmento mercantil e financeiro.

O café, em uma análise estrutural, foi o propulsor do processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, com base em uma lógica exógena, dependente, portanto, das oscilações de preço do mercado externo. Mesmo com a introdução das novas relações de trabalho calcadas no trabalho livre, suas dificuldades persistiram face ao frágil desenvolvimento das

forças produtivas, principalmente em seu progresso técnico. Em outros termos, o café tinha sua singularidade de produzir o excedente do trabalho, fora das unidades produtivas, apropriado e dominado pelo capital mercantil, aliado a um sistema de transporte moderno, como eram as ferrovias. A expansão da cafeicultura se daria pela produção e pela adição de novas áreas, numa espécie de exploração extensiva da agricultura.

Por outro lado, a modernização da agricultura seria muito mais radical na medida em que abrangeria elementos que rebateriam no aumento da produtividade do trabalho. Essa forma de desenvolvimento da agricultura alavancaria um novo processo de alteração, e o cerne seria gerar, o maior excedente possível, na mesma área produtiva em menor tempo, numa espécie de exploração intensiva da agricultura. Graziano da Silva (1980) delimita essas inovações técnicas aplicadas no processo de desenvolvimento do capitalismo no campo, em três espécies: físico-mecânicas, químicas e biológicas.

Logo, nesta abordagem, têm-se alguns elementos que, estruturalmente, obstam essa modernização à luz da realidade da cafeicultura. Primeiro, é que essa modernização não aconteceu de forma generalizada, principalmente para a realidade da cafeicultura paulista. Mesmo que introduza elementos tecnologicamente mais sofisticados em seu processo de produção, o capital aplicado teria custos e riscos maiores se se compara com culturas agrícolas de ciclo temporário. Paradoxalmente, observa-se que, mesmo que o progresso técnico possa diminuir substancialmente o tempo de produção, que não coincide com o tempo de trabalho, os riscos estão sempre presentes na medida em que, o café é uma planta sensível e vulnerável às condições climáticas. Mesmo sob a presença de medidas mais sofisticadas de apoio técnico em seu processo produtivo, existe de certa forma uma espécie de resistência a esse processo, até pela natureza da planta. Se for introduzida a vulnerabilidade do mercado, a cultura sofre outros percalços que podem estar sob o domínio de seus atores produtivos.

Pode-se esquematizar o desenvolvimento da cafeicultura brasileira por uma moldura bem singular, em que a necessidade de grandes extensões de terra, e a existência de capital comercial, se reproduziu durante décadas no Brasil, mesmo sob bases técnicas de produção ao modelo tradicional. O que demonstra que a modernização da agricultura brasileira operou-se de forma espacialmente disseminada, abrangendo outras atividades econômicas.

A cafeicultura é uma importante atividade agrícola para o Brasil. Ela possibilitou que o país tivesse avanços em muitos aspectos sócio-econômicos, contribuindo para as metamorfoses nas relações de trabalho e do modo de produção. Teve uma importante influência na consolidação da industrialização brasileira e favoreceu a formação do seu território, tanto urbano como rural. Foi também geradora de uma infra-estrutura que o Brasil

não possuía e passou a necessitar para escoamento da produção. Portanto, a cafeicultura cooperou bastante para a formação sócio-espacial e econômica brasileira.

Sabe-se que foi pelas mãos do Sargento-Mor Francisco de Melo Palheta, no ano de 1727, que o café chegou a terras brasileiras. Em suas bagagens trouxe algumas mudas de café da Guina Francesa e plantou na região de Belém do Pará. Logo na primeira metade do século XVIII a rubiácea foi cultivada no Maranhão por volta de 1770, alcançando a Bahia e em seguida o Rio de Janeiro.

Estima-se que somente no final do século XVIII registrou-se a formação do primeiro cafezal nas imediações da cidade do Rio de Janeiro. A experiência foi então considerada bem sucedida, tanto sob o ponto de vista de adaptação às condições de solo e clima, quanto do ponto de vista financeiro. Isto fez com que muitas pessoas se tornassem cafeicultoras e houvesse uma rápida expansão desta atividade agrícola.

Neste período (final do século XVIII), o Brasil já enfrentava dificuldades com as atividades agrícolas até então existentes como a cana-de-açúcar, por exemplo. Porém, mesmo diante destas dificuldades, a cafeicultura atingiu um rápido crescimento. Os produtores também tiveram de enfrentar problemas de natureza física (como solo, clima, declividade do terreno, etc.) e da própria natureza da planta, bem como problemas financeiros. Caio Prado Júnior explica muito bem esta questão quando destaca que:

Este rápido progresso é tanto mais de admirar que o café ao contrário de produção de outros gêneros clássicos do Brasil, oferece particulares dificuldades. Em primeiro lugar de natureza física: o café, em confronto com a cana-de-açúcar, é uma planta delicada. Os limites de temperatura dentro dos quais prospera favoravelmente são muito estreitos: 5 e 33°C. O cafeeiro é muito sensível tanto às geadas como ao calor e insolação excessivos. Requer doutro lado chuvas regulares e bem distribuídas, e é muito exigente com relação a qualidade do solo. É uma planta permanente e tem de atravessar por isso todas as estações e anos sucessivos sem substituição. Outra dificuldade da lavoura cafeeira é que a planta somente começa a produzir ao cabo de 4 a 5 anos de crescimento; é um longo prazo de espera que exige pois maiores inversões de capital (PRADO JÚNIOR, 1979, p.161).

Entretanto, as dificuldades enfrentadas não impediram a ampliação dessa cultura no Rio de Janeiro. As plantações de café espalharam-se em períodos diferentes pela Zona da Mata Mineira, Espírito Santo, São Paulo, Paraná e Mato Grosso do Sul. Já na segunda metade do século XIX, a expansão da cultura cafeeira atingiu Mato Grosso, Rondônia e Acre.

Por volta de 1790 a cafeicultura enveredou pela Província de São Paulo, entrando pelo Vale do Paraíba. É importante ressaltar que a marcha da cafeicultura por este importante vale,

teve efeitos desastrosos sobre os solos e principalmente sobre a Mata Atlântica. A expansão desta atividade nesta região provocou a destruição de ecossistemas, ocasionando desequilíbrios ecológicos, observados até os dias atuais. Sobre esta questão Caio Prado Júnior comenta que:

A mata foi arrasada sem discernimento, plantou-se o café sem atenção a outra idéia que um rendimento imediato. O resultado de tudo isto foi desastroso: bastaram uns poucos decênios para se revelarem rendimentos aceleradamente decrescentes, enfraquecimento das plantas, aparecimento de pragas destruidoras. Inicia-se então a decadência com todo o seu cortejo sinistro: empobrecimento, abandono sucessivo das culturas, rarefação demográfica (PRADO JÚNIOR, 1979, p.164).

Contudo, os problemas não se limitaram ao meio ambiente. Outro ponto que necessita ser evidenciado é o da relação de trabalho firmada nas primeiras fazendas de café. Segundo Guimarães (1989) a cafeicultura viveu dois ciclos: o escravista e o não escravista. Para Furtado (1979) o primeiro ciclo da economia cafeeira dispunha de estoque de mão-de-obra escrava subutilizada da região da antiga mineração. O segundo ciclo é marcado pela transição do trabalho compulsório ao trabalho livre, contribuindo para a formação de um novo mercado de trabalho formado pelos migrantes europeus, que no final do século XIX se deslocavam crescentemente à região cafeeira paulista, vales catarinenses e a serra gaúcha.

Desse modo, a introdução de instrumentos mecânicos no processo de beneficiamento do café, e a utilização dos trabalhadores livres impulsionaram a transição da economia cafeeira escrava, para o regime de produção, com base em relações de trabalho livre. Segundo Guimarães (1989) os meios mecânicos e a utilização dos trabalhadores livres foram os pontos de partida para o ingresso de trabalho livre nos cafezais, pois à medida que o processo de tratamento com o café tornava exigente e moderno, teria também uma força de trabalho tecnicamente mais qualificada.

Nota-se assim, a introdução da política de modernização agrícola, e a consolidação das engrenagens do capital, revelando que o processo produtivo desde então requer o permanente progresso técnico, além de modificações nas relações de trabalho com as relações de assalariamento. Inicialmente as máquinas eram fabricadas nas próprias fazendas com madeira de lei e, posteriormente, aprimoradas e modernizadas, favorecendo a ampliação do plantio e do mercado externo. Segundo Guimarães:

Começara o café a ser descascado, nos primórdios de sua cultura de base comercial, por uma operação manual, depois veio o primitivo monjolo, transformando após no “monjolo de rabo”; seguiu-se o carretão tocado por junta de bois e o pilão acionado por força hidráulica (GUIMARÃES, 1989, p.89).

A modernização da agricultura serviu como lastro para o aumento dos rendimentos da produção, além da melhoria da qualidade do produto, que também reflete no aumento do excedente. Atualmente, isto deixa o produtor sem saída. Ou ele se adequa às exigências da reestruturação produtiva do capital, ou ele não sobrevive a tal realidade. Pois o aperfeiçoamento, e até mesmo a aquisição de novas máquinas, propiciam a inserção da produção do campo nos moldes capitalistas. Esta é uma constatação obtida por meio do trabalho de campo ao verificar que muitas fazendas produtoras de café estão sendo abandonadas, justamente por falta de investimentos na compra de máquinas e insumos que possibilitam uma boa produção e, conseqüentemente uma maior lucratividade (Fotografia 1):



Fotografia 1: Lavoura de café abandonada no município de Barra do Choça - BA.

Fonte: MACEDO, Verônica F. Trabalho de Campo, jan /2009.

Diante do exposto, percebe-se que a modernização da agricultura tem sido seletiva e excludente, ou seja, não beneficia a todos, favorecendo apenas uma pequena parcela de produtores rurais. Sobre a questão, Prado Júnior afirma:

A parcela da humanidade que vive em função da agropecuária brasileira, nada tem de homogênea, muito pelo contrário, se encontra profundamente diferenciada e classificada em setores largamente apartados, que são de um lado, uma pequena minoria de grandes proprietários que não atingem 10% da população rural (incluindo famílias, empregados), e do outro lado, a grande maioria dessa população que vive em péssimas condições (PRADO JÚNIOR, 1979, p. 20).

Quanto à estrutura fundiária e às formas de apropriação da terra, a cafeicultura veio reforçar a injusta distribuição de terras por meio da expansão do latifúndio cafeeiro. Segundo Guimarães esta expansão se configura por dois aspectos básicos:

A coação sobre as pequenas explorações vizinhas, com vistas a anexá-la à propriedade fundiária mais poderosa; e a implacável violência no sentido de desalojar das melhores terras os ocupantes sem títulos, os posseiros ou intrusos (GUIMARÃES, 1989, p.91).

Dessa forma, a concentração da propriedade cafeeira intensifica-se, fortalecendo as grandes unidades produtivas. O sistema latifundiário estende seus domínios e fortalece suas bases. Neste contexto, a economia brasileira viveu uma época favorável à expansão e à acumulação de capital que propiciaram a concentração de riqueza, tornando ainda maiores as imensas propriedades territoriais nas regiões cafeeiras. Assim Moreira avalia que:

A sociedade brasileira evoluiu historicamente com base no que se chama modelo concentrador e excludente. Concentrador no sentido da desigual distribuição da riqueza e da renda. Excludente, no sentido da marginalização da maioria da população do poder de decisão dos caminhos e formas de organização da sua própria sociedade (MOREIRA, 2007, p. 2).

Desse lado o café também contribuiu para a formação e fortalecimento de uma aristocracia agrária no país. Após os senhores de engenho e os grandes mineradores, emergiu da cafeicultura os “barões do café”. Eles formaram uma classe social com amplos poderes econômicos e políticos no Brasil, pois no momento de apogeu da cafeicultura foram os responsáveis pela sustentação econômica do país e pela construção de uma forma de fazer política na medida em que o Estado brasileiro seria capturado por essa nova oligarquia, mudando a orientação do eixo econômico de produção, passando do Nordeste para o Centro-Sul.

Com a introdução da atividade cafeeira e com os seus desdobramentos aqui destacados, nota-se que o café contribuiu muito para o processo de formação do espaço

geográfico brasileiro, tanto no campo quanto na cidade. Foi em decorrência do seu sucesso, no espaço agrário brasileiro, que surgiram novas estradas, ferrovias e portos. Houve um aceleração da urbanização no Brasil. Cidades como São Paulo e Rio de Janeiro, por exemplo, tiveram grande impulso em seu desenvolvimento. Os barões do café passaram a residir também na cidade com a família. Houve estímulo no crescimento das prestações de serviços, como bancos, casas de exportação, casas comerciais. Ou seja, em virtude da urbanização desenvolveram-se várias atividades ligadas ao setor terciário e de serviços.

É possível afirmar que o café contribuiu para o desenvolvimento capitalista no Brasil. Reflete-se desta maneira pelas causas já citadas e outras mais como: o estímulo à imigração estrangeira que formou um mercado de trabalho disponível ao emergente setor industrial; a substituição das relações escravistas pelo trabalho livre, consolidando as relações de trabalho assalariado; e a criação da base financeira para o desenvolvimento industrial.

A cafeicultura muito contribuiu para a formação do espaço agrário brasileiro. Isto pode ser afirmado mesmo no período de seu declínio quando o café sofreu com a crise de superprodução, pois esta provocou mudanças socioeconômicas e políticas importantes como: o desencadeamento da Revolução de 1930; a destituição da oligarquia cafeeira do poder político; e a criação de bases para o desenvolvimento industrial.

O conjunto de características e questões aqui levantadas sobre a política cafeeira no Brasil permite concluir que as ações sempre foram muito frágeis, pois desde sua fase embrionária os agricultores enfrentaram problemas naturais e sociais que se agravaram com a falta de tecnologia e com políticas estatais que não favoreciam para formação de bases sólidas no setor cafeeiro, deixando os produtores cada vez mais vulneráveis à economia de mercado.

1.5.2 A atividade cafeeira na Bahia

O pólo cafeeiro da Bahia foi introduzido na década de 1970, quando o Instituto Brasileiro do Café (IBC) realizou pesquisa e estudos técnicos na tentativa de descentralizar a produção cafeeira da região Sul e Sudeste, e minimizar problemas freqüentes com as geadas que ocorriam nessas áreas. Em pesquisas, descobriu-se que a Bahia possuía regiões com condições naturais apropriadas ao cultivo de café, com áreas que não apresentavam riscos de geadas. Assim foram implantados os pólos cafeeiros na Bahia.

Atualmente, entre os municípios baianos tradicionais produtores de café destacam-se Amargosa, Brejões, Itiruçu, Maracás e Jaguaquara. A cafeicultura também se desenvolveu na Chapada Diamantina, no Planalto da Conquista, no Extremo Sul Baiano e mais recentemente, no Oeste do estado.

Ao utilizar dados mais recentes, pela Tabela 1, excluindo Barra do Choça, percebe-se que na região Sudoeste da Bahia, Brejões é o município em que o café é a principal atividade econômica, com 5.787 hectares de área plantada, e uma produção de 4.167 toneladas. Logo em seguida observa-se o município de Amargosa com 1.674 hectares plantados e uma produção de 1.045 toneladas. Itiruçu possui 1.670 hectares de área plantada e produção de 965 toneladas. E o município de Maracás com 406 hectares de área plantada e 317 toneladas de produção.

Pode-se observar por meio da Tabela 1 que são os municípios do Planalto da Conquista - especificamente o de Barra do Choça - que mais se destacam na produção cafeeira. O município de Barra do Choça apresenta 23.000 hectares em área plantada, onde foram produzidas, no ano de 2006, 20.976 toneladas, seguido por Vitória da Conquista que em 10.000 hectares produziu 7.200 toneladas. Encruzilhada, que também integra o Planalto da Conquista, em 5.140 hectares produziu 2.808 toneladas.

TABELA 1 - Produção de café em municípios do Sudoeste da Bahia, 2006.

Município	Área plantada (he)	Área colhida (he)	Quantidade produzida (T)
Amargosa	1.674	1.340	1.045
Barra do Choça	23.000	18.400	20.976
Brejões	5.787	4.630	4.167
Encruzilhada	5.140	3.600	2.808
Itiruçu	1.670	1.340	965
Jaguaquara	1.674	1.340	1.045
Maracás	406	406	317
Vit. da Conquista	10.000	8.000	7.200

Fonte: SEI, 2006

O Planalto da Conquista tem doze municípios produtores de café e Vitória da Conquista tornou-se *core* regional deste produto (Mapa 3, p. 29). Portanto, esta área molda um parque cafeeiro de 50.000 hectares, com infra-estrutura que possibilita produzir 500.000 sacas de café.

Segundo Dutra Neto (2004, p.47) “o café desta região foi implantado conforme o pacote tecnológico implementado pelo IBC”. Por isso a cafeicultura da Bahia estava muito vinculada aos programas de incentivo, liberação de verbas, assistência técnica e outras vantagens que os produtores recebiam deste órgão governamental. Foi um período de apogeu que o café viveu no Planalto da Conquista - BA.

Durante o período de 1986 a 1993 a cafeicultura do planalto sofreu com uma forte crise e este fato teve relação com vários fatores que dentre eles pode-se destacar: a extinção do IBC e, somado a isto, a queda dos preços que atingiram o patamar mais baixo da história. Segundo Dutra Neto:

Com a extinção do IBC, no dia 15 de março de 1990, a cafeicultura na Bahia ficou ainda mais vulnerável, o pólo cafeeiro na Bahia quase foi extinto, devido a falta de uma política voltada para a atividade. Dos pólos implantados no estado, praticamente só o pólo do Planalto de Vitória da Conquista permaneceu (DUTRA NETO, 2004, p.47).

O período de crise da cafeicultura foi caracterizado por muitos problemas como: lavouras mal cuidadas, (já que a extinção do IBC privou os proprietários de assistência técnica) e dívidas bancárias consideráveis. O transtorno gerado por isso foi enorme, provocando um grande desemprego na região, principalmente para os trabalhadores que não possuíam qualificação e não podiam mudar de profissão.

Na tentativa de recuperar a cafeicultura baiana, mais especificamente no Planalto da Conquista e para que o Estado participasse mais deste processo, foi criado em 1992 a Associação dos Cafeicultores de Conquista (ASCCON) cujo objetivo era executar o projeto denominado “Cafeicultura 2000” com a intenção de expandir a atividade cafeeira em amplas áreas do Sudoeste da Bahia.

Este projeto foi levado à Secretaria de Agricultura da Bahia (SEAGRI) em 1996 com objetivos específicos de: revigorar as lavouras existentes; produzir um excedente de 500 mil sacas de café; aumentar a área em hectares de café adensado; gerar novos empregos, fixando o trabalhador no campo; integrar o governo municipal e estadual e produtores com entidades e órgãos envolvidos nesta atividade e, enfim, promover o revigoramento e desenvolvimento da cultura cafeeira no Planalto da Conquista.

Atualmente, a cafeicultura do Sudoeste da Bahia vive uma nova dinâmica e seu revigoramento é resultado da adoção de novos paradigmas e mecanismos da reestruturação produtiva. Porém, nota-se que com estas mudanças decorrentes da implantação de máquinas e

utilização de insumos ocorreram a exclusão dos pequenos agricultores, uma vez observado o abandono de cafezais na região.

1.5.3 A inserção da atividade cafeeira em Barra do Choça-BA e a formação do espaço agrário

1.5.3.1 O contexto do município

Barra do Choça, já foi chamada de Vila do Tanque Velho. Era um lugarejo, de difícil acesso, pertencente ao município de Vitória da Conquista. A então Vila possuía apenas uma rua denominada Rua do Tucano, sem pavimentação, pouco habitada e o comércio era praticamente inexistente. As pessoas que residiam ali, sobreviviam da atividade agrícola e tinham muita dependência da cidade de Vitória da Conquista.

A atividade rural praticada nesta vila era voltada para a agricultura familiar com o cultivo da mandioca, feijão, milho e banana. A Vila do Tanque Velho não possuía nenhum tipo de infra-estrutura, principalmente no que diz respeito ao saneamento básico. Não tinha água tratada e tampouco energia elétrica. Era carente em todos os aspectos, pois também, não possuía escolas nem postos de saúde disponíveis aos moradores dali.

A Vila do Tanque Velho recebeu o nome de Tanque Velho da Barra e, mais tarde, de Barra do Choça. Com o tempo a vila passou a ser distrito de Vitória da Conquista e permaneceu como tal até 22 de Julho de 1962, quando foi emancipado passando à categoria de município, que atualmente possui sede, vilas e os distritos de Santo Antônio, Barra Nova e Cafezal.

Segundo Dutra Neto (2004), mesmo depois de ter se emancipado na década de 1970, Barra do Choça ainda possuía as mesmas carências do tempo em que era vila. Ainda continuava faltando aos seus habitantes: escolas, postos de saúde e saneamento básico. Isto significa que era inteiramente dependente da cidade de Vitória da Conquista. É importante ressaltar que a estrada que ligava estes centros urbanos ainda encontrava-se em estado muito precário, sem pavimentação. Na década de 1970, período de chegada da cafeicultura, sequer existia a rodovia estadual, dificultando o acesso entre as duas cidades.

O município de Barra do Choça, atualmente possui uma população de 40.818 habitantes, e seu comportamento demográfico apresenta particularidades. Observa-se que a população rural é maior que a urbana, com registros bastante significativos de crescimento e com taxas ainda instáveis com variações bruscas. De 1970 a 1980 registrou-se uma taxa de crescimento de 8,7%, no período de 1980 a 1991 a taxa cai para 1,76% e no período seguinte de 1991 e 2000 volta a crescer para 4,62%. Este comportamento pode ser melhor observado na Tabela 2.

TABELA 2 - Crescimento populacional de Barra do Choça (1970-2000)

ANO	POPULAÇÃO		
	URBANO	RURAL	TOTAL
1970	1.455	7.459	8.904
1980	6.414	14.089	20.503
1991	11.644	13.200	24.844
2000	17.721	23.097	40.818

Fonte: Censos Demográficos do IBGE (1970 – 1980 – 1991 – 2000).

1.5.3.2 Características sócio-econômicas

Segundo Dutra Neto (2004), a lavoura cafeeira representa 83% da atividade econômica do município e da ocupação de mão-de-obra. Antes da implantação desta cultura, as atividades econômicas, que atendiam às necessidades do município, eram a pecuária extensiva, o feijão, o milho e a mandioca. Até mesmo nesta época os excedentes já eram comercializados em áreas circunvizinhas.

Visando ao revigoramento das lavouras existentes e à expansão delas, foram implementadas ações voltadas ao desenvolvimento de novas atividades produtoras, com o intuito de diversificar a economia local e realizar a fixação do homem no campo por meio da geração de emprego e renda. Desta forma, os agricultores passaram a ter acesso ao crédito para modernização e ampliação da agropecuária no município barrachocense.

Observa-se, no entanto, que mesmo diante das dificuldades vivenciadas pela monocultura cafeeira com a falta de investimentos, a queda dos preços, a baixa produtividade e também a qualidade do produto, houve um aumento do fluxo migratório rural.

Atualmente, outras atividades econômicas também são desenvolvidas. Segundo dados da SEI (1999), elas se alternam com a cafeicultura como: feijão e milho ocupando uma área de 4.000 hectares; banana, com 1.500 hectares; bovinocultura leiteira, com 11.000 cabeças; apicultura, com cerca de 50 toneladas por ano e aproximadamente 2.000 colméias; floricultura, representada pela associação Barra Flora, com 60 associados, cultivando uma área de 15.000 m²; agroindústria, com uma usina de leite, uma fábrica de iogurte, uma fábrica de pimenta, e uma fábrica de refrigerantes. É importante ressaltar que o município de Barra do Choça hoje é uma referência no estado da Bahia, em relação ao associativismo, pois atualmente já são mais de 26 associações das quais 20 são produtoras rurais, agregando cerca de 1.000 famílias.

De acordo com o “Atlas de desenvolvimento Humano no Brasil” (2003), divulgado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e publicado na Revista Cidades do Brasil, Barra do Choça é um dos municípios com melhor distribuição de renda do Brasil. Os avanços em outras áreas, como saúde e educação também são destaques da cidade no relatório publicado. A região é uma tradicional produtora de café. A economia do município também é baseada na expressiva produção de banana e na pecuária, destacando-se rebanhos de bovinos, bubalinos, eqüinos e muares. Após a implantação da lavoura cafeeira, Barra do Choça, de certa forma, diversificou suas atividades econômicas. No entanto, os indicadores sociais não correspondiam na mesma proporção à geração de riquezas. No início da década de 1990, os indicadores sociais do município ainda eram desfavoráveis.

Quem nascesse em Barra do Choça naquele período, possuía uma expectativa de vida em torno de 60 anos, enquanto a mortalidade infantil chegava ao número assustador de quase 68 crianças mortas para cada mil nascidas vivas. Além disso, de cada 100 crianças com idade de 7 a 14 anos, apenas 36 freqüentavam a escola e somente 25%, entre 15 e 17 anos, estudavam. Na faixa etária de 4 a 5 anos, a situação era ainda pior, pois praticamente não havia oferta de vagas escolares. Outro dado que reforça os problemas sociais do município durante este período refere-se ao analfabetismo. Entre as crianças de 7 a 14 anos, mais de 64% eram analfabetas e entre os de 15 e os de 17 anos, este índice chegava a mais de 45%. Era uma cidade cuja base econômica estava centrada na monocultura cafeeira, que gera riqueza e, ao mesmo tempo, perpetua a situação de pobreza do trabalhador.

Esta realidade mudaria a partir da segunda metade da década de 1990, no momento em que novas políticas públicas de investimento e de incentivo ao desenvolvimento econômico e social começaram a ser implantadas no município. O governo municipal foi o responsável pela execução do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do

Professor (FUNDEF). A partir daí, começaram significativas mudanças na área de educação, como o crescimento no número de alunos freqüentes à escola.

De acordo com os dados divulgados pelo PNUD, no período de 1991 a 2000, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da região cresceu 25,36%, passando de 0,481 em 1991 para 0,603 em 2000. O fator que mais contribuiu para este crescimento foi a educação, com 86,1%, seguida pela expectativa de vida, com 11,5% e pela renda, com 2,5%. Houve uma melhoria considerável nos indicadores sociais, porém, o município de Barra do Choça ainda está longe de possuir um IDH ideal.

Os dados do índice de analfabetismo da cidade são surpreendentes, caiu de 64,15% para 20,35%, na faixa etária de 7 aos 14 anos. O estudo ainda revela que houve uma queda na taxa de fecundidade da mulher barrachocense. Em 1991 cada mulher tinha, em média, 5,21 filhos. Este número caiu para 3,26 filhos em 2000. Isso pode ser entendido como o resultado da melhoria dos indicadores educacionais e de saúde, pois sabe-se que quando a população possui mais acesso à informação, tende a ter menos filhos.

Com relação aos aspectos do comércio, de acordo com a SEI (1999), neste município foram cadastradas 435 unidades, das quais 41 são do setor industrial, 122 empresas no setor comercial, cabendo ao setor de prestação de serviços o primeiro lugar com 272 unidades. Este dinamismo possibilitou que Barra do Choça recebesse do PNUD o título de município com melhor distribuição de renda do país.

Apesar de todos os avanços alcançados é necessário ressaltar que ainda se encontra, neste município, uma realidade socioeconômica bastante desfavorável para uma parcela considerável de sua população. Isto pode ser constatado diante de análises sobre a atividade cafeeira que é geradora de trabalho, em apenas cinco meses do ano, que corresponde ao período de colheita. Fora deste período há uma redução radical de oferta de emprego, que faz elevar o índice de empobrecimento da população.

1.5.3.3 Características fisiográficas

Quanto aos aspectos fisiográficos o município de Barra do Choça apresenta uma temperatura média de 19,6°C, com altos índices de pluviosidade anual. Encontram-se ainda resíduos de Mata Atlântica, provavelmente estabelecida em clima mais ameno, onde a evaporação era menos intensa, fazendo parte da região de clima tropical subúmido, que

representa uma área de transição entre o clima úmido localizado a leste, e o clima semi-árido, a oeste do município.

O município possui uma área territorial de 781,3 Km². Localiza-se na região Sudoeste da Bahia e situa-se em distância a 27 Km de Vitória da Conquista e a 527Km de Salvador. Possui em média 900m de altitude, apresentando como coordenadas geográficas 14°,52' Latitude Sul, 40°,39' Longitude Oeste, conforme demonstrado no Mapa 4.

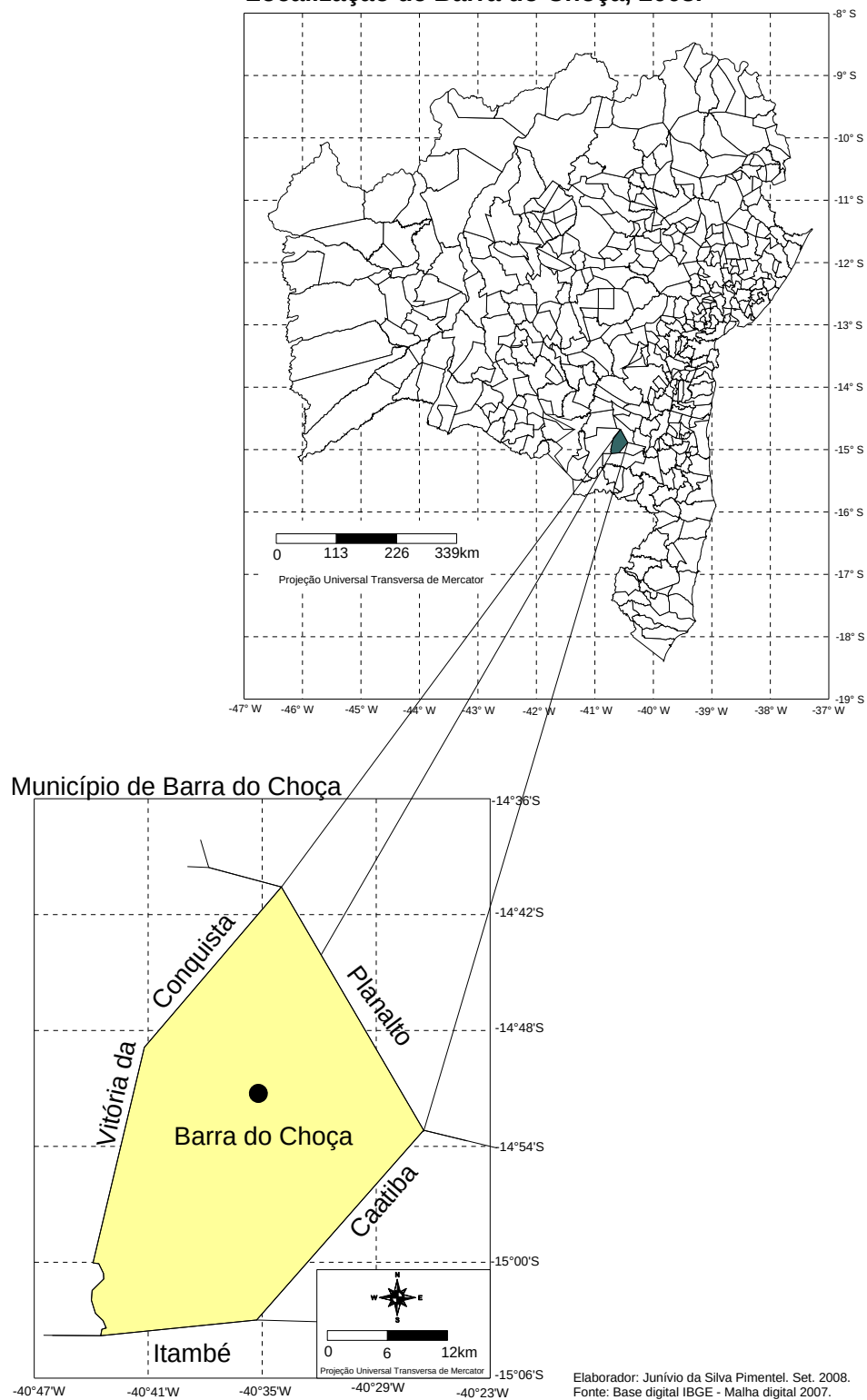
Sabe-se que, normalmente, as áreas de baixa latitude apresentam altas temperaturas, porém Barra do Choça diferencia-se de outros lugares neste aspecto, pois a mesma possui inverno com temperaturas que chegam a 10°C. A explicação está no fato deste município localizar-se no Planalto da Conquista, com altitudes superiores a 900m, uma vez que a altitude também é um determinante na média da temperatura.

Verifica-se em seu território a ocorrência de duas unidades de solo conforme Mapa 5. O Latossolo Vermelho-Amarelo Álico e o Podzólico Vermelho-Amarelo Eutrófico, sendo que na maior parte do município, aparece o Latossolo Vermelho-Amarelo Álico e apresenta (A) moderado e textura argilosa com saturação de alumínio trocável maior que 50%, que são localizados em relevo ondulado e fortemente ondulado. Já o Podzólico Vermelho-Amarelo Eutrófico com (A) moderado e com argila de atividade baixa e textura média-argilosa, são localizados em áreas de relevo fortemente ondulado e montanhoso.

Quanto à hidrografia, o Mapa 6 registra a presença de rios que fazem parte da Bacia do Rio Pardo, mais especificamente à sua margem direita e devido a características do relevo, suas águas correm para duas bacias de captação distintas. Na porção centro-oeste do território barrachocense, os afluentes despejam suas águas no Rio Catolé, que por sua vez desemboca no Rio Pardo, nas imediações do município de Itapetinga. Já na porção meridional do município, os rios desembocam no Rio Verruga, afluente do Rio Pardo, mas nas proximidades do município de Itambé. Valendo lembrar que esta é uma área que sofre com a escassez de água.

Assim, observa-se que o município possui rica rede hidrográfica. Este fato lhe confere importância estratégica no abastecimento de água da cidade de Vitória da Conquista e dos distritos de José Gonçalves, São Sebastião, Bate-Pé, Pradoso e Iguá. Em seu território abastece a sede e seu distrito de Barra Nova. Isto beneficia mais de 300 mil habitantes.

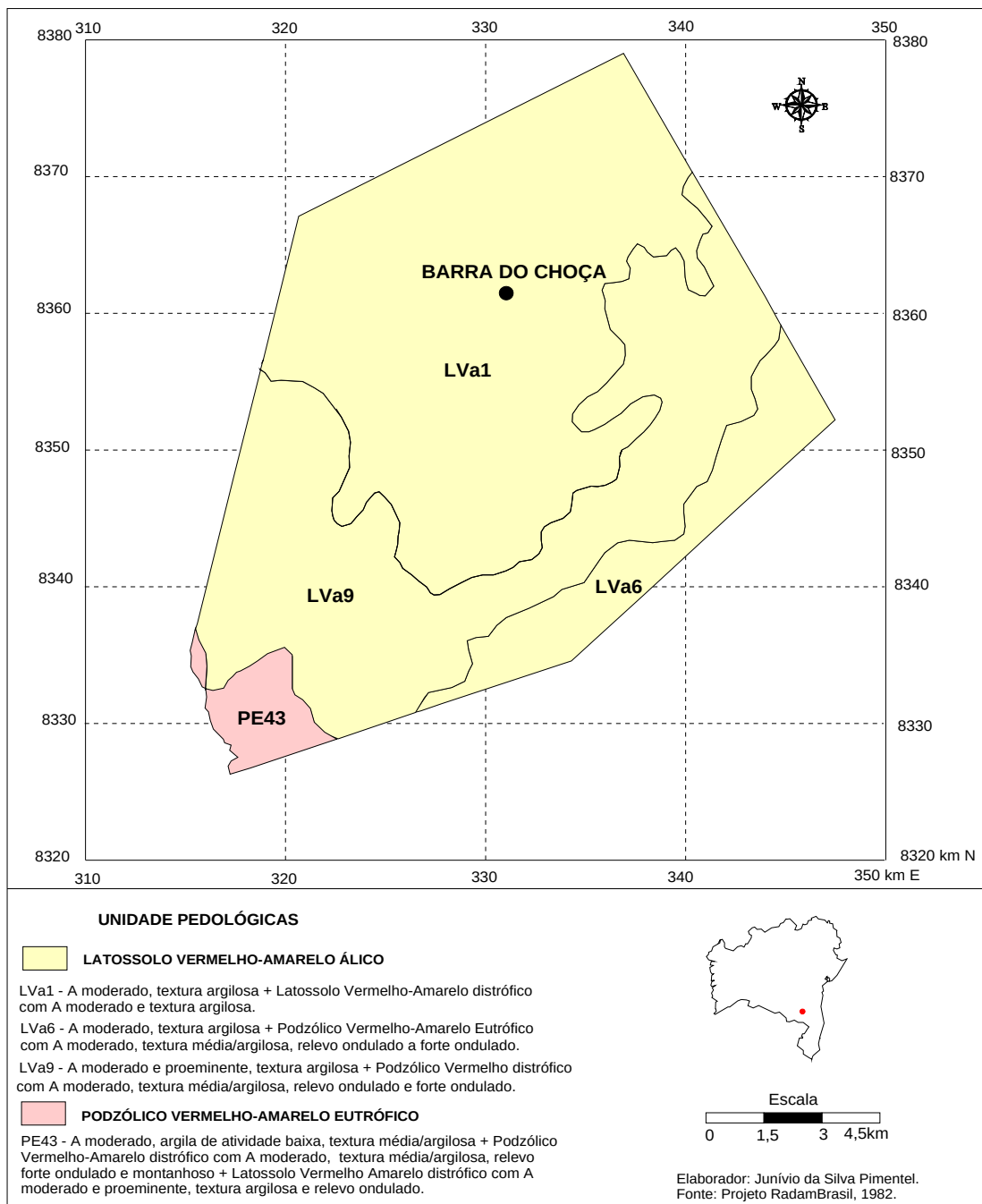
Estado da Bahia:
Localização de Barra do Choça, 2008.



Mapa 4: Localização do município de Barra do Choça - BA.
Fonte: Base digital IBGE – Malha digital, 2007.

BARRA DO CHOÇA - BA

MAPA PEDOLÓGICO



Mapa 5: Mapa pedológico do município de Barra do Choça - BA.
Fonte: Proieto Radam Brasil. 1982.

A abundância de água no município permitiu a construção de duas barragens: Água Fria I e II que são responsáveis pelo abastecimento. (Fotografia 2). Encontra-se também em execução a construção de mais uma barragem no Rio da Serra Preta, visando a abastecer o município de Planalto, vizinho de Barra do Choça na sua porção Nordeste.



Fotografia 2: Barragem de Água Fria II no município de Barra do Choça - BA.
Fonte: MACEDO, Verônica F. Trabalho de Campo, jan /2009.

A pluviosidade anual média do município encontra-se em torno de 900 a 1.200mm, possibilitando a perenidade dos rios da região. As chuvas que ocorrem em Barra do Choça geralmente são orográficas, isto se deve ao fato de que as duas porções Sul e Leste são situadas ao lado oriental do Planalto da Conquista, funcionando como uma grande barreira altimétrica aos fluxos de unidade provenientes do litoral. A formação deste relevo provoca a ascensão das massas de ar. Com o aumento da altitude ocorre a diminuição da temperatura e consequentemente a condensação do vapor de água

Sem pretender fazer alusão ao determinismo ambiental é possível afirmar que todos os pontos fisiográficos aqui expostos foram e são de muita relevância para o cultivo da cafeicultura. Mesmo com a inserção de técnicas e tecnologias estes aspectos naturais demonstrados aqui nesta região foram imprescindíveis à adaptação do café e à sua produtividade.

1.5.3.4 A introdução da atividade cafeeira em Barra do Choça-BA

A implantação da lavoura cafeeira no município de Barra do Choça se deu a partir de 1972. Em decorrência disso, ocorreram mudanças que aceleraram o processo de urbanização do município, ocasionado, em parte, pela migração que veio em busca de trabalho na lavoura cafeeira. Conforme Dutra Neto (2004, p.129) entre os anos de 1970 e 1980 Barra do Choça apresentou taxa de crescimento de 8,7% e no período de 1991 a 1996 este crescimento foi de 56,2%. Ao analisar este período constata que:

Nesse contexto de mudanças, a pecuária e a pequena produção agrícola, que eram de subsistência, perderam espaço para a produção de café de forma empresarial em larga escala, gerando o crescimento da oferta de empregos e, consequentemente, o aumento da população (DUTRA NETO, 2004, p.129).

Segundo diagnóstico elaborado pela SEI (1999), a partir do momento em que o café passou a ser uma atividade lucrativa, a especulação das terras deste município cresceu e muitos investidores passaram a se interessar pela compra de propriedades na região. Assim, ocorreu o aumento da concentração de terras, pois à medida que posseiros e meeiros já não sobreviviam com a lavoura de subsistência, acabavam vendendo as terras. Assim Santos analisa que:

Para ocupar o espaço propício ao café, a pequena produção destruiu esses espaços incorporado à nova propriedade em formação, a propriedade cafeeira. A valorização das terras pelo café levou a uma redefinição do domínio e/ou posse da terra. O arrendamento subiu tanto de preço que se tornou inviável, os agregados e meeiros desapareceram e as pressões surgiram em relação a posseiros (SANTOS, 1987, p.90).

Paulatinamente a cafeicultura foi alterando a estrutura fundiária deste município. Os grandes proprietários foram adquirindo (por meio da compra e com o exercício de muita pressão) terras adjacentes às suas. Isto fez com que os pequenos proprietários que perderam suas terras para o grande capital, migrassem para a cidade. Esse processo ocorreu no município de Barra do Choça, inclusive em seu distrito de Barra Nova. Sobre essa questão Santos afirma que:

No avanço da cafeicultura no município da Barra do Choça, tanto perdeu espaço a pecuária quanto a pequena produção: os médios pecuaristas passaram a plantar café; os agricultores com pequenas propriedades, na sua maioria, venderam suas terras, os agregados como os pouco posseiros da área viram desaparecer o espaço em que se situavam (SANTOS, 1987, p. 84).

Por outro lado, paradoxalmente, iniciou também um aumento do número de pequenas propriedades, principalmente quando dividiam as terras com a intenção de tomar empréstimos e fazer financiamentos bancários. Atualmente, nota-se que as transformações ocorridas no município foram inúmeras, isto tanto nas questões fundiárias como em seus aspectos sociais, culturais e espaciais. Dutra Neto cita:

Grandes transformações ocorreram no município, tais como: crescimento da população; aumento da arrecadação municipal; rodovias asfaltadas; escolas; hospital; aumento da produção agrícola; melhorias de bem estar social; inclusão dos pequenos produtores no contexto da produção agrícola; reforma agrária espontânea; aumento da oferta de empregos, etc. (DUTRA NETO, 2004, p.117).

Por outro lado, não é possível perceber os mesmos avanços no plano social. O estudo realizado por Dutra Neto (2004, p. 119) mostra ainda que uma parcela da população barrachocense sobrevive com carências de escolas, de professores qualificados, serviços de saúde, de cultura, de lazer, de boas estradas e barragens que atendam as necessidades da população.

Se por um lado, observa-se um nível satisfatório de organização por parte do produtor (que hoje está organizado em associações, cooperativas e sindicatos e participam de encontros e eventos referentes à cafeicultura, na busca de reivindicarem direitos e soluções para problemas, em conjunto), por outro é lamentável a falta de articulação política por parte dos trabalhadores, pois efetivamente não há tradição de luta na região.

Apesar das dificuldades ainda enfrentadas, a cafeicultura foi e continua (até os dias atuais) sendo uma atividade de transformação para o município, tanto no que se refere às questões econômicas, quanto sociais, políticas, culturais e espaciais. Segundo Dutra Neto:

O advento da cafeicultura promoveu grandes mudanças no município. A pobreza e a falta de emprego assolavam a região, que não possuía nenhuma tradição agropecuária, industrial e comercial. O café surgiu trazendo uma alternativa na geração de emprego e renda, e, concomitantemente, provocou uma mudança espacial na zona rural que se estendeu à zona urbana (DUTRA NETO, 2004, p. 145).

Finalmente, é importante ressaltar que estas mudanças não favoreceram as populações locais, pois as mesmas foram excluídas do processo produtivo, porque o plano de implantação do café não foi acessível a todos. Portanto, a implantação da cultura ocorreu sem a participação da população local. Somente nos últimos anos é que o pequeno produtor tem se inserido no sistema de produção, ainda que de forma bastante modesta.

2 A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DO CAPITAL E OS REBATIMENTOS NA AGROINDÚSTRIA CAFEEIRA

As transformações processadas pelo capital nos últimos anos atingiram a dinâmica da atividade cafeeira em Barra do Choça cujas marcas são observadas tanto no aspecto da produção quanto do trabalho. Desse modo, torna-se necessária a análise dos processos vinculados, por um lado, à base infra-estrutural da produção cafeeira e, por outro, às relações de trabalho e formas de enfrentamento dos trabalhadores e as contradições operadas por estas transformações.

Com a reestruturação produtiva do capital o trabalhador rural tem sofrido com estas metamorfoses, pois elas têm provocado o acirramento de problemas já existentes, sobretudo, os de ordem social e econômica. Este processo tem afetado o campo, não só no âmbito nacional, mas também no regional e municipal, a exemplo de Barra do Choça - BA.

2.1 A reestruturação produtiva do capital

A agricultura, enquanto atividade inserida no modo capitalista de produção, encarna características singulares que a diferencia das atividades urbanas e industriais. Do ponto de vista histórico, a inserção capitalista na agricultura se processou tardiamente, face às dificuldades estruturais que o sistema do capital teve em associar seus determinantes fundamentais do processo de acumulação e da criação do trabalho excedente.

Essas dificuldades ainda persistem nos dias atuais, encontrando fortes obstáculos na realização da acumulação e da lógica inexorável da expansão do capital. Uma dessas dificuldades é a relação do tempo determinado pela jornada de trabalho com o tempo da produção agrícola. São dois elementos temporalmente indissociáveis.

A jornada de trabalho caracteriza-se pelo tempo de execução da força de trabalho que se materializa na produção da mercadoria, na tentativa incansável de ampliação do trabalho morto sobre o trabalho vivo, aumentando a possibilidade de acumulação do capital, onde um dos elementos determinantes é o desenvolvimento das forças produtivas, o que pode ser denominado “função do progresso técnico”.

Na agricultura a jornada de trabalho não se apresenta de forma homogênea, na medida que o ciclo da produção depende das condições naturais ou até mesmo do ciclo da própria atividade agrícola. Portanto, a medida do valor do trabalho é mais difícil de ser construída, mesmo que ele seja inserido em sua forma mais rudimentar e de superexploração, o que geralmente acontece em determinadas fases do ciclo da produção agrícola, como é o caso da fase da colheita do café.

Nessa linha, o uso do trabalho na agricultura dentro da lógica capitalista de produção é temporalmente curto, irregular e intensivo. Ele aparece dentro de condições onde a natureza tem um papel preponderante. Daí a necessidade de inserir elementos que possam superar esses condicionantes que operam independentemente da organização e da racionalidade da produção capitalista, e atuar principalmente no desenvolvimento de tecnologias aplicadas na agricultura. O progresso técnico seria o elo para diminuir essa dependência, na tentativa de industrializar a agricultura, evitando o máximo possível os condicionantes centrais que impedem racionalmente a acumulação e a expansão do capital.

Graziano da Silva (1999) analisa essas especificidades em dois grandes grupos centrais para a mensuração da produtividade do trabalho na agricultura: àqueles ligados aos fatores naturais, como solo, clima, topografia, etc; e os fabricados, como máquinas, equipamentos e meios de produção em geral. O primeiro caracteriza-se pela riqueza ou pobreza das condições naturais e que, de certo modo, afeta a produtividade do trabalho. Existindo condições naturais favoráveis, a tendência é aumentar a produtividade e a possibilidade econômica de reproduzir essa atividade sob uma determinada área não ampliada. Ela é explorada dentro das condições vigentes, sem acréscimo de um só milímetro de terra.

Entretanto, o elo do desenvolvimento capitalista na agricultura é a capacidade de inserção do progresso técnico, que poderá ser realizado pela tripla inovação: físico-mecânicas, biológicas e químicas. Essas inovações encurtam o ciclo de produção, aumentam a produtividade por área, e estabelecem parâmetros mínimos (ou até máximos) de estimativas de produção. A mais radical das inovações se processa pelas reformulações biológicas que alteram a rotina prevista desses produtos. O encurtamento do ciclo produtivo, a resistência às pragas e doenças, e a qualidade do produto colhido, influenciam substancialmente no processo de produção com forte rebatimento no aumento da produtividade do trabalho.

Não se pode esquecer o papel da renda da terra, o que ainda contribui como obstáculo na produção da agricultura uma vez que o processo de apropriação se realiza sem a intervenção do trabalho. Essa seria uma das grandes diferenças em relação às outras

atividades econômicas dentro da ordem capitalista de produção. O simples domínio da unidade produtiva voltada para a atividade agrícola dá ao seu proprietário poderes de apropriação do excedente, por meio de um mecanismo duplo: a renda do monopólio e a renda diferencial, seguindo a análise de Graziano da Silva (1980) fundamentado na teoria marxista da renda da terra.

A renda do monopólio caracteriza-se pela simples garantia legal da propriedade em que o domínio sobre determinado pedaço da natureza lhe dá condições de gerar renda sem trabalho. Existe uma tendência inexorável de aumento do valor da terra devido ao necessário desenvolvimento capitalista e a incorporação de novos elementos no processo de valorização, como a localização do imóvel, a fertilidade do solo e a inserção do progresso técnico no processo de produção.

Por isso, os terrenos bem localizados, próximos às vias de escoamento ou aos centros facilitadores de distribuição e circulação dos produtos agrícolas, têm uma tendência maior de valorização. Esta seria a renda diferencial I, mecanismo criado pelas relações sociais de produção. A renda diferencial II seria o marco do desenvolvimento capitalista na agricultura. Este é determinado pela introdução das inovações técnicas em seu processo de produção. A renda diferencial produzida pelo desenvolvimento dessas forças produtivas estaria voltada exclusivamente no aumento da “produtividade sem trabalho”, o que pode superar as adversidades geradas por outros mecanismos da renda da terra.

Mais interessante é a importância crescente da renda diferencial II no processo de apropriação do excedente na medida que o trabalho não seria relevante, quando as tecnologias introduzidas resultam em menor dependência das forças da natureza. Quando o trabalho é inserido estruturalmente nesse processo, ele vem em sua forma mais perversa. Daí a introdução do trabalho volante na cultura cafeeira ou nas formas de trabalho temporário em diversas atividades na agricultura.

Graziano da Silva (1980) explicita que o agronegócio é o maior exemplo da renda diferencial II em sua materialidade capitalista na proporção que o progresso passa pela implantação dos recursos das tecnologias transgênicas e inovações biológicas, até a superexploração da força de trabalho em sua forma mais degradante. O interesse do capital é superar os obstáculos imprevisíveis da natureza, e a tecnologia serve como mecanismo de diminuição dessa subordinação, facilitando a racionalidade necessária dentro do processo de produção natural, para que o ciclo acumulativo e expansivo do capital possa se realizar com menores “externalidades” possíveis.

Portanto, é oportuno reafirmar a capacidade de mutações do modo de produção capitalista com o propósito de garantir a permanente acumulação de riquezas, seja em qualquer tempo ou lugar. É com esta capacidade de recriar as engrenagens da acumulação capitalista que se assistem às metamorfoses do capital do Taylorismo ao Fordismo e deste para o Toyotismo.

A análise dos contextos históricos da acumulação capitalista revela que os princípios da produção taylorista-fordista - caracterizados pela produção em massa, pela divisão do trabalho, pela falta da totalidade do processo produtivo, pelo trabalhador dócil e forte e pela linha de montagem - possui a perspectiva de aumentar a produtividade do trabalho. Com esse sistema de produção a indústria diminuiu o tempo de trabalho, o que possibilitou a produção de grande estoque de mercadoria.

Sobre este contexto de crise, Hobsbawm (2001) afirma que nas décadas de 1970 e 1980, o mundo vivenciou crises, e, parte da África, Ásia Ocidental e América Latina sofreu uma severa depressão, que levou à recessão e ao forte desemprego. O capitalismo já não dava conta de manter-se intacto às crises econômicas, que rebatiam também no lado social.

Nas décadas de 1970 e 1980, a América Latina passaria por uma profunda crise econômica, com taxas de crescimento decrescentes e subordinadas à lógica do sistema financeiro face ao crescimento das taxas de juros e da crise financeira mexicana de 1982.

Podemos inferir que a década de 1980 foi marcada pela crise financeira dos países subdesenvolvidos e pela nova orientação estrutural do sistema capitalista, rebatendo nas mudanças do ponto de vista das relações econômicas e no mundo do trabalho. Efetivamente a crise estrutural do capital, marcada inicialmente em meados da década de 1970 se prolongaria durante a década seguinte, realizando um novo arranjo nas relações de trabalho e sobre o lastro do fantasma da crise do Socialismo Real e da ideologia da globalização. Então, a reestruturação produtiva nada mais seria do que a radicalização do capital sobre a economia de mercado e das relações de trabalho.

Sobre o cenário de crise do qual o capitalismo vivenciou, Antunes afirma que:

A crise experimentada pelo capital e suas respectivas respostas, como o neoliberalismo e a reestruturação produtiva, que expressam a era da acumulação flexível, têm acarretado, entre tantas consequências, profundas mutações no interior do mundo trabalho, “além de uma degradação que se amplia, na relação metabólica entre o homem e natureza, conduzida pela lógica societal voltada prioritariamente para a produção de mercadoria e para valorização do capital” (ANTUNES, 1995, p. 45).

Em relação aos novos métodos de trabalho, para transcender a crise a primeira experiência foi desenvolvida no Japão realizando um “novo” sistema de produção para tentar dar efetividade ao sistema do capital. Esta nova proposta de métodos e técnicas na organização da produção e do trabalho, conhecida como Toyotismo foi estruturada desde 1960, mas veio à tona e tomou maior impulso a partir da década de 1980 e no Brasil tomou mais forma na década de 1990.

Para Thomaz Júnior (2002) foi a partir da década de 1990 que a reestruturação produtiva, no Brasil, atingiu maior amplitude e profundidade, momento em que as inovações técnicas e organizacionais assumiram um caráter sistêmico em todo o circuito produtivo em diversos setores econômicos. Ele afirma que com todas estas mudanças ainda há traços de semelhança em relação à busca da competitividade do capital e à adoção de novos padrões organizacionais e tecnológicos compatíveis.

Com a qualidade técnica e tecnológica, vê-se que este sistema de produção tem obedecido à lógica do capital. Isto é, produtos são fabricados de acordo com as especificações determinadas para a produção de mercadoria com menor custo. Com a técnica do Toyotismo surgiram as chamadas ilhas de produção, nas quais o trabalho é desenvolvido em equipe, os trabalhadores são estimulados a acompanhar tudo o que acontece nesta “ilha”, e cada operário deve conhecer suas próprias funções e as funções dos demais. Como resultado deste processo a indústria obtém o aumento da produção e a redução de custos e naturalmente aumento na produtividade do trabalho.

A proposta deste “novo” sistema de produção é a de que a indústria opere com baixos estoques de mercadorias e o dinheiro fique acumulado no banco, sendo sacado apenas quando houver necessidade para produção. Ele introduziu maior flexibilidade na produção industrial. É como se cada mercadoria fosse fabricada sob medida e ao gosto do cliente, logo a rotatividade do capital deve ter um ciclo menor.

Mesmo com todo aparato de propostas de inovações que o Japão apresenta ao mundo capitalista como solução para a crise da superprodução do sistema taylorismo-fordismo, Thomaz Júnior (2002) entende que em escala universal, o Toyotismo passa a mesclar-se com outras formas de racionalização do trabalho, ainda que seja num processo contraditório de continuidade-descontinuidade com o taylorismo-fordismo. Mesmo tentando primar pelas novas necessidades de acumulação capitalista, o referencial produtivista que vigorou durante o século XX e ainda é mantido.

Segundo Thomaz Júnior (2007) o Toyotismo não rompeu a rigor com a lógica do taylorismo-fordismo, é por isso que muitos autores o denominam de “neofordismo”. Pelo

menos em relação à questão do trabalho ele realiza um avanço que seria o de promover a racionalização do trabalho.

Alves (2007) enfatiza que o Toyotismo não representa uma nova forma produtiva propriamente dita, por isso tende a mesclar-se com outras vias de racionalização do trabalho. Ele apenas adequou-se à era das novas máquinas de automação flexível para superar a crise estrutural da superprodução. Portanto, no que diz respeito ao processo de trabalho o Toyotismo integra o novo com o arcaico das formas taylorista-fordista.

Estas transformações que o sistema capitalista de produção tem experimentado resultam de crises que o capitalismo vivencia constantemente, pois ele já não dá mais conta de manter-se intacto às crises econômicas, que refletem também no lado social.

Como enfrentamento dessas crises, o capital apresenta ao mundo um novo sistema de produção para tentar recuperar as estruturas que até então se encontram instáveis. Desta forma, a reestruturação produtiva tomou maior impulso a partir da década de 1980 e, no Brasil, tomou mais forma na década de 1990, bem como no município de Barra do Choça.

2.1.1 A questão da modernização: a ampliação material da reestruturação produtiva

O processo de modernização no Brasil foi implementado com base em modelos externos, e não considerou a realidade histórico-social e econômica brasileira. Sob a ótica de Gonçalves (2001) o Brasil sempre se adequou à nova ordem econômica mundial sem atentar para os problemas socioeconômicos nele existentes.

O padrão de modernização do campo no Brasil atuou no processo de exclusão dos pequenos produtores, tanto no acesso à propriedade como na subordinação, criando dificuldade de competir, face à inserção das inovações tecnológicas. Em Barra do Choça, por exemplo, parte deles conseguiu se inserir no mercado de trabalho urbano, outros não conseguiram, restando-lhes o subemprego, os trabalhos mais precários que podem existir, e um grande contingente ficou mesmo sem trabalho. Este fato ocorreu e vem ocorrendo no Brasil de um modo geral. Observa-se que esta também é uma realidade de Barra do Choça. Sobre este cenário de exclusão dos trabalhadores, Feliciano afirma que:

O Brasil é o segundo maior país do mundo em concentração da propriedade da terra, o que tem provocado, nos últimos anos, crescimento dos movimentos sociais das populações rurais sem terra e de produtores familiares empobrecidos. Exacerbados pela reestruturação produtiva em andamento, tais grupos rurais acabam engrossando as fileiras do desemprego e subemprego urbano e rural, além de comporem em grande proporção, um quadro social que apresenta baixo nível de escolaridade, problemas endêmicos de saúde e insuficiente acesso aos bens e serviços, ou seja, índices generalizados de pobreza e miséria (FELICIANO, 2006, p.202).

Segundo Gonçalves (2001) a nova ordem econômica mundial, sob a égide do capital, remodela a economia dos países subdesenvolvidos, que sempre foram subjugados, intensificando as desigualdades sociais existentes, e perpetuando a estrutura social marcada por uma grande concentração de renda, e pela grande diferença entre ricos e pobres. Estas questões têm se agravado de maneira geral, e, também, no Brasil, devido ao fato do mesmo almejar sua inserção na economia global, com as graves conseqüências para a classe trabalhadora, que tem se tornado ainda mais pobre. Isto não foge à realidade latino-americana nem tampouco barrachocense.

A modernização brasileira se deu por meio do capital externo, ou seja, da tomada de empréstimos de órgãos internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD). Considera-se este fato como um agravante social para o país, já que são financiamentos pagos com altas taxas de juros. Isto recai sobre a classe trabalhadora. Para Gonçalves (2001) o Brasil é membro “emergente” da economia mundial financeirizada, e assume, por meio do Governo Federal, o papel que lhe é imposto pelas entidades financeiras transnacionais. Para participar desse grupo econômico ele deve assumir e arcar com as conseqüências da crise e corte dos gastos públicos em áreas básicas. O autor ainda afirma que o governo brasileiro opta por assumir e manter este quadro caótico, para honrar compromissos com credores institucionais no exterior, que acumulam bilhões de dólares no processo especulativo.

Percebe-se, contudo, que essa modernização ocorreu mediante o sacrifício da classe trabalhadora excluindo-a do processo produtivo e da inserção no mundo do trabalho. Gonçalves consegue expor esta questão quando avalia que:

No Brasil o quadro gerado pela reestruturação produtiva do capital, na era da economia mundializada, é de superoferta de mercadoria força de trabalho, parte destes trabalhadores são então abandonadas e impelidas de participar do mercado de trabalho, outras são subaproveitadas, sejam os muito novos e desqualificados, sejam os que podem ser considerados velhos e despreparados ou sem muita energia, restando a estes trabalhadores, ou a

estas mercadorias sem compradores, buscar alternativas para a sua sobrevivência, daí o crescimento no Brasil das atividades econômicas e de trabalho que fogem ao padrão organizacional e técnico atual de desenvolvimento econômico. O trabalho por conta própria, terceirizado e informal, são apenas algumas das classificações que são estabelecidas para a nomeação de um fenômeno crescente que é o da precarização das relações e condições de produção e de trabalho (GONÇALVES, 2001, p 6.).

Portanto, é preciso enfatizar que a reestruturação do capital gerou uma grande oferta da mercadoria “força de trabalho”, em que parte dos trabalhadores teve de vendê-la em menor custo, e parte não teve a oportunidade de se inserir no mercado de trabalho, tendo que se subjugar ao subemprego. Esta realidade foi também encontrada no município de Barra do Choça, quando trabalhadores responderam, em pesquisa de campo, que só estavam trabalhando na colheita de café porque não tinham outra oportunidade de emprego. Então, vendem sua força de trabalho por um preço baixo, além de se submeter às péssimas condições de trabalho.

Quando se afirma que a classe trabalhadora, em todos os setores, foi a que mais ficou sobrecarregada com o processo de reestruturação produtiva do capital, é necessário que se reflita o caso particular do trabalhador rural no Brasil.

Durante os anos de 1960 a 1970 os planos de modernização no Brasil causaram a expropriação, a exploração, a dominação e a exclusão de trabalhadores rurais, cujos efeitos foram sua submissão a um violento processo de proletarização e um maciço êxodo rural. Este processo produziu um conjunto de fenômenos dentre eles, o surgimento de “bóias-frias”, a formação e concretização dos espaços marginais na periferia das cidades, bem como o recrudescimento do trabalho. Assim pode-se perceber quando se analisa a seguinte afirmação:

[...] tal expropriação, culminando com a tomada das terras e destruição de parte do campesinato, não ocorreu, em sua quase totalidade, por intermédio da violência aberta, mas, ao contrário, da violência monopolizada pelo Estado, com a promulgação de leis que implementaram os projetos de modernização (GRAZIANO DA SILVA,. 1999, p.27).

Uma das primeiras medidas jurídicas tomadas pelo Estado foi a vigência do Estatuto da Terra pela Lei nº. 4.504 /1964, que tinha como objetivo a modernização do campo por meio do crescimento da produção e produtividade, como contraponto ao estatuto do trabalhador rural.

O Estatuto da Terra tornou-se uma “arma” contra os agricultores familiares, que em função dele, perderam suas terras. Além disso, deixaram de estabelecer relações de trabalho tais como parceria, a meia, a quarta etc. Este fato também ocorreu com proprietários de fazenda de café no município barrachocense. Muitos não tinham recursos disponíveis para modernizar sua agricultura e acabaram vendendo suas unidades agrícolas ou perdendo-as com hipoteca em instituições financeiras, tornando-se trabalhadores que residem na cidade e trabalham no campo na condição de bóias-frias.

Antigos agricultores assumiram a figura de trabalhador volante, temporário, diarista, sendo que uma parcela destes submete-se a serviços e subempregos nas cidades nos períodos de entressafra, naquilo que atualmente alguns estudiosos denominam de pluriatividade.

Este processo ocorreu também com os trabalhadores que colhem o café no município de Barra do Choça. Destes, a maioria afirma que trabalha quatro meses por ano (junho, agosto, setembro e outubro) no período da colheita do café e nos outros meses submete-se ao subemprego na cidade ou muitas vezes fica parado por falta de oportunidade de trabalho.

Outra relação de trabalho observada na área de estudo é a contratação de trabalhadores rurais por empreitada ou pagamento por produção. O aumento da jornada de trabalho leva-os a darem o máximo de si, na produção, para possibilitar um salário maior. Assim mesmo, a remuneração que conseguem como fruto de todo esse esforço no trabalho, não chega a propiciar-lhes uma vida mais digna. Simplesmente o esforço do trabalho é a medida da reprodução da força de trabalho.

Esta também é uma realidade observada nos catadores de café do município de Barra do Choça. Em entrevistas, eles responderam que trabalham, sem interrupção, oito horas por dia, preparam as refeições no alojamento e levam para a roça. Com isso não perdem tempo no trabalho, não param para o descanso do almoço. Eles dão o máximo de si para aumentar a produção e consequentemente ampliar a renda, já que a remuneração é realizada por produção. Por isso eles declararam que se pararem para o descanso do almoço perdem tempo, e tempo é dinheiro. Nesse aspecto, o tempo de trabalho é medido pela fadiga e pela exaustão, naquilo que Marx denomina de trabalho como carcaça do tempo.

Tudo isso se processa quando a indústria articula-se à agricultura. Fato que também possibilitou o aparecimento de uma elite agrária e paralelamente a proletarização do trabalhador rural, que passou a cumprir o papel de fornecedor de mão-de-obra barata (OLIVEIRA, 1977).

Neste período, a migração campo-cidade foi estimulada pela lógica do capitalismo, e a abundante força de trabalho no campo possibilitou o rebaixamento do nível salarial. Fato que

ocorre também com os catadores de café na região de Barra do Choça que recebem a quantia de R\$ 2,00 (dois reais) por lata de café colhido. Sobre estas questões Caio Prado Júnior afirma não haver outra saída, ou solução para o trabalhador rural.

[...] a concentração da propriedade agrária, contribui fortemente para colocar o trabalhador em posição muito desfavorável. Não existe para ele outra alternativa de ocupação e maneira de alcançar seus meios de subsistência que se colocar a serviço da grande propriedade e aceitar as condições que lhes são impostas (PRADO JÚNIOR, 1987, p.59).

Este autor ainda considera que o único meio que o trabalhador rural tem para superar esta situação é o de ter maior acesso à propriedade rural. Percebe-se que até o valor especulativo dado à terra, no município de Barra do Choça, é um ponto que dificulta a democratização do uso dela, pois segundo dados do mercado de terras na região, um hectare vale, aproximadamente, R\$ 3.000,00 (três mil reais).

Só uma estrutura fundiária mais democrática e justa poderá reverter esta situação de péssimas condições de vida, a que o trabalhador rural brasileiro é obrigado a submeter-se.

Para que haja estímulo e êxito na proposta da materialização da reforma agrária e ocorra a descentralização de terras das mãos de poucos proprietários, que as têm apenas como reserva de valor, precisa-se tomar medidas que envolvam a carga tributária, e diminuam os incentivos fiscais que são fornecidos aos latifundiários. Este seria um caminho que poderia conduzir às transformações sociais no campo, que rebatem na cidade.

Somente uma tributação onerosa poderá levar o grande proprietário rural a abrir mão da terra que possui apenas como valor especulativo. Se isto ocorrer provocará a redução do preço da terra, na medida que a referência da renda for o valor da produção e não da terra.

Para Prado Júnior (1987) a tributação constitui o principal meio, no momento de golpear a concentração e o virtual monopólio da terra, para torná-la acessível à massa de trabalhadores rurais. Por conta da má distribuição da terra, ou seja, desta injusta estrutura fundiária brasileira, grande parte da população rural, não dispõe de nenhuma terra e nem tampouco de recursos para ocupar, explorar ou arrendar pedaços de terra para produzir. Isto causa a alienação da força de trabalho e a sua precarização. Prado Júnior (1979) afirma que, mesmo nas regiões mais desenvolvidas do país, o padrão de vida do trabalhador rural brasileiro beira características servis.

Não se pode obscurecer o fato de que o baixo padrão de vida dos trabalhadores do campo brasileiro tem uma repercussão que também influi nos padrões urbanos. Prado Júnior

(1987) nos leva a uma profunda reflexão e análise crítica quando conclui que a população trabalhadora do campo, no Brasil, vive em deplorável situação de miséria. Isto porque os grandes proprietários e fazendeiros são homens de negócio para quem a utilização da terra constitui um comércio como outro qualquer.

A terra na verdade deve ser vista como elemento central para que a população rural seja trabalhadora ou produtora de sua própria riqueza. Ela só terá este papel quando passar a cumprir sua função social e inserir ou (re)inserir o homem do campo na sociedade. Todavia, esta é ainda uma realidade distante em nosso país, e também, de Barra do Choça, pois como pondera Guimarães (1981) o sistema latifundiário mantém até nossos dias, com a máxima firmeza, o controle da nossa economia agrária.

Existe uma discussão acerca da modernização da agricultura como garantia de melhores condições de vida no meio rural. Alguns autores defendem a possibilidade de esta ser a solução para este grave e antigo problema que o homem do campo enfrenta no Brasil. Porém, outros optam por não acreditarem neste caminho como solução e afirmam que, mesmo nas áreas mais desenvolvidas do país, que possuem um alto nível de modernização e mecanização, o trabalhador sofre com a exploração, espoliação e precarização do trabalho.

Prado Júnior (1987), é um desses autores que pensam que o progresso tecnológico não significa necessariamente uma melhoria das condições de vida do trabalhador. E às vezes ocorre até o contrário, pode agravá-las, por implicar o aumento dos custos da produção que, por conseguinte, fica para o trabalhador arcar com estes custos, estendendo sua jornada de trabalho, pois o tempo da renda mínima caracteriza-se pelo aumento cada vez maior do tempo do trabalho morto.

É melhor primar pela tese de que foi o processo de modernização, ou a reestruturação produtiva do capital, um dos motivos que precarizou a vida do trabalhador rural para um quadro de miséria e exclusão em que vive subjugado, sem terra, sem direitos trabalhistas garantidos, sem as mínimas condições de vida que todo ser humano deve usufruir, porque foi o modelo de modernização da agricultura adotado no Brasil que caracterizou a natureza das relações de trabalho na agricultura brasileira. Entende-se que a reestruturação produtiva na agricultura não se limita apenas à “integração técnica”, mas principalmente no seu maior rebatimento sócio-espacial: na ampliação da precarização do trabalhador, como ocorre em suas diversas faces do catador do café de Barra do Choça.

Desse modo, pode-se analisar a questão da precariedade do trabalho rural e das péssimas condições de vida em que vive a maioria do trabalhador, pelo viés do latifúndio

improdutivo. Para isto precisa-se questionar o que vem a ser um latifúndio improdutivo. Os meios legais consideram como improdutivo a terra que não cumpre sua função social.

O artigo 186 da Constituição de 1988 define requisitos para o cumprimento da função social, como o aproveitamento racional e adequado da terra; a utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; observância das disposições que regulam as relações de trabalho e, finalmente, uma exploração que não favoreça apenas o bem-estar do proprietário, mas também da classe trabalhadora.

No glossário de Direito Agrário de Ferreira (1994) encontra-se a definição de latifúndio como sendo um imóvel rural que possui área igual ou superior ao módulo fiscal e é mantido inexplorado, ou explorado incorretamente ou tem dimensão incompatível com a justa distribuição da terra.

Desta forma, cabe ao capital uma parcela de culpa do latifúndio improdutivo no antagonismo da produção de riqueza e ao mesmo tempo de miséria existente no campo. Como aconteceu segundo Santos (1987) na zona rural de Barra do Choça, quando os pequenos proprietários venderam suas terras ao grande produtor e gerou o enriquecimento de quem comprava por baixo preço e o empobrecimento dos que vendiam suas terras.

A reestruturação produtiva do capital possibilitou, contraditoriamente, o aumento dos latifúndios, uma vez que aos pequenos proprietários não restou alternativa que não a de vender seus pedaços de terra e migrarem para a cidade em busca de trabalho. Muitos se tornaram bóias frias e trabalhadores volantes no campo, por não conseguirem realizar uma função no mundo do trabalho urbano. Neste cenário surgem as cidades dormitórios.

Sobre esse processo, Thomaz Júnior avalia que

[...] o processo de reestruturação produtiva do capital provoca um extenso conjunto de modificações no âmbito do trabalho e isso remete a profundas alterações no espaço e no território (enquanto categorias de uso interligado), portanto, nas diferentes escalas de análise. Esses referenciais teóricos nos põem na linha de frente para captarmos o movimento através das suas contradições, pelo viés da sua dimensão espacial (THOMAZ JÚNIOR, 2002, p.6).

Quanto às transformações nas relações de trabalho também foi constatado, através de pesquisa, que 87% dos trabalhadores catadores de café, que não residem no local de trabalho, vão em casa apenas para dormir, são também bóias frias e trabalhadores temporários. Isto nos remete a uma reflexão em consonância com Prado Júnior:

Mais da metade da população brasileira depende da terra para seu sustento e a estrutura fundiária condena esta população a uma existência miserável e sem perspectiva. Ela é a mais perversa da América Latina e o Brasil é recordista em desigualdade. A única fonte de acumulação no Brasil é a renda fundiária. Esta estrutura agrária brasileira contribui para a manutenção de privilégios de uma pequena parcela da população, é por isso que não se faz a Reforma Agrária (PRADO JÚNIOR, 1979, p.46).

A reforma agrária no Brasil ainda é uma realidade distante, uma vez que para que ela aconteça é necessário mexer nas estruturas de manutenção de privilégios de uma pequena parcela da população, que tem o “poder” em suas mãos. A modernização da agricultura tem na reestruturação produtiva um dos sustentáculos contraditórios: a combinação entre o aumento da produtividade do trabalho e do crescimento da precarização *in totum* do trabalhador. Aqui exemplificado pelo trabalhador do café no Estado da Bahia e particularmente em Barra do Choça.

Diante do exposto conclui-se que a reestruturação produtiva do capital possibilitou a modernização da agricultura que por sua vez, levou ao aumento da produção e conseguiu potencializar a mais-valia. Mas, ela relega ao “esquecimento” as condições precárias em que vive o trabalhador. O processo de modernização da agricultura é caro, portanto não é de fácil acesso a todos, isto favorece o grande proprietário, e geralmente apenas as grandes empresas agroindustriais conseguem a sua fixação no mercado. Para muitos trabalhadores brasileiros a modernização significou e ainda significa a expulsão de suas terras. Desta maneira, pode-se afirmar que a reestruturação produtiva do capital produziu e produz grandes disparidades e desigualdades econômicas e sociais no meio rural.

2.2 A atividade cafeeira em Barra do Choça - BA: da crise à recuperação, na contramão dos trabalhadores do café

Como já mencionado, a atividade cafeeira chegou ao município de Barra do Choça com o Plano de Renovação e Revigoração de Cafezais do Brasil realizado pelo Instituto Brasileiro do Café (IBC). Este plano foi viabilizado pelo Estado porque a produção do café vivia, naquele momento, em âmbito nacional, um período de crise. Assim, a cafeicultura de Barra do Choça teve tempos áureos na década de 1980. Os agricultores tiveram verbas

liberadas, assistência técnica e como consequência disso, uma grande produtividade e um mercado consumidor em situação confortável com os preços elevados do café.

Já nos anos de 1990 o pólo cafeeiro baiano e, mais especificamente, o barrachocense sofreram com a extinção do IBC. A decadência deste instituto reduziu drasticamente os recursos com a pouca liberação de verbas e levou a suspensão da assistência técnica gratuita que era garantida. Considerando que muitos produtores eram dependentes dos recursos e ou da assistência técnica, a ausência destes significou quase que o desaparecimento das lavouras cafeeiras.

Soma-se a este quadro, a queda no preço do café no mercado que segundo Dutra Neto (2004) fez com que a cafeicultura passasse por “momentos muito difíceis, durante o período de crise correspondente a 1986 a 1993, quando os preços do café atingiram o patamar mais baixo da sua história”. Diante disso, além da falência de muitos cafeicultores, inevitavelmente, instalou-se outro problema que foi o desemprego.

Entretanto, o momento de crise, apesar dos estragos provocados, é também o momento de se pensar em alternativas de superação das adversidades e, contraditoriamente, constitui-se num momento muito fértil para a busca de estratégias capazes de apontar caminhos para vencer os problemas.

Em Barra do Choça não foi diferente, com a urgência em encontrar saídas para a crise, tanto o Estado quanto os fazendeiros começaram a mobilizar forças e mostrar os primeiros sinais para a revitalização da cafeicultura.

Assim foi criada a Associação de Cafeicultores de Conquista (ASCCON),² que realizou o projeto chamado Cafeicultura 2000, com o objetivo de expandir a cafeicultura no Sudoeste da Bahia e, conseqüentemente, superar a crise. Deve-se ressaltar que Vitória da Conquista, município vizinho à Barra do Choça, é o local de moradia de grande parte dos fazendeiros e, para onde escoia grande parte da produção *in natura* do café para beneficiamento e comercialização. A associação contou com o apoio da Cooperativa Mista Agropecuária Conquistense (COOPMAC), da Empresa Baiana de Desenvolvimento Rural (EBDA) e da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) e ainda com o empenho de produtores, que foram os principais protagonistas desta trajetória.

Apesar da organização dos produtores, alguns desafios ainda se apresentavam em função das exigências das agências de financiamento quanto ao uso de técnicas modernas desde o plantio até o tratamento dos grãos de café. Com isso, para que houvesse liberação de

² A associação agrega produtores da região, a exemplo dos de Barra do Choça.

recursos foi elaborada uma nova proposta de zoneamento para o plantio do café. Entre os critérios utilizados para este zoneamento, destaca-se o volume do índice pluviométrico, uma vez que no Planalto da Conquista há regiões que chovem de 700 a 1.500mm por ano, isto poderia evitar os gastos com a irrigação.

O Programa Cafeicultura 2000, contribuiu para o enfrentamento dos desafios, quando criou as condições para a realização do zoneamento para o plantio do café, subsidiando a elaboração de estratégias para a captação de recursos, e quando ofereceu cursos de capacitação aos produtores para que eles fossem qualificados e ou aperfeiçoados na aplicação correta dos recursos, garantindo o êxito do negócio com a melhoria da qualidade da produção.

Hoje, estima-se que aproximadamente 80% das lavouras cafeeiras de Barra do Choça são cultivadas em solos que propiciam a mecanização por tratores. Segundo dados fornecidos por Dutra Neto (2004), até 1970 o município de Barra do Choça praticamente não tinha nenhum trator, isto significa que os trabalhos do campo eram feitos de forma manual visto que inexistia até mesmo a mecanização animal. Foi com a implantação e posteriormente com a produção cafeeira na região que este tipo de equipamento foi sendo adquirido, financiado juntamente com a revitalização da lavoura.

Contudo, faz-se necessário advertir que o acesso às técnicas modernas e aos financiamentos não aconteceu da mesma forma para todos os produtores. Os grandes e médios proprietários foram os que mais se beneficiaram das ações do Estado via créditos bancários que, somados ao capital particular, impulsionaram a sua produção com o uso de equipamentos e técnicas modernas de cultivo, colheita e tratamento dos grãos. Os pequenos produtores, em sua maioria foram excluídos desse processo, o que possibilita afirmar que a modernização da cafeicultura gerou um processo de exclusão do pequeno produtor e fez crescer o índice de desemprego no campo, agravando ainda mais as condições de vida dos trabalhadores.

O tamanho das propriedades cafeeiras foi estabelecido pelo IBC, ficando da seguinte forma: pequeno produtor, aquele que cultiva até vinte hectares de café; médio, de vinte a cinquenta hectares; e grande aquele que cultiva acima de cinquenta hectares. O Gráfico 1 revela por meio da distribuição de tratores entre as pequenas, médias e grandes propriedades, a desigualdade nas condições de produção dos produtores rurais. Em 100% das grandes propriedades rurais do município de Barra do Choça é registrada a presença de tratores. As médias propriedades embora com índice um pouco menor, 92,4% também seguem a mesma tendência. Já nas pequenas propriedades em apenas 8,8% registrou-se a presença deste importante equipamento.

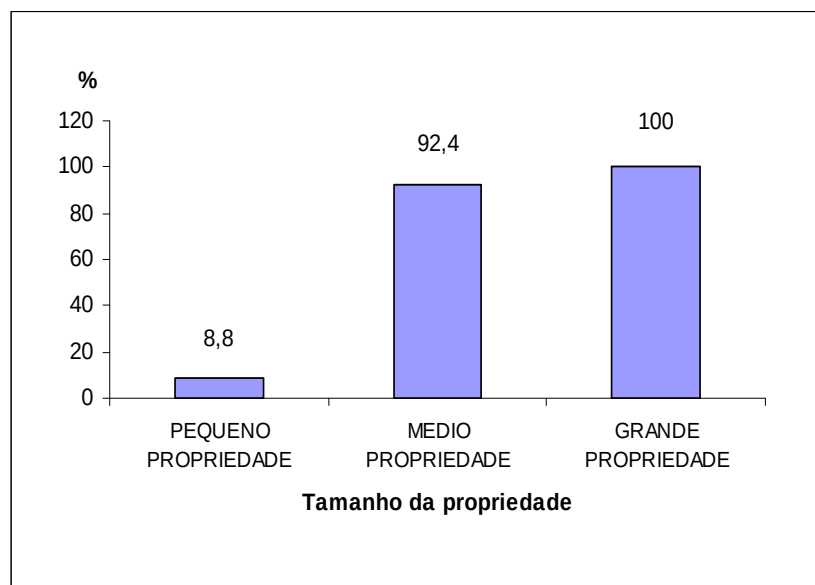


Gráfico1: Existência de tratores nas propriedades rurais do município de Barra do Choça – BA, 2004.

Fonte: Dutra Neto, 2004.

Estes dados reafirmam que o pequeno proprietário quase não participa do processo de modernização e são os médios e grandes que basicamente estão inseridos neste contexto. Este fato mostra que são poucos os pequenos proprietários que conseguem financiamento para tal modernização. Sobre esta questão Graziano da Silva expõe que:

A política de crédito rural subsidiado ilustra bem essa tríplice aliança entre indústria banco e latifúndios, hoje, no Brasil. Como regra apenas os grandes proprietários têm acesso ao crédito, pelo menos naqueles programas que são mais vantajosos. De um lado, porque o crédito é para comprar coisas que somente os grandes fazendeiros podem comprar: tratores, colheitadeiras, adubos e defensivos químicos, etc. De outro lado, porque a burocracia bancária dá preferência ao grande, porque o custo operacional de um financiamento, por exemplo, de mil reais é o mesmo que um bilhão (GRAZIANO DA SILVA, 2001, p. 96).

Na verdade há um grande jogo de interesses neste processo de financiamento que envolve desde grandes proprietários até instituições financeiras e industriais, que fabrica tratores, adubos químicos, defensivos, etc. Neste tipo de negociação só quem não é beneficiado é o pequeno produtor que não tem acesso às benesses que o Estado propõe à modernização da agricultura.

É importante considerar que este contexto de crise, modernização e exclusão na cafeicultura no município de Barra do Choça está associado ao contexto nacional e internacional de estagnação da economia e, assim o Brasil, a Bahia e Barra do Choça não podem fugir desta realidade. Deste modo, é com vistas na competição internacional que as empresas brasileiras buscam uma forma de produzir com melhor qualidade e com preços competitivos. Para isto a solução é a concentração do investimento em tecnologia e em transformação da organização das empresas de maneira que conseguiram atingir a modernização. Para Guimarães (2002), no Brasil estas mudanças se intensificaram a partir dos anos de 1990, com a adoção do receituário do neoliberalismo.

É lamentável o fato de que o processo de modernização da economia no Brasil não se preocupa com ações que evitem excluir o proletário do mundo do trabalho e o Estado brasileiro, por sua vez, não implementa políticas públicas para evitar o caos social produzido pelo desemprego, subemprego, trabalho precário e informal etc., ao qual tem sido submetida a classe trabalhadora, até mesmo por falta de opção, para encontrar um caminho diferente que não o da fome e da miséria, o caminho da garantia de sobrevivência. No caso em estudo, muitos trabalhadores estão na colheita do café por falta de oportunidade de emprego em outro setor. Isto significa que uma parte deles pleiteia uma função, no mundo do trabalho, menos árdua, menos degradante e mais gratificante, tanto como ser humano (qualidade de vida), quanto profissional (remuneração).

2.3 O processo de trabalho pós-colheita

Quanto às condições infra-estruturais da produção cafeeira no município de Barra do Choça foi observado em trabalho de campo que as propriedades são bem equipadas com máquinas que atendem às necessidades para o beneficiamento do café *in loco*, evitando que o produto tenha que ser transportado para beneficiamento em outro lugar.

Geralmente, esta infra-estrutura de maquinários (Anexo A) e a utilização de insumos são encontrados em médias e grandes propriedades, pois os custos para obtenção e utilização de máquinas e implementos agrícolas são altos e acabam excluindo o pequeno proprietário da produção de café.

Atualmente, já existem máquinas colheitadeiras (Anexo B) com o custo de aproximadamente R\$ 390.000,00 (trezentos e noventa mil reais). Ela substitui a mão-de-obra

de 150 (cento e cinquenta) catadores. Estes custos são altos para os pequenos proprietários que não possuem condições financeiras geradas pela própria cafeicultura e nem têm facilidade de acesso a financiamentos bancários. No entanto, para os grandes proprietários vale a pena esse tipo de investimento, pois mesmo com os altos custos existe o retorno em aproximadamente três colheitas, visto que apenas três trabalhadores são suficientes para realizar todo o trabalho. Além disso, o equipamento pode ser arrendado, o que potencializa os ganhos.

Observa-se também que várias propriedades contam com o aparato de equipamentos que lhes permitem realizar o processo otimizado de beneficiamento de café. Primeiro é feito a colheita, após este processo o fruto passa pelo despulpador, (Fotografias 3 e 4) onde é retirado sua casca e lavado. Segundo Dutra:

O despulpamento é muito usado na região, exatamente porque o “café despulpado” tem uma procura muito grande no mercado internacional, e o café despulpado da Bahia está classificado como um dos melhores cafés do mundo, nesta categoria. Motivo que leva os produtores a utilizar este processo (DUTRA, 2004, p.113).

Vale ressaltar que a análise em questão insere no processo de trabalho pós-colheita e toda essa dinâmica é mais observada naquelas unidades cafeeiras onde os equipamentos são mais modernos, a produtividade do trabalho é maior, e o trabalho precarizado é encontrado com mais frequência.



Fotografia 3: Despulpador de café da Fazenda Granja em 2008.
Fonte: MACEDO, Verônica F. Trabalho de campo, março de 2008.



Fotografia 4: Despulpador de café da Fazenda Granja em 2008.
Fonte: MACEDO, Verônica F. Trabalho de campo, março de 2008.



Fotografia 5: Processo de lavagem do café da Fazenda Granja em 2008.

Fonte: MACEDO, Verônica F. Trabalho de campo, março de 2008.

Logo depois deste passo os grãos são transferidos para estufa (Fotografia 6) onde é realizada uma pré-secagem do café.



Fotografia 6: Estufa para pré-secagem do café da Fazenda Jaguar em 2008.

Fonte: MACEDO, Verônica F. Trabalho de campo, março de 2008.

É interessante esclarecer que a temperatura do interior da estufa chega a passar dos 40°C. Esta variação ocorre de acordo com o tempo: dias mais quentes, maior a temperatura interna; dias mais frios, menor a temperatura. Isto significa que há um desgaste do trabalhador que lida diretamente dentro dela para movimentar os grãos que ficam expostos à secagem. Assim verificou-se em trabalho de campo que a estufa é um local inadequado ao trabalho humano. O trabalhador só entra neste espaço quando existe necessidade de transportar os grãos de um lugar para outro, entretanto esse processo é contínuo, daí o desgaste aviltante da força do trabalhador do café. Após sair da estufa, o café é transportado para o secador (Fotografias 7 e 8) é neste momento que ele é secado completamente.



Fotografia 7: Forno para secagem completa do café da Fazenda Jaguar em 2008.
Fonte: MACEDO, Verônica F. Trabalho de campo, março de 2008.



Fotografia 8: Máquina de secagem do café da Fazenda Jaguar em 2008.
Fonte: MACEDO, Verônica F. Trabalho de campo, março de 2008.

Após todo este processo o produto passa por uma máquina (Fotografias 9, 10 e 11) que retira as impurezas do café colhido (pedras, palhas, etc.).



Fotografias 9,10 e 11: Máquina de beneficiamento do café da Fazenda Jaguar em 2008.

Fonte: MACEDO, Verônica F. Trabalho de campo, março de 2008.

E, depois de ter passado pelas máquinas beneficiadoras, o café fica ao ponto de ser torrado para chegar ao consumidor, ou ao atacadista que opera em toda região cafeeira do Planalto da Conquista, como mostra a Fotografia 12:



Fotografia 12: Café beneficiado na Fazenda Jaguar em 2008.
Fonte: MACEDO, Verônica F. Trabalho de campo, março de 2008.

É importante ressaltar que toda esta infra-estrutura evita o transporte de uma grande parte do café para secar no sertão e com isto diminui os custos e aumenta o excedente do trabalho, elevando a mais-valia. Este fato leva os proprietários a investirem cada vez mais na utilização de máquinas e implementos. Tudo isto se concentra nas unidades produtivas de maior dimensão e, portanto, mais capitalizadas.

No que diz respeito aos insumos utilizados, percebe-se que os produtores de café do município de Barra do Choça ainda são totalmente voltados para uma agricultura com utilização de produtos químicos. Segundo pesquisa realizada por Dutra (2004), conforme Gráfico 2 100% dos produtores utilizam o calcário na propriedade, 99,4% usam adubos químicos, 83% utilizam adubos foliares, 79,5% usam veneno (inseticida e fungicida), 84,2% usam herbicidas e 80,3% utilizam matéria orgânica.

Em relação ao tipo de matéria orgânica utilizada na cafeicultura do município de Barra do Choça observa-se nos resultados do Gráfico 3 que o esterco bovino é o mais utilizado, ficando com uma média de 88,5% de uso; a palha de café tem o segundo lugar na posição com 9,5% e a torta vegetal mantém a terceira posição com 7,6%. Também são utilizados o esterco de galinha, 1,9% e o húmus de minhoca com 2,8%. Nesse quadro, percebe-se que ainda existe uma parte dos produtores que “pensam ecologicamente”, fugindo da estrutura que

o sistema agrícola lhes oferece que é a de utilização dos métodos, partindo da inovação química.

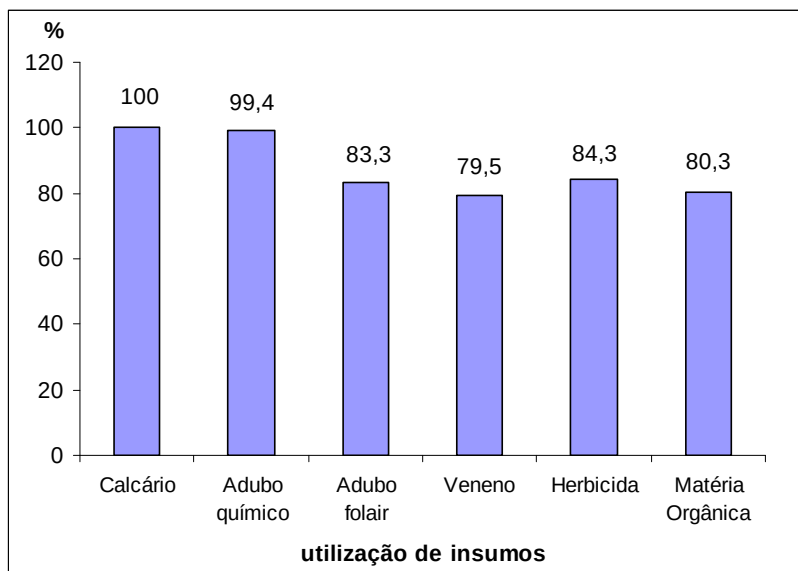


Gráfico 2: Uso de produtos químicos e orgânicos em propriedades rurais do município de Barra do Choça-BA, 2004.
Fonte: Dutra Neto, 2004.

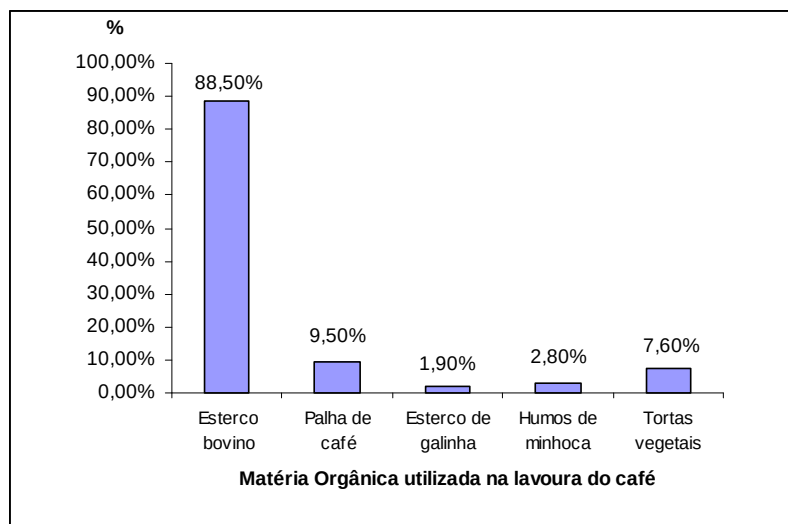


Gráfico 3: Tipo de matéria orgânica que é utilizada na lavoura cafeeira de Barra do Choça (em%), 2004.
Fonte: Dutra Neto, 2004.

Quanto às condições infra-estruturais existentes para o escoamento do café, das fazendas para as cidades onde este produto é comercializado, nota-se que as estradas são precárias, e que atendem parcialmente as necessidades dos produtores. As estradas que interligam as fazendas aos centros urbanos onde o produto é vendido, não possuem

pavimentação de asfalto. Em períodos de chuva (período que coincide com a colheita de café) tornam-se ainda mais inseguras e difíceis de transitar, como podemos observar na Fotografia 13.



Fotografia 13: Estrada de acesso às propriedades de café em Barra do Choça.

Fonte: MACEDO, Verônica F. Trabalho de campo, março de 2008.

A rodovia que liga Barra do Choça a Vitória da Conquista, BA-265, é asfaltada, o que indica ser favorável aos transportadores de café. Porém, um fator de grande risco para quem trafega nela, é a não existência de acostamento. Isto provoca acidentes constantes. A manutenção desta estrada é deficiente, pois a vegetação, em parte dela, se adentra pelo asfalto, impedindo o estacionamento emergente dos veículos que por ali passam. Assim quando há qualquer emergência o motorista é obrigado a estacionar o veículo na própria pista, correndo sérios riscos de acidente.

A preocupação em observar este tipo de infra-estrutura diz respeito não só ao escoamento da mercadoria “café”, mas também ao transporte dos trabalhadores que, conforme verificado em pesquisa, 92,7% não residem no próprio local de trabalho, e 87,5% destes trabalhadores circulam diariamente por estas estradas, colocando suas vidas em risco em consequência da precariedade em que as mesmas se encontram.

Sobre esta infra-estrutura conclui-se que ela não foi muito alterada mesmo após a reestruturação produtiva. É necessário esclarecer que os investimentos da reestruturação são, em sua maioria, privados e estas mudanças infra-estruturais são de incumbência do Estado

2.4 As condições e relações de trabalho na agroindústria cafeeira

No contexto de reestruturação produtiva do capital no campo, vê-se que trabalhadores assalariados rurais e agricultores familiares têm reproduzido a riqueza e paradoxalmente têm sido vítimas da exclusão social presente, no complexo agroindustrial cafeeiro. O trabalho de campo revelou que a reestruturação produtiva tem apresentado uma nova orientação na produção do café que é a de agregar mais valor ao produto, por meio de incorporação de serviços e insumos. Percebe-se que atualmente há uma disposição voltada para aumentar o investimento na produção e no *marketing* deste produto. Porém esta agregação de valor não tem levado a uma distribuição mais igualitária dos ganhos, pois os agricultores familiares e os trabalhadores não têm se beneficiado desta estratégia.

Diante desta realidade, acredita-se que houve uma redução da rentabilidade dos produtores menores e menos capitalizados e, ao mesmo tempo, também processa a degradação e deterioração das condições de vida e trabalho dos assalariados rurais. Há uma transferência na redução de custos de produção do café para os trabalhadores, fazendo com que cresça a precarização do trabalho.

Há no trabalho cafeeiro o predomínio do contrato temporário com trabalhadores assalariados, restritos ao período da safra. A forma de pagamento chega a ser perversa porque é transferido aos trabalhadores o controle da produtividade atrelando-a ao seu ganho. Assim, a análise que se faz é que quanto mais baixos os salários, maior será o incentivo ao aumento da produtividade. Este processo causa consequências trágicas, pois esta forma de pagamento tende a contribuir para um desgaste prematuro da força de trabalho.

Em uma das unidades trabalhadas em amostra, no momento da pesquisa, estava sendo realizada a colheita seletiva de café, apenas o completamente maduro. Este processo exige maior esforço e maior atenção por parte do trabalhador, reduzindo a produtividade e, consequentemente, o ganho. O que denota que a produção é medida pela superexploração da força de trabalho. Entretanto, este tipo de colheita ocorre com vistas a alcançar maiores preços, porque é produzido um café com melhor qualidade.

Desta forma o produtor obtém maior lucratividade à custa da pauperização e esgotamento dos trabalhadores porque trabalham intensivamente e têm uma baixa produtividade, pois a colheita seletiva é muito mais trabalhosa que a convencional. Com isto, o valor agregado ao produto não implica necessariamente, em ganhos salariais para os trabalhadores.

A produção dos catadores de café é medida em latas, para posteriormente ser efetuado seu pagamento. Para isto existe um tipo de trabalhador denominado “terreiro”. Este não está ligado diretamente à colheita. Ele apenas controla a secagem e mede a quantidade de latas colhidas ao final de cada dia de serviço de cada trabalhador. A atividade do “terreiro” é de suma importância porque é ele quem determina o ponto de secagem do café que não deve ser nem úmido e nem seco além do normal.

É o “terreiro” quem verifica a qualidade do café colhido que deve estar sem pedras, folhas, galhos ou qualquer outro tipo de impurezas, e confere a quantidade de latas catadas pelo trabalhador. Nesse procedimento o que vale é a medida determinada pelo “terreiro”, e o pagamento, é realizado pela quantidade de latas indicadas por ele, e não pelo trabalhador.

Além do “terreiro” existe outra especialidade no trabalho que é o maquinista. Ele é responsável pelo despulpamento do café, que é uma atividade mecânica. Sua tarefa é muito importante, porque se tais máquinas não estiverem bem calibradas podem danificar os grãos e comprometer a qualidade do produto.

Na fase da colheita e beneficiamento do café existem cinco tipos de atividades desempenhadas, em geral, por trabalhadores com qualificações diferentes: os catadores de café; os feitores ou fiscais; os carregadores; os “terreiros” e os maquinistas. Portanto, faz-se necessário lembrar que estes trabalhadores possuem relações de trabalho e remunerações diversificadas. Estas diferenças estabelecem hierarquias e relações de poder de uns sobre os outros. Nas propriedades onde foram realizadas pesquisas, os catadores recebem seus salários por produção. Não são residentes do local e possuem um contrato de trabalho rural temporário. Os demais, são funcionários fixos, possuem carteira assinada, residem na propriedade e são remunerados com base no salário mínimo.

Os trabalhadores catadores de café das propriedades visitadas são de origem diferenciadas, alguns são vizinhos da propriedade, outros moram na sede do município de Barra do Choça ou em seu distrito Barra Nova. Outros são migrantes oriundos do município de Vitória da Conquista que é vizinho da Barra do Choça conforme mostra o Mapa 1 (p. 19). Estes trabalhadores são recrutados por meio de uma pessoa que mantém contato com o proprietário e acorda o preço da lata de café, o tipo de colheita a ser realizada e o tempo aproximado que levarão para concluir o trabalho, pois o grão tem o tempo certo de ser colhido, para não comprometer sua qualidade.

A pesquisa revelou que alguns catadores de café vão às suas residências diariamente. Sua jornada de trabalho começa às 5h.e30min., quando devem estar disponíveis para o embarque; às 18h. o trabalhador encerra o expediente mas só chega em casa por volta das

19h.. Isto significa que ele se encontra disponível para o trabalho por um período de treze horas e meia, em média ao dia. Porém, só é considerado o tempo de trabalho que ele está efetivamente em atividade.

Os que residem distante do local de trabalho ficam alojados na fazenda e deslocam-se quinzenal ou mensalmente para suas residências. Existem fazendas que já tentam proporcionar uma melhor qualidade de vida ao trabalhador, como é o caso da Fazenda Jaguar. Porém, as demais instalações carecem de melhoramento, como pode-se perceber nas fotografias 14, 15, 16 e 17.



Fotografias 14: Local onde são preparadas as refeições dos trabalhadores.

Fonte: MACEDO, Verônica F. Trabalho de campo, março de 2008.



Fotografia 15: Local onde são preparadas as refeições dos trabalhadores.

Fonte: MACEDO, Verônica F. Trabalho de campo, março de 2008.



Fotografia 16: Local onde os trabalhadores dormem.

Fonte: MACEDO, Verônica F. Trabalho de campo, março de 2008.



Fotografia 17: Local onde os trabalhadores dormem com rede elétrica exposta, colocando vidas em risco.

Fonte: MACEDO, Verônica F. Trabalho de campo, março de 2008.

A avaliação que se faz diante destas condições precárias em que vivem os catadores de café é que o capitalista relega a segundo plano a qualidade de vida no trabalho do setor agrícola. Os trabalhadores, por sua vez, não reivindicam melhorias e se mostram conformados com esta realidade. Sendo assim, ele se torna uma mercadoria barata e desvalorizada. Atribui-se este conformismo ao baixo nível de escolaridade dos catadores e até mesmo à falta de emprego existente nas cidades em que vivem. Falta também uma política de esclarecimento e conscientização por parte dos sindicatos. Pois, os mesmos não priorizam ações que contemplem a melhoria da qualidade de vida do trabalhador.

Diante do exposto, pode-se afirmar que a alienação dos trabalhadores catadores de café no município de Barra do Choça é uma realidade. Mesmo em precárias condições de trabalho se dizem satisfeitos. Não lutam por melhor qualidade de vida em suas atividades laborativas, participam pouco dos sindicatos, e não são articulados politicamente. São conformados e acomodados com o trabalho degradante que possuem. Esta questão será melhor examinada mais adiante.

A jornada efetiva de trabalho inicia-se às 7h. e 30min., havendo 40 min. para o almoço. Isto significa que o trabalho efetivo é realizado enquanto durar a luz do sol. Quanto ao transporte desses trabalhadores sabe-se que é custeado pelo proprietário e deve-se ter em vista que o trabalhador já está à disposição do dono da fazenda desde o período da viagem. Grande parte deles é transportada em caminhões e tratores. Estas condições estão em desacordo com a legislação em vigor, que prevê o transporte em ônibus.

Outra situação observada nas propriedades é a falta de disponibilidade e o não uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI). Isto é um dos fatores que afetam negativamente as condições de trabalho e, conseqüentemente, de vida dos trabalhadores do café. Na colheita, por exemplo, existe a necessidade do uso de luvas, porque o contato com o cafeeiro pode afetar os tecidos, não só das mãos, mas também dos antebraços. Porém, apesar deste fato observa-se no Gráfico 4 que apenas 10% dos apanhadores utilizam luvas; 36% utilizam chapéu que possibilita a proteção do sol; 25% usam botas, que servem para proteger contra possíveis picadas de cobras; e 30% não utilizam nenhum equipamento de proteção individual. Esta situação retrata a falta de consciência tanto do trabalhador como do empregador.

Pode-se perceber que as condições e relações de trabalho na agroindústria cafeeira de um modo geral e, também, no município barrachocense são precárias e ainda necessitam de várias ações para que os trabalhadores tenham uma melhor qualidade de vida em sua atividade laborativa.

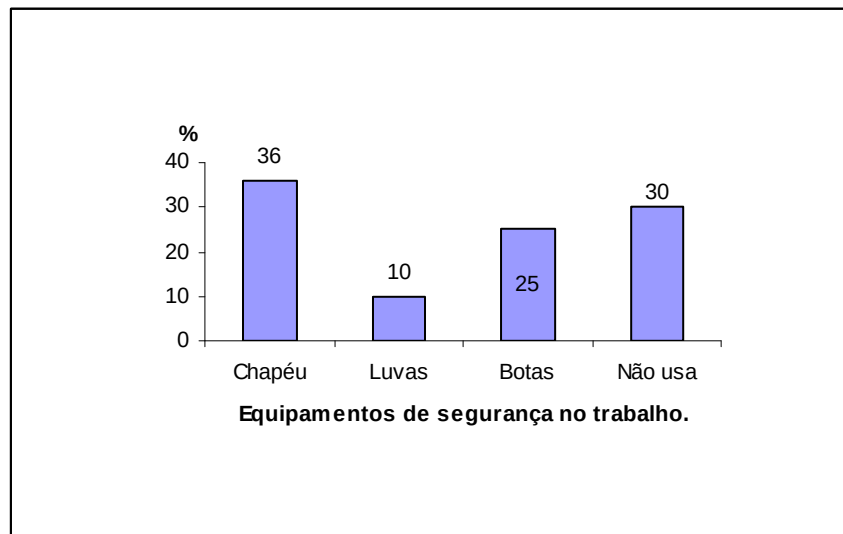


Gráfico 4: Equipamentos de segurança utilizados no trabalho para proteção pessoal dos trabalhadores entrevistados em fazendas de café no município de Barra do Choça – BA, 2008
Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

2.4.2 O enfrentamento dos trabalhadores no espaço agrário: a organização da luta dos trabalhadores no campo

No início do século XX se observou a participação dos trabalhadores rurais em muitas lutas como Palmares, Contestado, Canudos, greves nos cafezais paulistas, entre outras. Mas, foram com as Ligas Camponesas no Nordeste, nas décadas de 1950 e 1960 que a luta camponesa tomou impulso no Brasil, ganhando dimensão nacional. Para Oliveira:

O movimento das ligas camponesas tem que ser entendido não como movimento local, mas como manifestação nacional de um estado de tensão e injustiças a que estavam submetidos os trabalhadores do campo e as profundas desigualdades nas condições gerais do desenvolvimento capitalista no país (OLIVEIRA, 1989, p. 27).

Observa-se, contudo que o movimento das ligas camponesas surgiu como enfrentamento às injustiças advindas da penetração do grande capital no meio agrário, configurado pela formação dos latifúndios, que por sua vez, provocou e provoca a expropriação dos trabalhadores rurais de suas terras, tornando-os meros assalariados. A

citação de Oliveira remete a análise sobre a desigualdade perversa gerada pelo capitalismo que também tem se apresentado no meio rural.

O enfrentamento dos trabalhadores no espaço agrário brasileiro, por meio da participação em movimentos sociais tem sido um dos exemplos da luta dos trabalhadores do campo. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é o que melhor expressa essa forma de resistência, utilizando para isto os acampamentos e assentamentos que para Oliveira (1989) são novas formas de enfrentamento de quem já lutou ou de quem resolveu lutar pelo direito à terra livre e ao trabalho liberto.

A luta dos trabalhadores do campo no Brasil é exemplo de força, garra e, sobretudo, união. Ela mostra à sociedade que por meio de práticas coletivas é realizado o exercício da democracia e cidadania. A base dos movimentos sociais está em sindicatos, comissões, núcleos, associações etc. Com essas práticas, as pessoas são estimuladas para a participação social. O ponto de vista de Grzybowski sobre isto é:

Através dos movimentos, os trabalhadores rurais rompem com o seu isolamento geográfico, social e cultural. Inserindo-se num mundo mais amplo, aprendem a reconhecer a diversidade de formas de vida, a buscar alianças e a prestar solidariedade. Também, no movimento aprendem a conhecer seus adversários, suas táticas, suas organizações. Todos estes aspectos são muito enfatizados pelos trabalhadores rurais de diferentes movimentos quando falam de suas histórias de vida e de sua participação (GRZYBOWSKI, 1987, p.60).

Como meio de luta contra estas urdiduras do capital e com o objetivo de coordenar as associações camponesas até então existentes, foi criado a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB). Esta organização só se tornou viável com o apoio e orientação do Partido Comunista do Brasil (PC do B).

Mesmo com todo apoio da ULTAB e do PC do B, faz-se necessário evidenciar que a presença da violência sempre foi constante no processo de luta das ligas camponesas. Segundo Grzybowski (1987, p.20) a estratégia desta violência é impedir a organização e a continuidade dos movimentos. Ao mesmo tempo em que os movimentos grevistas cresciam eram registrados os assassinatos de lideranças dos trabalhadores, sendo que a impunidade sempre reinou entre os mandantes dos crimes.

Segundo Oliveira (1989, p.31) esta situação se agravou com o movimento militar de 1964, que possuía entre os seus objetivos a intenção de extirpar as ligas camponesas e liquidar o processo de reforma agrária iniciado pelo Presidente João Goulart. Sobre esta questão Oliveira ainda revela que:

O movimento militar promoveu verdadeira caçada às ligas camponesas e não tardou que as estatísticas passassem a registrar a morte ou o desaparecimento dessas lideranças. Entretanto, enganaram-se aqueles que pensavam acabar com a injustiça na distribuição da terra no país através da repressão (OLIVEIRA, 1989, p. 31).

Essa constatação de Oliveira leva à reflexão sobre a esperança do povo em acabar com a injustiça na distribuição de terras no Brasil por meio da repressão. No entanto, ao longo da história pode-se perceber que o governo militar realizou grandes projetos agropecuários que não possibilitaram maior acesso à terra. Em consequência disso o processo de grilagem cresceu exacerbadamente. Neste período o país assistiu desde escândalos de venda de terra para estrangeiros, até práticas genocidas.

Foi, entretanto, no período da ditadura militar, que a igreja abriu suas portas em defesa da justiça e democratização da terra. Criou o Conselho Indígena Missionário (CIMI) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT). Com isto houve um aumento considerável da violência, pois já não se matavam apenas indígenas e posseiros. Passaram a eliminar também agentes pastorais, padres e lideranças sindicais. Portanto, neste período a violência no campo, (mesmo com diferenças regionais) acentuou-se em todo o país. Isto quer dizer que a distribuição dos conflitos no Brasil não tem sido homogênea, mas todas as áreas da federação têm a presença de conflitos. Segundo Medeiros:

Foi a entrada da igreja, de forma ostensiva, na luta em defesa de índios e posseiros, e a criação da Comissão Pastoral da Terra, em 1975, que deram uma nova dinâmica política aos conflitos, trazendo-os para a esfera pública por meio de sucessivas denúncias, organizando a resistência, fornecendo esforço e infra-estrutura para reuniões, combatendo sindicalistas considerados pouco comprometidos com os interesses dos trabalhadores (MEDEIROS, 2003, p.28).

Os dados mais atuais que a CPT apresenta sobre a violência no campo, apontam que a impunidade e a repressão aos trabalhadores rurais continuam. Esta comissão revela que de 2005 para 2006 houve um aumento de 176,92% nos registros de tentativa de assassinato e 39 pessoas morreram no campo em 2006. No que diz respeito ao número de conflitos ocorridos, o balanço indica 1.657. Sendo que a região Norte lidera o *ranking* com o total de 571 casos de conflitos e a região Nordeste vem em segundo lugar, com 535. O restante é distribuído pelas outras regiões. Com base nestes dados a CPT pode-se afirmar que a violência no campo não pode ser creditada ao aumento da pressão dos movimentos do campo, mas continua diretamente vinculada à truculência histórica do latifúndio, travestido hoje de agronegócio.

Vale lembrar que a violência aumentou em áreas dos projetos agropecuários da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). Pois, segundo Oliveira, (1989) os investimentos realizados por este órgão não abriram a possibilidade de acesso à terra para as grandes levas de migrantes, até então incentivadas pelo próprio governo. A grilagem da terra acentuou-se e passou a ocorrer em todos os Estados da Amazônia.

O acirramento de confrontos armados no campo também teve uma ligação direta com o processo desencadeado pela elaboração e começo da implementação do Plano Nacional de Reforma Agrária (PRNA), que foi instituído pelo Governo Federal e nunca conseguiu se concretizar por conta das pressões dos latifundiários.

Aliado a esta questão ainda teve a criação da União Democrática Ruralista (UDR), tendo como líderes os latifundiários, que passaram a fazer uma defesa sem medidas dos interesses dos seus companheiros no Brasil e que, segundo Medeiros, (2003, p.36) estimulou seus associados a usarem a força no combate às ocupações de terra, em defesa extremada do direito de propriedade, se preciso com o uso da força. Portanto, a UDR teve a ação ampliada por todo o país e muito contribuiu nos processos de expulsão e morte dos trabalhadores no campo. Assim Oliveira expõe que:

Dessa forma, pode-se verificar que a violência no campo no Brasil, não escolhe lugar ou tipo de vítima. Ela tem se generalizado. O motivo parece estar na estrutura fundiária e na incapacidade do capitalismo em absorver e gerar emprego para uma massa cada vez maior de trabalhadores (OLIVEIRA, 1989, p. 51).

Oliveira revela em sua fala que a estrutura fundiária é fator determinante na origem dos conflitos no campo brasileiro, e o capitalismo, por sua vez, não consegue apontar soluções para que o estado de tensão desta concentrada estrutura seja dissipado. Com isto se mostra necessário a democratização da terra, gerando emprego e renda para os trabalhadores rurais do Brasil.

Vê-se, então, que os movimentos sociais têm o papel de politizar os trabalhadores, para que eles possam criar consciência sobre seus direitos sociais e trabalhistas. Quando os trabalhadores são conscientes do seu papel na sociedade e articulados, fica mais fácil a negociação de suas reivindicações e as conquistas se tornam mais amplas. Segundo Grzybowski:

Enquanto espaços de socialização política, os movimentos permitem aos trabalhadores: em primeiro lugar, o aprendizado prático de como se unir, organizar, participar, negociar e lutar; em segundo lugar, a elaboração da identidade social, a consciência de seus interesses, direitos e reivindicações; finalmente, a apreensão crítica de seu mundo, de suas práticas e representações, sociais e culturais (GRZYBOWSKI, 1987, p. 60).

Quanto ao processo de luta e enfrentamento dos trabalhadores que catam café em Barra do Choça, a pesquisa revela que eles são desarticulados e desmobilizados, pois conforme mostra o Gráfico 5, 92,5% dos trabalhadores não participam de sindicatos e apenas 7,5% têm vínculo com o sindicato rural do seu município.

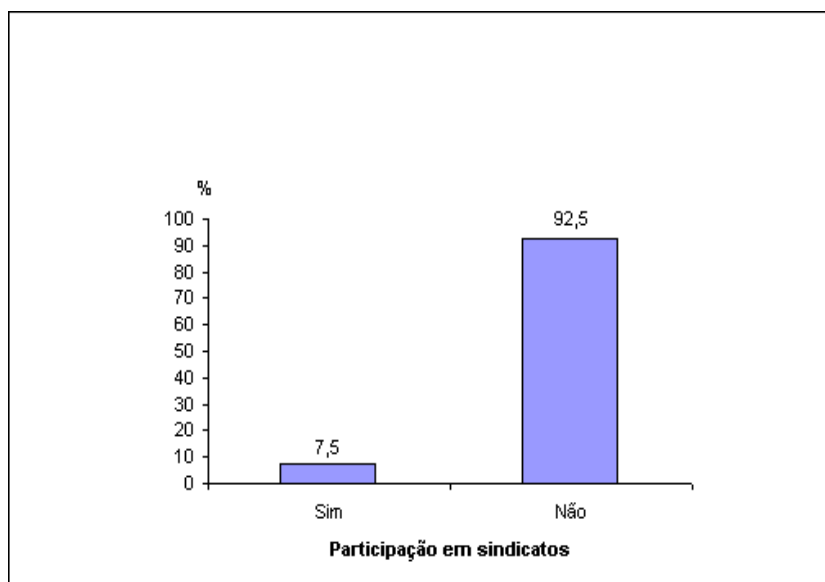


Gráfico 5: Participação em sindicatos dos trabalhadores entrevistados em fazendas de café no município de Barra do Choça – BA, 2008
Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

Segundo dados fornecidos pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barra do Choça, existem atualmente mil (1.000) trabalhadores filiados, sendo que a contribuição é descontada em folha. Este sindicato realiza três assembléias por ano: uma para previsão orçamentária; outra para prestação de contas; e outra para acordo coletivo. Nesta última, o sindicato patronal e o dos trabalhadores definem, por exemplo, o preço a ser pago pela lata de café colhido, a forma de transporte dos trabalhadores etc. A declaração do presidente do sindicato indica que não chega a 40% a participação dos trabalhadores nestas assembléias.

O sindicato atribui à falta de participação dos catadores de café ao fato desta atividade ser temporária, e dos trabalhadores serem diaristas e não terem emprego fixo. O presidente

afirma que costuma fazer propaganda em emissoras de rádio para sensibilizar o trabalhador rural da necessidade de ser filiado a esta instituição, mostrando as vantagens como direito à assistência jurídica, à saúde, ao telefone, ao transporte, à carteira do próprio sindicato que é a identidade do trabalhador rural e a aposentadoria. Pois, a Previdência Social só a concede via sindicato.

O valor pago para participar do sindicato e usufruir das benesses por ele oferecidas é de dois (2%) do salário mínimo. Mesmo com esta taxa pequena, conforme demonstra o Gráfico 6, 27% declararam não ter o dinheiro para filiar-se. A falta de mobilização destes trabalhadores é tão grande que 47% deles responderam não saber a razão de sua não participação no sindicato; 24% responderam que não gostam de participar “destas coisas”; e apenas 3% confirmaram que é por causa dos poucos dias de trabalho que a atividade oferece.

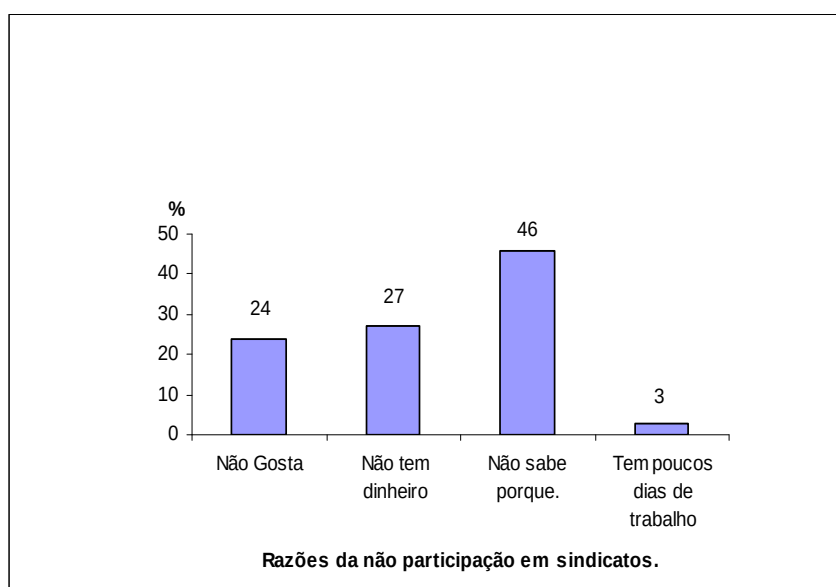


Gráfico 6: Razões que justificam a não participação em sindicatos, dos trabalhadores entrevistados em fazendas de café, no município de Barra do Choça – BA, 2008.

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

Diante dos resultados aqui apresentados e dos relatos colhidos junto aos trabalhadores e ao sindicato, avalia-se que falta uma política de conscientização dos trabalhadores para a necessidade de participar da entidade que tem por objetivo defendê-los de práticas trabalhistas inadequadas, as quais intensificam a precarização do trabalho e do trabalhador. Percebe-se que, na maioria das vezes, o sindicato só é procurado para garantir o direito da aposentadoria. Outro aspecto evidenciado é a vinculação do sindicato com a política partidária local, fato que coloca o sindicato a serviço da promoção de políticos e assim reduz ainda mais a sua

credibilidade enquanto espaço de reivindicações e lutas dos trabalhadores. O cenário esboçado revela que o sindicato está enfraquecido não possuindo mecanismos de lutas capazes de defender os trabalhadores da agressividade do capital no processo de acumulação de riquezas. Disso resulta a intensa exploração dos trabalhadores submetidos a qualquer tipo de trabalho, a contratos que desrespeitam os direitos trabalhistas, a intensa jornada de trabalho, entre outros.

Observa-se que com a facilidade e o acesso que o sindicato possui na Previdência Social parece que se tornou uma extensão deste órgão estatal. Muitas vezes, ele assume o papel de mero promotor de processos de aposentadoria e abandona outras bandeiras de luta dos trabalhadores, por exemplo, a de melhor qualidade de vida do trabalhador rural, que se mostra precária. Isto é percebido quando se constata, dentre outros aspectos, que o transporte destes trabalhadores ainda é feito em tratores e caminhões sem nenhuma segurança expondo os trabalhadores a risco de acidentes. O sindicato considera que esta questão deve ser tratada pelo Ministério do Trabalho.

A situação de descrédito e desmobilização da qual se encontram os sindicatos não é exclusivamente de Barra do Choça. Esta tem sido uma tendência no mundo e no país. Os sindicatos, de um modo geral, têm perdido força de luta e os trabalhadores não acreditam mais em seu poder político de negociação.

Por último, é importante considerar que as alterações nas relações de produção e de trabalho na atividade cafeeira, em razão da reestruturação produtiva do capital, também recaem na produção do espaço tanto agrário quanto urbano. Como conclui Thomaz Júnior (2002, p. 12), “as metamorfoses que recaem sobre o universo do trabalho atingem em cheio a dinâmica espacial do ser que trabalha”. Desse modo, a análise do espaço de moradia dos trabalhadores será focalizado no próximo capítulo, com o estudo da produção do espaço agrário e das transformações sócio-espaciais urbanas na cidade de Barra do Choça em decorrência do trabalho cafeeiro.

3 OS REBATIMENTOS DO TRABALHO CAFEIEIRO NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO

As questões aqui levantadas cumprem o propósito de evidenciar o caráter espacial da análise do trabalho cafeeiro. Diante disso, destaca-se a tese da centralidade do trabalho na produção do espaço.

Em seguida, a relação campo-cidade é tratada de modo a revelar os rebatimentos do trabalho cafeeiro tanto no espaço rural quanto no urbano. Isto significa que o resultado do trabalho dos catadores de café supera os limites rurais e atinge o espaço urbano, em um só tempo, criando uma interação do campo com a cidade, como espaço de produção e reprodução do trabalho.

Desta forma, a visão dualista que coloca em oposição o rural e o urbano já não tem mais sentido, pois as trocas destes dois espaços e as relações sociais engendradas neles têm sido cada vez mais intensas. Isto indica que eles não podem ser compreendidos separadamente. Indubitavelmente, o trabalho é um agente ativo deste processo, ele é um veículo que possibilita um *continuum* rural-urbano.

Este esforço permite, ao final, analisar o local da produção (na unidade cafeeira) e o da reprodução do trabalho (onde o trabalhador reside).

3.1 A centralidade do trabalho na produção do espaço

O trabalho é uma categoria abordada e analisada, geralmente pela Sociologia, Economia, História etc. Até os cientistas sociais e políticos investigam este assunto. Mas o que ele tem a ver com a produção do espaço? O que ele tem a ver com a Geografia? Em que medida o trabalho é uma categoria geográfica? Ao empreendermos uma análise da evolução do pensamento geográfico vê-se que a categoria trabalho foi inserida em seu arcabouço teórico, primeiramente, por Vidal de La Blache e, posteriormente, por Pierre George. No primeiro, o trabalho aparece como ato transformador por meio da relação do homem com o meio (habitat) para garantir as condições e os meios de vida e, no segundo, vinculando-o às atividades de trabalho, portanto, à dimensão do emprego.

Entretanto, para Thomaz Júnior (2002, p.3) nesse contexto histórico, de “base fundante do discurso, o trabalho na Geografia foi entendido como mediação e não como tema central”. A abordagem do trabalho como categoria central é, portanto, recente na Geografia. Pois, indo mais adiante, o autor assevera que

Se pudéssemos traçar uma linha na história, o trabalho na Geografia, invariavelmente, esteve (des)sintonizado da sociedade (enquanto parte do processo social movido pela fúria reprodutiva do capital ancorada na extração de mais-valia e da vinculação do trabalho abstrato ao empreendimento societário reinante), portanto distante do pacto de classes que a burguesia orquestrou para consolidar seu projeto de dominação. Fora também da natureza, enquanto elemento distante do corpus natural e visto somente como atividades humanas, já que o homem já estava fora da natureza (THOMAZ JÚNIOR, 2002, p.4).

Thomaz Júnior (2002, p.4) propõe a compreensão do trabalho “na sua totalidade social, ou seja, considerando o processo dialético que unifica as dimensões ambiental e sócio-espacial, como faces do mesmo conceito”. A Geografia do trabalho se põe em cena, para resgatar a dimensão ontológica do trabalho e, assim, situá-lo como categoria central da análise dos fenômenos geográficos. Pois, ontologicamente o trabalho em todas as suas dimensões, é a base fundante do auto-desenvolvimento da vida material e espiritual.

O trabalho é uma categoria geográfica porque ele permite que o homem modifique a natureza e a si mesmo, por meio de uma “relação metabólica entre o ser social e a natureza”. Ainda citando Thomaz Júnior (2002, p.4) “O trabalho enquanto fonte primária da articulação entre causalidade e teleologia é um processo entre atividade humana e natureza que se sintetiza na célula do ser social”.

Com esse entendimento, o trabalho assegura a existência humana e possibilita sua auto-realização. E nesse processo de auto-realização da humanidade por meio do trabalho se reconhece

[...] o conteúdo do metabolismo social do capital que faz com que sociedade e natureza e, as mediações que governam essa relação dialética, sejam “lidas” pela Geografia como base fundante da compreensão da polissemia do trabalho no mundo atual ou a polissemização da classe-que-vive-do-trabalho (THOMAZ JÚNIOR, 2002, p.4-5).

É com base nestes pressupostos que, em outra direção de análise, se considera temerário defender, nos tempos atuais, a idéia do fim do trabalho. Ainda segundo Thomaz

Júnior (2002, p.11), “Efetivamente o que se vê não é o fim do trabalho, mas sim a continuação desmedida da exploração do trabalho, sob novas exigências da lei do valor e uma nova gestão societal gerida por novos referenciais, impulsionados e sacramentados no interior do processo de reestruturação produtiva do capital [...]”, que tem feito com que os trabalhadores vivam estágios de subproletarização diversificada.

É necessário que se esclareça que ao referirmos sobre trabalho, não estamos limitando-o ao simples emprego, pois mesmo que o trabalhador esteja desempregado, ele trabalha em sua casa e no meio em que vive para garantir a sua sobrevivência. O trabalho é inerente ao ser humano. Thomaz Júnior (2002, p.13) afirma que é preciso considerar o universo plural do mundo do trabalho, por isso o que está moribundo é o emprego e não trabalho.

Ademais é preciso compreender que:

O mundo do trabalho não se restringe mais à fábrica, tampouco a fábrica é o mundo do trabalho; o trabalho tem seu sentido ampliado, revelando-se polissêmico. Em tempos de globalização outros códigos e arranjos espaciais se apresentam para serem decifrados (THOMAZ JÚNIOR, 2002, p.9).

Ao analisar o mundo do trabalho Francesconi avalia que:

No mundo do trabalho as evidências desse processo de reorganização consistem no aumento do desemprego estrutural e na precarização do trabalho. O desemprego estrutural responde à utilização das inovações tecnológicas e reestruturação organizacional e produtiva enquanto a precarização do trabalho recebe o nome de flexibilização do trabalho (FRANCESCONI, 2007, p.4).

Os apontamentos aqui explicitados asseguram o entendimento de que o trabalho pode então definir ou redefinir o processo social e a produção do espaço geográfico. Assim, a produção deste espaço é determinada pelo tipo de trabalho realizado nele, seja vinculado à produção ou à reprodução do capital. Daí a produção de espaços diferenciados em razão da divisão territorial do trabalho. Partindo deste pressuposto pode-se compreender que o espaço produzido em Barra do Choça, tendo como base o trabalho cafeeiro, é diferenciado de outros municípios. A produção do espaço cafeeiro se realiza, portanto, em duas direções: a do local da produção (na unidade cafeeira) e a da reprodução do trabalho (onde o trabalhador reside). Entretanto, apesar das particularidades de cada dimensão estes espaços são imbricados e complementares.

Portanto, a Geografia deve analisar o trabalho para além do controle que o capital tenta manter sobre ele. Isto pode ser perfeitamente observado no momento em que uma pessoa prepara seus alimentos, realiza atividades cotidianas em sua casa e por este tipo de trabalho ela não possui remuneração e tampouco esta atividade gera capital. Daí conclui-se que o capital se apropria do trabalho, mas nem sempre o trabalho se subordina a ele. O trabalhador do campo, por exemplo, pode realizar atividade laborativa que produza capital, mas também realiza atividades como cultivar uma horta ou fazer uma roça que sirva apenas para o sustento familiar. Sob este olhar observa-se que a afirmação de Thomaz Júnior é uma realidade concreta. Na verdade o que tem sofrido com a reestruturação produtiva do capital é muito mais o emprego que propriamente o trabalho em si.

Para Thomaz Júnior (2005, p.3), o exercício do controle social do capital e do Estado sobre o trabalho é um tema permanentemente ligado à pesquisa geográfica. Ele expõe que o trabalho assume, no âmbito do metabolismo do capital, uma constante rearrumação territorial que tem na territorialização as evidências para o entendimento do que se passa da formalidade, atingindo o tecido social e principalmente, os trabalhadores, as formas de contratação, de remuneração, de representação, de organização política etc.

As afirmações do autor nos fazem refletir sobre como a classe trabalhadora consegue extrapolar os limites sociais e territoriais, sendo em um dia, catador de café; e em outro, servente de pedreiro, camelô etc. Em entrevista com trabalhadores de Barra do Choça, muitos revelaram este fato em suas falas:

[...] Eu sou pedreiro, em Vitória da Conquista, mas cato café no período da colheita aqui na Barra [...] não importa, nem que eu tenha que pendurar num catanica,³ mas vou embora ganhar um vintém [...] A diária de pedreiro aqui é trinta reais, no café eu tiro muito mais que isso[...] não pode fazer corpo mole a gente tem que fazer de tudo um pouco.⁴

Relatos como este revelam a precariedade e complexidade do mundo do trabalho, configurando para Thomaz Júnior (2002, p.12) numa “nova materialidade do trabalho que não exaure na mudança ocupacional, em particular diante das hordas de trabalhadores desempregados, mas atua diretamente na subjetividade do trabalhador, nos seus referenciais culturais, de classe, de gênero, etc.”. Quanto à mobilidade do trabalho Thomaz Júnior (2002, p.4) assevera que “este movimento do ir e vir do trabalhador em busca de emprego expressa a territorialização, (des)territorialização e a (re)territorialização da classe trabalhadora,

³ Expressão popular usada para referir-se ao transporte coletivo.

⁴ Entrevista nº. 1 - Concedida em trabalho de campo - Janeiro de 2009.

estabelecendo, também, vínculo entre a cidade e o campo”. Desta forma se pode notar que a atividade laborativa rompe as barreiras da estrutura societária do metabolismo do capital.

Vê-se, então, que as questões aqui levantadas atestam que o trabalho exerce o papel de centralidade na Geografia, pois,

[...] não há discussão do trabalho sem discussão do sujeito. Assim, sob o ponto de vista da sociedade do capital, o sujeito deve estar na esfera do trabalho. Por isso as metamorfoses pelas quais o trabalho tem passado, atingem em cheio a dinâmica espacial do ser que trabalha, redimensionando a configuração geográfica da territorialização, da desterritorialização e da reterritorialização do trabalho em suas diferentes formas de expressão (THOMAZ JÚNIOR, 2002, p.13).

São estas as bases teóricas que orientam a análise do trabalho cafeeiro e a produção do espaço no município de Barra do Choça -BA.

3.2 A relação campo-cidade

De início é preciso esclarecer que existem duas abordagens que definem o campo e a cidade. Uma é dicotômica, que analisa o campo como meio social que se opõe a cidade, dando ênfase nas diferenças existentes entre estes espaços. E a outra é a de um *continuum* que aproxima o rural do urbano e responsabiliza o processo de urbanização como causa de mudanças significativas na sociedade, atingindo também o espaço rural.

Nesta segunda abordagem existem três vertentes. Uma dissolve as fronteiras entre o campo e a cidade, e faz uma leitura das formulações marxistas, centradas na cidade e no urbano como bases organizativas do espaço. Este viés Rua (2003, p. 39) denomina como abordagem clássica. Nesta direção é bastante divulgada a dimensão do rural urbanizado. É nesta perspectiva que Graziano da Silva (1999, p.122) faz a generalização, homogeneizando o espaço com sua nova expressão do “novo rural”.

Portanto, a abordagem clássica acaba fundindo o urbano e o rural numa única espacialidade. Ela deixa de perceber as especificidades e até mesmo as contradições que existem nesses dois espaços. Então, esta tendência advoga a urbanização do espaço, defendendo que o urbano ultrapassa a cidade e faz desaparecer a ruralidade.

A outra vertente é apoiada pela oposição da homogeneização do urbano-rural. Rua (2003, p.51) a define como uma vertente também analítica, mas que se apóia nas "novas ruralidades". Nesta direção, o rural é visto como uma categoria social e não como um recorte espacial. Ela se manifesta contrariamente à dissolução do agrário e a uniformização das condições de vida no campo. Portanto, não se pode entender a ruralidade hoje, somente por meio da penetração do mundo urbano-industrial, sem perceber as práticas culturais que são próprias do mundo rural. Desta maneira, ao contrário de propagar o fim do rural, deve integrar os dois ambientes culturais (rural-urbano) com a perspectiva de um renascimento do rural, que poderia marcar as trocas sociais e econômicas entre o campo e a cidade.

Ainda nesta perspectiva, o rural deve deixar de ser visto como o ultrapassado e em vias de desaparecimento. Ele deve ser visto em suas multiplicidades e virtualidades, admitindo que pode existir áreas rurais que se desenvolvam, mas não se tornem não-rural. Este caminho lembra que é preciso definir o meio rural de maneira que leve em conta tanto a sua especificidade, como os determinantes de sua dinâmica.

Sobre estas duas abordagens teóricas, Rua (2003, p.53) expõe que elas apresentam análises parciais, pois cada uma isoladamente não contempla a complexidade que marca o rural de hoje. Com isto, ele tenta construir uma terceira abordagem analítica, integrando algumas formulações apresentadas nas vertentes expostas anteriormente. A abordagem de Rua se refere às transformações pelas quais o rural tem passado nos dias atuais. Este fato ele denomina "urbanidade no rural".

A urbanidade no rural explica as múltiplas territorialidades que devem marcar a significação do rural com a natureza, levando em conta a hibridez do urbano e rural ao configurar uma integração em várias escalas. Segundo Rua (2003, p.54), a idéia de urbanidade no rural dá uma ressignificação ao rural. Para ele esta nova roupagem não é fruto apenas das criações urbanas, mas também das leituras particulares por parte dos habitantes das áreas rurais. O mesmo autor ainda considera que:

Mesmo dando destaque às condições cultural e simbólica, não se pode deixar de lembrar que o que se observa é uma permanente recriação do capitalismo, nunca restrito à dimensão econômica, mas contemplando as múltiplas dimensões das relações sociais (RUA, 2003, p.54).

Ao observar as peculiaridades do meio rural, nota-se que existe uma gama de elementos que marcam um determinado lugar, podendo ser de natureza endógena ou exógena, mas que se combinam e caracterizam cada lugar de maneira singular. Por meio destas relações

fica evidenciado o dinamismo do espaço geográfico. Esta terceira tendência enfoca o território como um importante instrumento da existência e reprodução do ator social. Com isto ela tenta ultrapassar o corte tradicional rural/urbano e toma como base as novas territorialidades. Rua (2002, p.39) tenta trabalhar uma nova visão de urbanização que ultrapasse a dinâmica física do processo e incorpore as dimensões ideológica e cultural.

Ainda citando Rua (2003, p.57), as urbanidades no rural seriam todas as manifestações do urbano em áreas rurais sem que se tratem esses espaços formalmente como urbanos. Isto significa que a idéia de novas ruralidades tenta enfatizar a força do rural diante do urbano. Um rural que interage com o urbano, sem deixar de ser rural, transformado, não extinto, guardando suas especificidades. O processo de transformação ocorre de maneira diferenciada de uma localidade para a outra. Portanto, esta visão vê a possibilidade de interação dos dois pólos, e não a anulação de um em função do outro, respeitando as particularidades de cada espaço.

Por isto, atualmente assistimos a uma tendência de interação entre as cidades e o meio rural. Mesmo que o mundo rural possua suas especificidades, tanto históricas como sociais, culturais e naturais não é mais possível enxergá-lo dissociado do mundo urbano. Segundo Baudel Wanderley (2001, p.33) mesmo ressaltando as semelhanças entre os dois extremos e a continuidade entre o rural e o urbano, as relações entre o campo e a cidade não destroem as particularidades dos dois pólos. Para a autora estes espaços vivem um intenso processo de mudanças de suas relações, mas isto não representa o fim do rural.

Ao levar em conta algumas representações sociais do meio rural pode-se afirmar que apesar da permanência do rural, enquanto espaço integrado ao urbano, ele é também específico e diferenciado, pois possui suas particularidades. Assim afirma Baudel Wanderley:

[...] mesmo quando se atinge uma certa homogeneidade, no que se refere aos modos de vida e à chamada “paridade social”, as representações sociais dos espaços rurais e urbanos reiteram diferenças significativas, que têm repercussão direta sobre as identidades sociais, os direitos e as posições sociais de indivíduos e grupos, tanto no campo quanto na cidade (BAUDEL WANDERLEY, 2001, p. 34).

As particularidades que o urbano e o rural possuem não podem ser relegadas. Elas devem ser vistas como ponto de interação e de cooperação, pois são por meio delas que acontece a aproximação destes dois espaços que se configuram em uma rede de relações recíprocas. Com isto já é possível afirmar que um está contido no outro, um está para o outro.

Desse modo, corrobora-se a tese de Thomaz Júnior,

[...] quando apreendemos os vínculos entre a cidade e o campo, ou as formas de realização do trabalho, nos propomos entender que não se trata de igualar uma à outra, ou de estabelecer a prevalência ou a determinação dessa sobre aquela ou vice-versa, sem antes focar o processo social, mas considerarmos as diferenças no tocante às especificidades das relações de trabalho, da relação metabólica que o homem estabelece com o meio e consigo mesmo e, em consequência, a identidade do sujeito que trabalha, que está envolvido na lavoura cotidiana e se territorializa enquanto (re)configuração geográfica e espacial dos processos sociais (THOMAZ JÚNIOR, 2002, p.4).

Quando se pensa em rural e urbano como espaços integrados, é possível afirmar que são vários os aspectos que os integra e um destes pontos de integração, sem dúvida, é o trabalho. Na cidade de Barra do Choça o *continuum* rural-urbano é claramente observado. Uma grande parcela dos trabalhadores barrachocenses vive de atividades rurais, mais especificamente, na cafeicultura. Aqui convém lembrar que apesar do intenso deslocamento campo-cidade ocorrido nos últimos anos, conforme mostram os dados dos Censos Demográficos do IBGE, em 2000, de um total de 40.810 habitantes 23.080 estão na zona rural e 17.730 residem na zona urbana. Fato que tem sido atribuído ao peso da atividade cafeeira.

É curioso notar que os trabalhadores do café, em sua maioria, residem na cidade de Barra do Choça ou em outros municípios, mas dependem do rural para sobreviver. Pois, o dinheiro que ganham como remuneração do seu trabalho é a fonte de alimento do comércio no meio urbano, sendo que é neste espaço que os trabalhadores compram seus alimentos, suas vestes, enfim, os produtos necessários à sobrevivência. Portanto, eles travam relações sociais nos dois espaços, fazendo com que haja uma estreita dependência entre o rural e o urbano, concretizando um *continuum*.

Assim pode-se afirmar que a dinâmica do meio urbano barrachocense também depende do desempenho da agricultura e de suas condições de funcionamento. Isto é, qualquer coisa que afete a produção da agricultura, tanto no sentido negativo como secas, erradicação da cultura, crises econômicas etc., quanto no sentido positivo, como a grande produção de safra, os preços elevados do produto, em decorrência da demanda da mercadoria, vai atingir também o espaço urbano do município de Barra do Choça, já que a agricultura cafeeira é a principal atividade e a fonte primordial de ocupação e renda de grande parte da população deste município. Esta tendência pode ser confirmada nos depoimentos de comerciantes locais:

[...] Quando o café não dá, a gente só falta fechar as portas. Não vende quase nada [...] mas quando dá a gente anima mais [...]. A Barra só é Barra quando o café dá [...]. Aqui só melhorou depois do café, a cidade cresceu criou novos bairros, até roça de café virou bairro, [...]até as festas só tem se tiver café [...].⁵

A agricultura é a base para a criação de possibilidades econômicas no município em análise. Com base nestes pressupostos é possível afirmar que o que ocorre no setor agrícola pode atingir o conjunto da economia e da sociedade não só barrachocense, como também de outros municípios adjacentes que oferecem mão-de-obra para o setor.

Vê-se, então, que estes dois espaços não podem ser compreendidos separadamente. Outro argumento forte para justificar esta afirmação é o fato de o desenvolvimento do capitalismo e a introdução de máquinas na agricultura desencadearem a urbanização do campo. Segundo Marques (2002, p. 99), este processo foi reforçado pela proliferação de atividades não-agrícolas no campo, antes eminentemente urbanas como o turismo, o comércio e a prestação de serviços. Contudo é importante ressaltar que o *continuum* rural-urbano está mais próximo dos aspectos econômicos do que sociais. Esta aproximação dos dois espaços não diz respeito à paridade social, pois segundo Baudel Wanderley (2001, p.36) a população rural ainda é a principal vítima da pobreza, do isolamento e da submissão política. Isto significa que quanto aos aspectos sociais ainda há um abismo separando o campo e a cidade.

3.3 As transformações sócio-espaciais em Barra do Choça em decorrência da cafeicultura

As transformações sócio-espaciais serão tratadas sob duas dimensões de análise: a da produção e da reprodução do capital. Assim, por um lado examina-se o espaço da unidade cafeeira (produção) e, por outro, será focalizado o espaço da moradia dos trabalhadores (reprodução), sem no entanto, entendê-los como espaços isolados, mas imbricados. Este exercício permite revelar as contradições capital-trabalho e evitar a dicotomização local de trabalho e local de moradia. Isso posto, corrobora-se o entendimento de Ikuta (2003) ao avaliar esta dicotomia:

⁵ Entrevista nº. 2 - Fragmentos do discurso presente no depoimento de comerciante quando da realização do trabalho de campo em fevereiro de 2009.

A dicotomia da *separação entre o local de trabalho e o local de re-produção e consumo* (efetivada pelo capitalismo industrial através da reorganização do trabalho e do advento do sistema fabril que força esta separação) oculta a fonte do verdadeiro conflito (capital x trabalho), amenizando as contradições sociais por meio da *fetichização* que transporta o conflito para a esfera do mercado. Na verdade, tal separação tem seus primórdios quando da instauração do trabalho assalariado pelo capital e da promoção da despossessão do trabalhador assalariado das condições de vida, isto é, de seus meios de produção (IKUTA, 2003, p.108, grifos da autora).

Este comportamento reafirma que as mutações no trabalho cafeeiro não estão confinadas às unidades cafeeiras, mas são estendidas para a esfera da vida do ser-que-vive-do-trabalho e vice-versa. Para Ikuta,

Se o trabalho sofreu grandes mutações, do mesmo modo, a família, a escola, o cotidiano das cidades também se modificaram, pois as novas exigências do *sistema metabólico do capital* estão tanto para a inteligência, os sentimentos e a comunicação entre os que trabalham como para a própria sociabilidade nas esferas externas ao trabalho. Uma ilustração é que em algumas análises teóricas as transformações atuais permitem até mesmo transpor conceitos e técnicas empresariais para a gestão das cidades (*locus da re-produção da força de trabalho*) que, como as empresas, estariam submetidas à problemática da produtividade e da competitividade (IKUTA, 2003, p.91, grifos da autora).

Um exemplo citado pela autora é o uso e a aplicação do conceito de *planejamento estratégico*⁶ para as cidades, que tendem a transformar o espaço urbano em mercadoria altamente rentável com forte tendência da valorização fundiária e por incrível que pareça, no recrudescimento dos valores da terra urbana em um espaço construído em função da atividade cafeeira.

É com este entendimento de integração entre o espaço de produção e de reprodução do trabalho que se analisa as transformações sócio-espaciais em Barra do Choça.

⁶ Destacam-se como defensores deste projeto Jean Bouinot, Bernard Bermils, Jordi Borja, Manuel Forn y Foxà e Manuel Castells.

3.3.1 O espaço da unidade cafeeira

Na unidade cafeeira é possível verificar duas dimensões da produção do espaço: uma destinada à produção em si (lavouras de café, sede da propriedade, armazéns, etc.) e a outra destinada aos trabalhadores (alojamentos).

Como dito em páginas anteriores, a reestruturação produtiva seleciona os produtores e as propriedades, gerando uma produção desigual no espaço agrícola em estudo. Assim, temos duas paisagens bem distintas: as grandes propriedades com extensas áreas plantadas e as propriedades que não conseguiram sobreviver face às novas exigências do capital. Esta desigualdade espacial pode ser ilustrada pelas Fotografias 18 e 19 onde na primeira representa a típica unidade agrícola em franca decadência na região de Barra do Choça, predominante nas pequenas propriedades; enquanto a segunda representa a unidade produtiva capitalizada e em franca ascensão da produção, face às inovações técnicas introduzidas nas médias e grandes propriedades.



Fotografia 18: Lavoura de café abandonada no município de Barra do Choça - BA, 2009.
Fonte: MACEDO, Verônica F. Trabalho de campo, março de 2009.



Fotografia 19: Lavoura de café em franca expansão no município de Barra do Choça - BA, 2009.
Fonte: MACEDO, Verônica F. Trabalho de campo, março de 2009.

Observa-se nitidamente que lavouras de café em unidades produtivas de pequeno porte foram abandonadas. A justificativa apresentada pelos produtores é a dificuldade de acesso ao crédito bancário e, conseqüentemente, aos insumos e equipamentos agrícolas. Outro aspecto evidenciado é a variação do preço do café. Este quadro pode ser atestado pelos depoimentos de proprietários como podemos observar na seguinte dicção:

[...] nós abandonamos a lavoura porque os produtos são caros e não compensa investir porque o preço do café está baixo [...] assim a gente toma prejuízo [...], quando a gente colhe o café a gente não tira nem dez reais de lucro na saca [...], o pequeno agricultor está lascado! [...] deve a Deus e o mundo. Além de não ter tido lucro com o café ainda perdeu a sua terra [...], o café hoje só está dando para o grande [...].⁷

Já nas grandes propriedades, o discurso e a paisagem expressam a forte inserção no mercado em que a presença de lavouras de grande dimensão, com o uso intensivo de tratores, máquinas de alta tecnologia para colheita entre outros, revelam que, para alguns proprietários a agroindústria cafeeira é um grande negócio. Este cenário é demonstrado nos fragmentos de discurso de alguns médios e principalmente grandes proprietários:

[...] O café hoje só não dá para quem é mole! É preciso ter coragem para tomar empréstimo e investir não só em insumos e equipamentos, mas em assistência técnica. O único problema que a gente tem é que o Estado não ajuda [...] podia pelo menos isentar as nossas dívidas [...].⁸

Nas grandes propriedades existem alojamentos para trabalhadores, sobretudo, para o uso intensivo da força de trabalho no período da colheita. Em geral estes alojamentos não oferecem conforto aos trabalhadores e a maioria é insalubre. Expressam a intensa precarização a que estão submetidos. O Painel Fotográfico 1 mostra em mosaico as estruturas interna e externa destas unidades e as péssimas condições de habitabilidade e higiene.

⁷ Entrevista nº. 3 - Concedida em trabalho de campo - Fevereiro de 2009.

⁸ Entrevista nº. 4 - Concedida em trabalho de campo - Fevereiro de 2009.



Painel Fotográfico 1: Espaço interno e externo de alojamentos nas propriedades cafeeiras no município de Barra do Choça - BA, 2009.

Fonte: MACEDO, Verônica F. Trabalho de campo, março de 2009.

Reproduz-se em Barra do Choça o mesmo procedimento de superexploração da força de trabalho da pioneira atividade cafeeira paulista, face as condições das habitações, construídas pelos proprietários, para os trabalhadores que residem distantes da unidade produtiva. Evidentemente, que, medindo proporcionalidades decorrentes de outro contexto têmporo-espacial é surpreendente essa realidade vivida pelos trabalhadores em alguns meses do ano. As ilustrações anteriores evidenciam o contexto descrito.

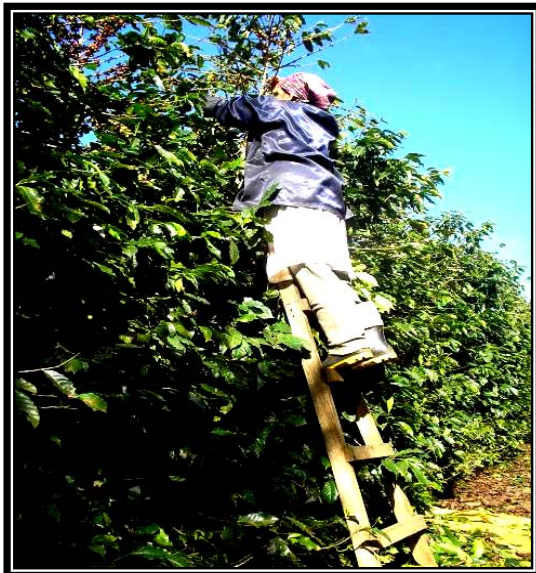
Estes alojamentos são destinados aos trabalhadores procedentes de outros municípios, que não possuem condições de retornar as suas residências ao final do dia e são obrigados a utilizar esses alojamentos disponibilizados pelos proprietários cafeeiros. Na chegada os grupos de trabalhadores são separados por sexo e por região de origem, pois muitos deles vêm de distritos de Vitória da Conquista, da região da caatinga, e do município de Anagé, que é também região do semi-árido.

É curioso observar que os trabalhadores imprimem seu modo de vida e comportamentos nestes lugares. É muito comum as reclamações dos gerentes das fazendas quanto ao uso do espaço ou de comportamentos e conduta dos trabalhadores. Do conjunto de reclamações destacam-se as relatadas pelos trabalhadores:

[...] aqui tem uns jogadores que de noite não deixa ninguém dormir, [...] tem também um som de rádio e de TV das pequeninhas que Deus me livre [...], Ah! E as rixas? tem dia que é um risca faca danado [...] e o fedor? o povo aqui não usa banheiro. Não sabem nem usar um vaso [...].⁹

Na execução do trabalho, os catadores não contam com as condições adequadas para a sua segurança, realizando a atividade com riscos de acidentes como pode ser visto no Painel Fotográfico 2 que representa imagens do trabalho precarizado na lavoura cafeeira em Barra do Choça – BA e que assemelham-se aos velhos processos de trabalho nos primórdios da cultura cafeeira paulista.

⁹ Entrevista nº. 5 - Concedida em trabalho de campo - janeiro de 2009.



Painel Fotográfico 2: O trabalho de colheita nas lavouras de café no município de Barra do Choça - BA, 2009.

Fonte: MACEDO, Verônica F. Trabalho de campo, março de 2009.

O espaço da produção também se caracteriza pela imponência da infra-estrutura que as fazendas possuem como estufas de secagem do café e grandes armazéns para estocagem do produto, conforme mostram as Fotografias 20 e 21:



Fotografia 20: Modelo de estufa de secagem do café em fazendas de grande porte em Barra do Choça - BA, 2009.

Fonte: MACEDO, Verônica F. Trabalho de campo, março de 2009.



Fotografia 21: Armazém do café em fazendas de grande porte em Barra do Choça - BA, 2009.

Fonte: MACEDO, Verônica F. Trabalho de campo, março de 2009.

A desigualdade na produção do espaço materializa a divisão territorial do trabalho, cabendo aos trabalhadores um espaço precário por serem compreendidos como força de trabalho temporária e, portanto, descartável. Ou seja, em um mesmo espaço de realização da produção, o espaço da reprodução do trabalho também se materializa, face à necessidade de que o ciclo da produção seja processado dentro de um tempo coletivamente necessário a fim de que o trabalho excedente seja produzido pelo tempo médio de cada trabalhador do café. Isto significa que é o trabalhador o mais espoliado neste processo. Por outro lado, não podemos dizer que formas escravistas de exploração estejam evidenciadas nestes espaços.

3.3.2 O espaço da moradia (reprodução)

Ainda acompanhando o argumento de que o local de reprodução da força de trabalho, agrega também os espaços de moradia dos trabalhadores do café residentes no entorno urbano da cidade de Barra do Choça

Barra do Choça tem nos últimos anos apresentado um crescimento significativo de sua malha urbana. O intenso deslocamento de trabalhadores no sentido campo-cidade, já analisado anteriormente, contribuiu para que fosse ampliada a fragmentação do espaço urbano. Não apenas no que se refere a forma e estrutura da malha urbana, mas sobretudo, na instalação de equipamentos e serviços urbanos coletivos ou na expansão da área comercial e residencial.

As imagens presentes nas Fotografias 22, 23, 24 e 25 permitem avaliar a intensidade destas transformações e atestam o processo de (re)produção do espaço urbano como rebatimento sócio-espacial da atividade cafeeira no município. Nessas fotografias temos uma das vias principais da cidade totalmente pavimentada, inclusive formando o núcleo comercial de Barra do Choça.



Fotografia 22: Praça do Comércio - Barra do Choça - BA, 1970.

Fonte: Acervo pessoal de TAVARES, Jacson.



Fotografia 23: Praça do Comércio - Barra do Choça - BA, 2009.

Fonte: MACEDO, Verônica F. Trabalho de campo, março de 2009.



Fotografia 24: Praça do Comércio - Barra do Choça - BA, 1960.

Fonte: Acervo pessoal de TAVARES, Jacson.



Fotografia 25: Praça do Comércio - Barra do Choça - BA, 2009.

Fonte: MACEDO, Verônica F. Trabalho de campo, março de 2009.

Foram realizadas na feira livre da cidade, alterações significativas em suas estruturas. De barracas tradicionais, que vendiam produtos da agricultura local, ao grande Centro de Abastecimento como mostra a Fotografias 26 e 27. Podemos dimensionar alguns elementos interessantes como, o da autonomia na oferta de bens perecíveis e de consumo imediato, e a redução da dependência do mercado de abastecimento de Vitória da Conquista. O mais importante é que o alcance espacial de consumo desses produtos atinge alguns municípios circunvizinhos.



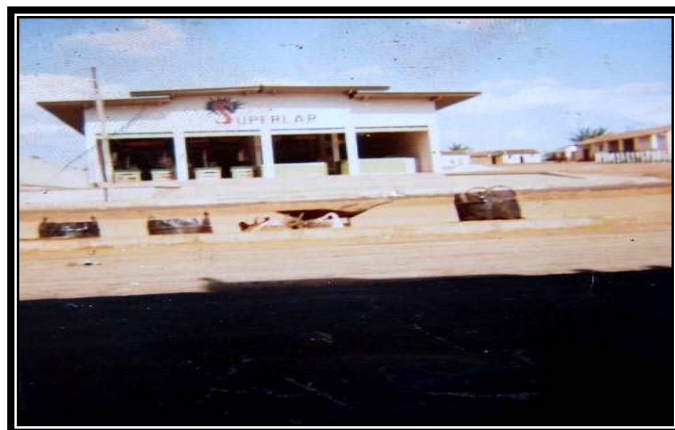
Fotografia 26: Principal Feira Livre na cidade de Barra do Choça - BA, 1970.
Fonte: Acervo pessoal de TAVARES, Jacson.



Fotografia 27: Principal Feira Livre na cidade de Barra do Choça – BA - CEASA Francisco Amorim, 2009.
Fonte: MACEDO, Verônica F. Trabalho de campo, março de 2009.

É necessário esclarecer que estas transformações não são meramente estruturais, ao contrário, incorporam nesse processo mudanças no plano econômico, social, cultural e político. A mudança na forma e estrutura da comercialização dos produtos da feira livre para os Centros de Abastecimento também vai impor novas regras, nem sempre possíveis de serem atendidas pelos antigos feirantes. Ademais, a concorrência com a grande empresa seleciona mais uma vez os comerciantes, excluindo vários trabalhadores-comerciantes. Os consumidores também irão adotar novos padrões de comportamento na aquisição de produtos abandonando aos poucos antigas práticas.

Outra orientação observada é a substituição de antigos ramos comerciais por grandes empresas que comercializam produtos agropecuários a exemplo da Empresa Superlar pela Empresa Módulo Rural, como mostram as Fotografias 28 e 29. O que consolida uma tendência na cidade em atender a uma clientela local que produz e comercializa café. Ressalva-se que todo esse processo é recente e de certa forma imprime mudanças em seu limiar e alcance, sendo quase desnecessário o deslocamento para o centro maior regional. É evidente que não podemos criar presunções de que em Barra do Choça existe um segmento comercial variado de bens e serviços voltado para o agronegócio cafeeiro. A dependência existe, mas essa é mais voltada para os grandes plantadores de café. Deduzindo-se, portanto, que as lojas situadas na cidade estão voltadas para uma clientela composta por pequenos ou médios plantadores de café.



Fotografia 28: Estrutura da Empresa Superlar do ramo de alimentos - Barra do Choça - BA, 1980.

Fontes: Acervo pessoal de TAVARES, Jacson.



Fotografia 29: Empresa Módulo Rural instalada na cidade de Barra do Choça - BA, 2009.

MACEDO, Verônica F. Trabalho de campo, março de 2009.

As transformações sócio-espaciais não são exclusivas dos espaços públicos ou comerciais, estão presentes também na diversificação de bens, em especial no ramo educacional. As Fotografias 30, 31 e 32 trazem ilustrações que revelam a evolução de equipamentos educacionais. Um exemplo é a mudança precária da infra-estrutura da Escola Presidente Médici. As atuais unidades do ensino fundamental, agora se apresentam melhor equipadas. Registra-se ainda a presença de extensão do ensino superior com o curso de pedagogia oferecido pela Universidade Estadual da Bahia (UNEB), *campus* descentralizado.



Fotografias 30, 31 e 32: Evolução de equipamentos educacionais na cidade de Barra do Choça -BA, 2009.
 Fonte: Acervo pessoal de TAVARES, Jacson, 1970 e MACEDO, Verônica F. Trabalho de campo, março de 2009.

Por outro lado, temos a maior contradição sócio-espacial da cidade, em função da atividade cafeeira. Enquanto os equipamentos da cidade, a atividade comercial e a oferta de bens e serviços se especializam e modernizam, o sub-espço urbano da moradia dos trabalhadores praticamente em nada modificou, não apenas em função da precariedade da infra-estrutura, mas também da estrutura das moradias. As imagens do Painel Fotográfico 3 atestam essa problemática ao mostrar aspectos do espaço de moradia nas áreas urbanas que, em sua maioria, residem trabalhadores do café, sendo que as ruas representadas tem como maior característica o vínculo de seus moradores com o processo de colheita do café, conforme registrado em trabalho de campo. Ou seja, a área residencial confirma as vinculações das condições de trabalho com a precariedade das moradias dos trabalhadores.



Painel Fotográfico 3: Bairro residencial onde moram a maioria dos trabalhadores do café na cidade de Barra do Choça - BA, 2009.

Fonte: MACEDO, Verônica F. Trabalho de campo, março de 2009.

A ausência de esgotamento e pavimentação em parte do bairro reforçam a tese de que o crescimento urbano não é acompanhado de urbanização. Desse modo é negado ao conjunto dos trabalhadores o acesso ao urbano e sua permanência está condicionada a atividade cafeeira. O que nos faz perceber duas contradições: A primeira, pela impossibilidade de migração dessa população, que em sua maioria, é nascida na região do Planalto da Conquista e as condições financeiras não permitem a realização de migrações sazonais para outras regiões da Bahia, do Nordeste ou do Brasil; e a segunda, mesmo que as condições reproduzam uma vida cotidiana da qual não apresenta um mínimo conforto, ao menos estrutura-se uma vantagem: a existência do horizonte de trabalho durante a fase da colheita do café, lhe dando emprego e renda.

Na década de 1980, foram construídas 16 casas pelo então Prefeito Bráulio Leite, “doadas” para trabalhadores do café. As casas construídas serviram de base para a expansão do bairro e agrega uma população que vive basicamente da colheita do café. Mas com ele nada foi acrescentado, além da reprodução da vida desses trabalhadores em função da atividade da colheita da rubiácea, mesclando períodos de desemprego e de trabalho anual.

Um morador entrevistado afirmou que quando ele ganhou a casa não existia nada nos arredores, somente algumas roças de café. Após a doação dessas casas outras foram construídas no loteamento aberto e impulsionou a expansão urbana.

Neste início do século XXI novos loteamentos foram abertos para comportar diferentes trabalhadores. Os loteamentos Cidade Jardim, Nova Barra e Caminho das Árvores estão sendo ocupados principalmente por servidores públicos.

Interessante destacar, que, as áreas que comportavam roças de café foram transformadas em loteamentos, visto a expansão urbana. Esta tendência é ilustrada pela Fotografias 33 e 34. Isso não significa que seja um processo avassalador, mas demonstra um processo inusitado de cidades de pequeno porte vinculada a uma atividade da agricultura capitalista, que seria uma valorização imobiliária, com seus efeitos excludentes de segregação sócio-espacial.



Fotografias 33 e 34: Loteamento Caminho das Árvores na cidade de Barra do Choça - BA, 2009.

Fonte: MACEDO, Verônica F. Trabalho de campo, março de 2009.

É comum em Barra do Choça a proximidade de áreas de loteamento com as roças de café, como mostra a Fotografia 35



Fotografia 35: Residência próxima a roça de café na cidade de Barra do Choça - BA, 2009.

Fonte: MACEDO, Verônica F. Trabalho de campo, março de 2009.

Outro aspecto bastante visível é a presença de atividades tipicamente rurais, como plantação de mandioca e feijão, em terrenos baldios no bairro, remetendo à relação campo-cidade, como pode ser observado nas Fotografias 36 e 37. Mas sem qualquer importância do ponto de vista econômico.



Fotografias 36 e 37: Plantio de feijão e de mandioca em terrenos baldios na área urbana de Barra do Choça -BA, 2009.

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

As condições gerais do espaço de moradia, embora apresentem diferenças espaciais sutis, fortalece a idéia de que estejam de fato relacionadas com o processo geral da acumulação realizada com o café, expressando a divisão territorial do trabalho no âmbito municipal. Por se tratar de áreas em que as condições e relações de trabalho possuem um alto grau de precariedade, apresentam, também, uma intensa deficiência de acesso aos equipamentos e serviços urbanos coletivos. Para Ikuta (2003) isto revela uma superposição sócio-territorial das precariedades¹⁰, em que, “todo o conjunto de sub-condições de existência, estão “confinados” nas áreas mais precárias da cidade” (2003, p. 39).

A realidade apresentada nestas áreas residenciais confirma a existência de segregação sócio-espacial que se manifesta não apenas na sua localização nos limites da malha periurbana, mas também no que se refere ao nível das habitações, no abandono de áreas verdes e ainda pela dificuldade de acessibilidade física e social aos equipamentos e serviços coletivos urbanos.

¹⁰ Para IKUTA (2003), a superposição sócio-territorial do conjunto das precariedades acontece tendo em vista que, “as tendências do desemprego estrutural e a precarização das condições das relações de trabalho são fenômenos [...] que influem diretamente, objetiva e subjetivamente, em todos os demais aspectos da vida dos trabalhadores, que são ao mesmo tempo, moradores, usuários de transporte coletivo, consumidores de água, luz, esgoto, asfalto, serviços de saúde, educação, lazer, etc.” (IKUTA, 2003, p.39)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conjunto de informações e análises presentes ao longo deste estudo, longe de esgotarem a discussão ou representarem verdades inquestionáveis, permite apresentar uma leitura sobre a reestruturação produtiva do capital e o trabalho na agroindústria cafeeira e seus rebatimentos no processo de formação sócio-espacial do município de Barra do Choça - BA. A abertura de vários leques de análise durante a pesquisa sinaliza para a necessidade de futuras investigações. Entretanto, o esforço científico empreendido neste trabalho nos permite fazer algumas avaliações as quais se passa a tratar:

O processo de reestruturação produtiva do capital tem provocado transformações substanciais nas relações de trabalho e de produção, que estão presentes nas atividades comerciais, industriais e de serviços. Estas transformações são hoje percebidas em diferentes escalas espaciais, não só no espaço agrário, como também no urbano. Na agroindústria cafeeira, no Planalto da Conquista, mais especificamente no município de Barra do Choça, estas transformações são bastante evidentes. Então pode-se afirmar que a reestruturação produtiva do capital já atingiu a agricultura. Atualmente, ela já não é mais uma exclusividade do espaço industrial.

Na agroindústria cafeeira em Barra do Choça se observa a reprodução das relações sociais no momento em que os trabalhadores interagem entre si e com o próprio espaço por um determinado período do ano. Partindo deste pressuposto vê-se que os trabalhadores, catadores de café, territorializam o espaço no momento da colheita, (des)territorializam quando já não tem mais trabalho e um tempo depois (re)territorializam. Todo este processo se justifica em razão da característica do trabalho cafeeiro que se concentra no período da colheita e ainda pela prática do contrato de trabalho temporário firmado entre proprietários e trabalhadores. Esta tendência orienta o fluxo migratório dos trabalhadores.

Nestes períodos em que estão em contato uns com os outros e com o próprio espaço, eles estabelecem relações de poder. O patrão submete-os ao seu poder porque são donos dos meios de produção e do capital, e os catadores, por sua vez, exercem poder sobre o patrão porque são donos de sua força de trabalho.

Há também entre os próprios trabalhadores uma divisão hierárquica de funções que estabelecem relações de poder, como a do capataz em relação aos catadores. O capataz tem várias atribuições, uma delas é fiscalizar a colheita e determinar as ruas que cada catador trabalhará. Determina e fiscaliza o tipo de café que será colhido, porque o café tem que estar

nas condições ideais para ter boa qualidade. O conjunto de funções exigidas para o capataz requer conhecimento específico e poder de liderança, e estas características lhe conferem maior status na hierarquia de poder entre os trabalhadores. É curioso notar entre os trabalhadores um misto de medo e respeito pelo capataz nas lavouras de café, por receio de ser delatado.

Portanto, é necessário que os fazendeiros importem mão-de-obra, principalmente do sertão da Bahia onde a oferta de emprego é escassa e até mesmo inexistente, em alguns casos. Isto significa que, para alguns catadores, a colheita de café representa a única fonte de renda anual.

O resultado da análise da realidade dos trabalhadores na agricultura cafeeira confirma que estão submetidos a uma intensa precarização nas condições e relações de trabalho. O desemprego faz com que os mesmos submetam-se ao trabalho sem vínculo empregatício e sem direitos trabalhistas. Muitos argumentam que estavam ali por falta de opção, uma vez que não conseguem uma colocação no mercado de trabalho na cidade em que residem.

Além da intensa precarização dos trabalhadores registra-se uma desorganização e desarticulação para o enfrentamento dos problemas existentes. Eles quase não participam de sindicatos e não estão ligados a nenhum movimento social do campo. Não lutam por melhores condições de vida no trabalho, por um alojamento com mais conforto e nem tampouco pelos benefícios sociais que as leis trabalhistas lhes garantem. Muitos sequer conhecem os seus direitos, o que dificulta a luta política dos trabalhadores para o enfrentamento do poder destrutivo do capital. Os trabalhadores vivem num estado de letargia em decorrência do processo de alienação que o capital provoca. Diante disso nota-se que o sindicato dos trabalhadores rurais não tem dado conta de uma de suas funções primordiais que é a formação política do trabalhador para encarar os desafios que se apresentam no dia a dia.

Do ponto de vista do proprietário, a reestruturação produtiva do capital possibilitou, para alguns, a modernização da agricultura por meio de insumos, implementos e máquinas. Isto fez com que aumentasse realmente a produtividade e, conseqüentemente, a rentabilidade. Mas, devido aos altos custos que este investimento requer, uma grande parcela de pequenos produtores foram excluídos do processo, o que fez com que muitos abandonassem a cafeicultura e passassem para outro tipo de atividade no campo.

O pequeno produtor que insistiu em incrementar sua produção, por meio de empréstimos bancários, acabou perdendo suas terras, hipotecadas como garantia da quitação do empréstimo.

A pesquisa revelou que os programas do governo de incentivo à agricultura, também acabam excluindo o pequeno produtor. Pois, os trâmites legais para se ter acesso a estes programas são burocráticos e bastante seletivos. Além disso, é constatado que os pequenos produtores, principalmente os que praticam a agricultura familiar não se adequam aos critérios exigidos para participar destes programas.

Pelas razões aqui expostas é possível afirmar que o processo de modernização da agricultura foi e é ainda incompleto e excludente.

No que se refere à cafeicultura em Barra do Choça, esta atividade viveu um período de crise, devido à grande oferta do produto no mercado e à queda dos preços do grão. Como o capitalismo tem a necessidade tanto de produzir crises, quanto de criar estratégias para superá-las, a alternativa apresentada foi a de modernização da agricultura cafeeira para que a mesma realizasse intervenções na tentativa de superar as adversidades. Foi aí que o capital se reestruturou na agroindústria cafeeira de Barra do Choça, fazendo com que os produtores investissem em máquinas e insumos, para aumentar a produtividade e os lucros.

Nota-se, no entanto, que com o investimento na aquisição de máquinas, o trabalhador é mais uma vez atingido em cheio, já que aos poucos a mão-de-obra do catador vai desaparecendo, pois uma colheitadeira de café supre a mão-de-obra de cento e cinquenta trabalhadores. Ao adquirir tais máquinas a idéia do produtor é também de livrar-se da legislação trabalhista e produzir mais em menos tempo.

Pelo exposto, constata-se que a agricultura cafeeira de Barra do Choça não foge aos padrões da agricultura brasileira e baiana, pois ela também concentra renda, propriedade, monopoliza a terra, expropria, destrói as pequenas propriedades e submete os trabalhadores a condições precárias de trabalho e moradia.

Em outra direção de análise, na medida que os produtores investem em máquinas, se esquecem de propiciar aos trabalhadores, um local de trabalho com mais conforto e dignidade. No entanto, foi verificado que alguns já se preocupam em oferecer uma melhor infra-estrutura no que diz respeito ao conforto do trabalhador. Porém, a maioria ainda relega o trabalhador às péssimas condições de trabalho.

Os apontamentos aqui evidenciados nos fazem acreditar que a reestruturação produtiva do capital é responsável pela precarização do trabalho nos dias atuais.

Em última análise, ao focar os rebatimentos destes processos no espaço da unidade cafeeira (produção) e no espaço de moradia dos trabalhadores (reprodução) vê-se que a desigualdade na produção do espaço na unidade cafeeira revela a divisão territorial do trabalho, cabendo aos trabalhadores um espaço precário por serem compreendidos como força

de trabalho temporária e, portanto, descartável e aos proprietários e gerentes um espaço sofisticado e confortável.

Por sua vez, a realidade apresentada nas áreas residenciais confirma a existência de segregação sócio-espacial que se manifesta não apenas na sua localização nos limites últimos da malha urbana, mas também no que se refere ao nível das habitações, no abandono de áreas verdes e institucionais e ainda pela dificuldade de acessibilidade física e social aos equipamentos e serviços coletivos urbanos.

Vê-se, então, que a produção desigual do espaço se expressa, por um lado, pela pujança dos latifúndios cafeeiros ao lado da pequena propriedade e, por outro pela segregação urbana revelada pela produção desigual do espaço urbano em que bairros nobres (com farta infra-estrutura e saneamento básico), convivem com bairros com “superposição territorial das precariedades”, onde moram os trabalhadores.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, Giovani. **Dimensões da reestruturação produtiva** – ensaios de sociologia do trabalho. Londrina: Praxis, 2007.

ALVES, Giovani. **O novo e o precário mundo do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2000.

ANDRADE, Manuel Correia. **A terra e o homem no Nordeste**. São Paulo: Brasiliense, 1973.

ANDRADE, Manuel Correia. **Latifúndio e reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Duas Cidades, 1980.

ANTUNES, Ricardo. (Org). **A dialética do trabalho**. Escritos de Marx e Engels. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** São Paulo: Cortez, 1995.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.

ANTUNES, Ricardo; SILVA, Maria Aparecida Moraes. (Orgs.) **O avesso do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

ASSIS, José Carlos de. **Trabalho como direito**. Fundamentos para uma política de promoção do pleno emprego no Brasil. Rio de Janeiro: Contraponto, 2002.

ATLAS de Desenvolvimento Humano no Brasil. 2003. **PNUD**. Disponível em: <www.pnud.org.br/atlas/> Acesso em: 20 mar 2008.

BADUEL WANDERLEY, Maria de Nazareth. **A ruralidade no Brasil moderno**. Por um pacto social pelo desenvolvimento rural. Buenos Aires, Argentina. 2001. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/libros/rural/wanderley.pdf>> Acesso em: 10 mar 2009.

BELIK, Walter. **Avaliação da operacionalização do programa PRONAF**. Disponível em: <www.eco.unicamp.br/artigos/artigo175.htm>. Acesso em: 31 mar 2009.

BENKO, George. **Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

CANO, Wilson. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. São Paulo: Paz e Terra, 1980.

CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. (Orgs) **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro, 1995.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

COCCO, Giuseppe. **Trabalho e cidadania**. São Paulo: Cortez, 2000.

CPT revela dados sobre violência no campo. **Agência de Informação Frei Tito para a América Latina**. Disponível em: <www.edital.com.br> Acesso em: 20 mar 2009.

DAMIANI, Amélia L. **População e geografia**. São Paulo: Contexto, 1994.

DELGADO, Guilherme da Costa. **Capital Financeiro no Brasil**, São Paulo: Ícone, 1985.

DINIZ, Alexandre F. **Geografia da agricultura**. São Paulo: Difel, 1984.

DUTRA NETO, Claudionor. **Café e desenvolvimento sustentável**: Perspectivas para o Desenvolvimento Sustentável no Planalto de Vitória da Conquista. Vitória da Conquista: Brasil Artes Gráficas, 2004.

EDUARDO, Márcio Freitas. Território, Trabalho e Poder: por uma Geografia relacional. Campo-Território. **Revista de Geografia Agrária**, v.1, n.2, p.173-195, ago 2006.

FELICIANO, Carlos Alberto. **Movimento camponês rebelde**: a reforma agrária no Brasil. São Paulo: Contexto, 2006.

FERREIRA, Darlene Aparecida de Oliveira. **Geografia Agrária no Brasil**: conceituação e periodização. São Paulo. Terra Livre. nº16, p. 39-70 1º semestre/2001.

FERREIRA, Darlene Aparecida de Oliveira. **Mundo rural e geografia**. Geografia agrária no Brasil: 1930-1990. São Paulo: UNESP, 2002.

FERREIRA, Pinto. **Curso de Direito Agrário**. São Paulo: Saraiva, 1994. Glossário

FRANCESCONI, Léa. Trabalho, tema de pesquisa geográfica. In: **Revista do Departamento de Geografia**. São Paulo: FFLCH/USP, 2007.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Nacional: 1979.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

GONÇALVES, Marcelino Alves. Reestruturação Produtiva e Precarização das Relações de Trabalho. **Pegada Eletrônica**: UNESP / Presidente Prudente, v.2, 2001. Disponível em: <www2.fct.unesp.br/ceget/pegada.htm> Acesso em: 30 jun 2007.

GORZ, André. **Adeus ao proletariado**. Rio de Janeiro: Forense, 1982.

GRAZIANO DA SILVA, José. **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura**. São Paulo: Editora HUCITEC, 1980.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A dinâmica da agricultura brasileira**. São Paulo: Unicamp, 1993.

GRAZIANO DA SILVA, José. **Agricultura familiar e tecnologia**. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1999a.

GRAZIANO DA SILVA, José. **O novo rural brasileiro**. Campinas: Instituto de Economia Unicamp, 1999.

GRAZIANO DA SILVA, José. **O que é questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

GRZYBOWSKI, Cândido. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no Campo**. Rio de Janeiro: Vozes, 1987.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.

GUIMARÃES, Marlene Maria Moreira. Crise, reestruturação produtiva e trabalho nas regiões metropolitanas brasileiras. **Scripta Nova**. Revista Eletrônica de Geografia e Ciências Sociais: Universidad de Barcelona. Vol. VI, n. 119, 1 de agosto de 2002. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn119-62.htm>> Acesso em: 27 fev 2008.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1993.

HOBBSBAWM, Eric. **A era dos extremos**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

HUBERMAN, Léo. **História da riqueza do homem**. Rio de Janeiro: LTC, 1986.

IKUTA, Fernanda K. **A Questão da moradia para além de quatro paredes**: uma reflexão sobre a fragmentação dos momentos sociais da produção e da reprodução em Presidente Prudente/SP. Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2003. Dissertação (mestrado)

KAGEYAMA, Ângela Antônia. Algumas características dos imóveis rurais no Brasil. **Reforma Agrária**. Campinas/SP. V. 6, n. 4, 1987

KURZ, Robert. **O colapso da modernização**. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LEFÈBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Tradução Sérgio Martins. Revisão Margarida Maria de Andrade. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

LEFÈBVRE, Henri. **Espacio y política**. Barcelona: Ediciones Península, 1973.

LEFÈBVRE, Henri. **O direito à cidade**. 2. ed. Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

LEITE, Márcia de Paula (Org). **O trabalho em movimento**. Reestruturação produtiva e sindicatos no Brasil. Campinas, SP: Papirus, 1997.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. O conceito de espaço rural em questão. São Paulo: **Terra Livre**. Ano 18, n.19, p.95-122, Jul./Dez. 2002.

MARTIN, Jean-Yves. A geograficidade dos movimentos socioespaciais. In: **Caderno Prudentino de Geografia**. Geografia, movimentos sociais, natureza. Presidente Prudente/SP: AGB – Seção Local, 1997.

MARTINEZ, Paulo. **Reforma agrária**. São Paulo: Moderna, 1987.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **Reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

MENEZES, Ana Virgínia Costa de. **Estado e organização do espaço semi-árido Sergipano**. Aracaju: UFS-NPGeo, 1999.

MENEZES, Ana Virgínia Costa de. et al. (Org). **Organização e dinâmica do espaço agrário e regional**. São Cristóvão: UFS-NPGeo, 2003.

MÉZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo/Unicamp, 2002.

MIORIM, Vera Maria F. O novo papel do Estado. In: MENEZES, Ana Virgínia Costa de. et al. (Org). **Organização e dinâmica do espaço agrário e regional**. São Cristóvão: UFS-NPGeo, 2003.

MOREIRA, Ruy. Da região à rede e ao lugar: a nova realidade e o novo olhar geográfico sobre o mundo. In: **Ciência Geográfica**, ano III, nº 6. Bauru: AGB, 1996.

MOREIRA, Ruy. Inovações tecnológicas e novas formas de gestão do trabalho. **Trabalho e tecnologia**. São Paulo: UNITRABALHO, 1998.

MOREIRA, Ruy. **O círculo e a espiral**. A crise paradigmática do mundo moderno. Rio de Janeiro: Obra aberta, 1993.

MOREIRA, Ruy. **O que é geografia**. 7. ed. São Paulo: Brasiliense S.A., 1988.

MOREIRA, Ruy. Espaço, rede e meio ambiente. **Ciência Geográfica**, v.00, p.12-20, 2007.

MOREIRA, Ruy. **Os quatro modelos de espaço tempo e a reestruturação**. Disponível em: <www.uff.br/geografia/rev_07/ruy7.prf> Acesso em: 24 set 2008.

MOREIRA, Ruy. **Para onde vai o pensamento geográfico?** Por uma epistemologia crítica. São Paulo: Contexto, 2006.

MOREIRA, Ruy. Repensando a geografia. In: SANTOS, Milton. (Org). **Novos Rumos da geografia brasileira**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

MOREIRA, Ruy. Trabalho e movimentos sociais no Brasil: Um diálogo possível no âmbito da luta emancipatória? **Revista Pegada Eletrônica**, Vol. 4, n. 1, 2003. Disponível em: <www.prudente.unesp.br/ceget/pegada/pegesp2.htm> Acesso em: 20 fev 2009.

MÜLLER, Geraldo. **Complexo Agroindustrial e Modernização Agrária**. São Paulo: Hucitec, 1989.

NAVARRO, Vera Lúcia. **Trabalho e trabalhadores do calçado**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

NETO, Euclides. **Trilhas da reforma agrária**. Salvador: Litera, 1999.

NOGUEIRA, Cláudia Mazzei. **O trabalho duplicado**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A Geografia das lutas no campo**. São Paulo: Contexto, 1989.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo capitalista de produção e agricultura**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1987.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica a razão dualista – O Ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião**. São Paulo: Paz e Terra, 1977.

ORGANISTA, José Henrique C. **O debate sobre a centralidade do trabalho**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

PAULINO, Eliane Tomiasi. Sujeição da renda camponesa da terra no contexto da monopolização do território pelo capital. **Revista eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros** – Seção Sete Lagoas. Três Lagoas, v.1 – nº1 – ano 1, Novembro, 2004.

PRADO JÚNIOR, Caio. **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

PRIEB, Sérgio. **O trabalho à beira do abismo**. Uma crítica marxista à tese do fim da centralidade do trabalho. Injuí, RS: Editora Injuí, 2005.

RAFFESTIN, Cloud. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RESENDE, Marcelo e MENDONÇA, Maria Luisa. **Violência no Campo**. Disponível em: <www.acaoterra.org/display.php?article=287> Acesso em: 15 fev 2009.

RUA, João. Urbanidades no Rural: o dever de novas territorialidades. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**. Uberlândia, v.1, n.1, p.82-106, fev.2006.

RUA, João. A Resignificação do Rural e as Relações Campo-Cidade: uma contribuição geográfica. **Revista da ANPEGE**, ano1, n.1, Curitiba-PR, 2003.

SANTOS, Antônio Luiz. **A produção de riqueza e miséria na cafeicultura**: as transformações recentes do espaço rural nos municípios Vitória da Conquista e Barra do Choça – BA. Recife: Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, 1987. (Dissertação de Mestrado).

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. 4. ed. São Paulo: Nobel, 1997.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1991.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1980.

SANTOS, Régis Ricci dos. A territorialização do capital e as relações camponesas de produção. **Campo-Território**: revista de Geografia Agrária, v2, n.3, fev, 2007.

SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Novos Mundos Rurais Baianos**. Salvador: SEI,1999. Disponível em: <www.sei.ba.gov.br> Acesso em: 9 nov 2008.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Errantes do fim de século**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

SILVA, Severino Vicente da. (org.) **A igreja e a questão agrária no Nordeste**. São Paulo: Paulinas, 1986.

SOUZA, Maria Laura. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: **Geografia: Conceitos e Temas**. CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. (Orgs.).Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. 77-116.

SORJ, Bernardo. **Estado e classes sociais na agricultura brasileira**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

TEIXEIRA, Lodenir Calixto. Modernização da agricultura no Brasil: impactos econômicos, sociais e ambientais. **Revista Eletrônica da Associação do Geógrafos Brasileiros** – seção Três Lagoas. v2 – nº 2 – ano 2, Setembro da 2005. Disponível em: <www.ceul.ufms.br/revista-geo/jodenir.pdf> Acesso em: 29 mar 2009.

THOMAZ JÚNIOR, Antônio. A geografia do mundo do trabalho na viragem do século XXI. **Revista Geosul**, Florianópolis, n.37, jan, jun, 2004.

THOMAZ JÚNIOR, Antônio. A modernização da agricultura e os impactos sobre o trabalho. **Scripta Nova**. Revista Eletrônica de Geografia e Ciências Sociais: Universidad de Barcelona. ISSN: 1138-9788. Depósito Legal: B. 21.741-98 Vol. VI, núm. 119 (31), 1 de agosto de 2002. Disponível em: < <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn119-62.htm>> Acesso em: 29 mar 2009.

THOMAZ JÚNIOR, Antônio. **(Des)ordem societária e territorial do trabalho**. São Paulo, 2002. Disponível em: <www.prudente.unesp.br/ceget> Acesso em: 30 abr 2009.

THOMAZ JÚNIOR, Antônio. A terceirização no contrapasso da ação sindical: o pulo do gato dos anos 90. In: **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente,1994. n.16, p. 168-186.

THOMAZ JÚNIOR, Antônio. Leitura geográfica da práxis social do trabalho. **Abalar**. Santiago de Compostela, 2005. n. 5.

THOMAZ JÚNIOR, Antônio. O mundo do trabalho e as transformações territoriais: os limites da 'leitura' geográfica. **Revista Pegada Eletrônica**, Presidente Prudente, 2002. v. 3, n. 1.

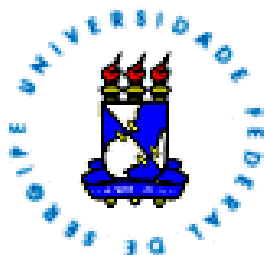
THOMAZ JÚNIOR, Antônio. Por trás dos canaviais e nós da cana. **Revista eletrônica de Geografia e Ciências Sociais**: Scripta Vetera: Universidades de Barcelona. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2002. Acesso em: 07 jul de 2007.

THOMAZ JÚNIOR, Antônio. Por uma geografia do trabalho. **IV Colóquio Internacional de Geocrítica**. Barcelona, 2002. Disponível em:
<www.prudente.unesp.br/ceget/pegada/pegesp2.htm> Acesso em: 28 set 2008.

VALVERDE, Orlando. **Estudos sobre a Geografia Agrária**. São Paulo: HUCITEC, 1980.

VALVERDE, Orlando. Metodologia da Geografia Agrária. In: VALVERDE, O. **Geografia Agrária do Brasil**. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisas Educacionais, 1964.

ANEXOS



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa
Núcleo de Pós-Graduação em Geografia

Formulário de Pesquisa (Proprietário)

1. Dados pessoais:

Sexo: ☐ masculino ☐ feminino

Estado civil: ☐ Casado ☐ solteiro Outro: _____

Local de Residência:

Nível de Escolaridade: ☐ Analfabeto

☐ Ensino fundamental ☐ concluído ☐ em andamento

☐ Ensino médio ☐ concluído ☐ em andamento

☐ Ensino superior ☐ concluído ☐ em andamento

☐ Pós-graduação: ☐ Especialização ☐ Mestrado

☐ Doutorado ☐ Pós-doutorado.

Caso tenha nível superior, qual a sua profissão? _____

Possui alguma atividade que complemente a de agricultor?

2. Dados da Propriedade:

Condição da propriedade.

☐ Própria ☐ Arrendada ☐ Herança sem inventário

☐ Hipotecada ☐ Outro _____

Quanto ao tamanho da propriedade.

☐ De 1 a 5 Hectares

☐ De 6 a 10 Hectares

☐ De 11 a 15 Hectares

☐ Mais de 16

Quanto ao grau de fertilidade do solo na propriedade, considera:

- ☐ Próprio para o cultivo do café não necessitando de adubação artificial.
- ☐ Próprio para o cultivo do café, mas necessitando de adubação artificial.
- ☐ Impróprio para o cultivo do café necessitando de intensa adubação artificial.
- ☐ Outro _____

O Cultivo na propriedade caracteriza-se:

- ☐ Pela Monocultura cafeeira
- ☐ Pela Policultura: ☐ Café com mandioca ☐ Café com banana
- ☐ Outro _____

3. Características Infra-Estruturais para o Cultivo do Café na Propriedade:

Quais os equipamentos que são utilizados na produção cafeeira?

- ☐ Despoldador ☐ Secador ☐ Lavador ☐ Arruador
- ☐ Trator ☐ Roçadeira ☐ Aplicador de herbicida.
- ☐ Outros: _____

Possui algum equipamento que substitui a mão-de-obra humana?

- ☐ Sim ☐ Não ☐ As vezes.

Quais? _____

Quais os tipos de insumos utilizados na agricultura cafeeira?

- ☐ herbicida ☐ inseticida ☐ fungicida ☐ bactericida
- ☐ adubo químico ☐ Outros _____

O financiamento da lavoura foi:

- ☐ Investimento Próprio
- ☐ Financiamento Bancário Qual? _____
- ☐ Cultivo consorciado
- ☐ Outro _____

4. Relações de Trabalho praticadas na propriedade:

Vínculo Empregatício dos Trabalhadores:

- ☐ Carteira Assinada
- ☐ Contrato de Trabalho Rural
- ☐ Sem contrato assinado
- ☐ Outro _____

Há necessidade de mão-de-obra especializada para determinadas etapas da produção cafeeira?

() Sim () Não

Em caso afirmativo, justificar? _____

Como é realizada a remuneração dos trabalhadores?

() Pagamento em dinheiro

() Pagamento em vale

() Depósito Bancário

() Outro _____

Frequência do Pagamento:

() Diário

() Semanal

() Quinzenal

() Mensal

() Outro _____

No período da Colheita com é feito o recrutamento de trabalhadores?

() Contrata trabalho temporário do próprio município

() Contrata trabalho temporário de outros Municípios

() Outro(s) _____

Homens e mulheres possuem igual remuneração?

() Sim () Não

Em caso negativo, justifique _____

5. Relações Comerciais:

Quais os seus parceiros comerciais para compra de material? _____

Quais os seus parceiros comerciais para venda do café? _____

Forma de comercialização do Café:

() Grão in natura

() Grão beneficiado

() Café torrado e moído

() Outro(s) _____

Onde é feito o beneficiamento do Café:

() Na própria fazenda

() No próprio Município

() Em Vitória da Conquista



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa
Núcleo de Pós-Graduação em Geografia

Formulário de Pesquisa (Trabalhador)

Dados pessoais:

1. Sexo: () Feminino () Masculino
2. Idade: _____
3. Estado civil: () solteiro/a () casado/a () divorciado/a
4. Grau de escolaridade:
- () ensino fundamental: () concluído () em andamento
- () ensino médio: () concluído () em andamento
- Local de Moradia:

Dados sobre as Condições de Trabalho:

5. Qual é a forma de pagamento pelo seu trabalho?
- () produção () por dia () semanal () mensal
- () outra _____
6. Quanto você produz em média por dia de café colhido?
- () 1 a 5 latas
- () 6 a 10 latas
- () 10 a 15 latas
- () acima de 15 latas.
7. Qual a relação de trabalho?
- () parceria () empreitada () assalariado
- () meeiro () outro _____
8. É morador da propriedade?
- () sim () não

Identifique o local de residência: _____

De quanto em quanto tempo você vai à sua residência? _____

09. Qual(is) equipamento(s) de segurança utiliza no trabalho para proteção pessoal?

() Chapéu () Luvas () Máscara () Botas

() Outro _____

10. Em caso de acidente o que faz:

() Procura o proprietário para providências

() Procura por conta própria um posto de saúde

() Outro _____

11. Quem fornece alimentação para vocês? _____

12. Você participa de algum sindicato?

() sim () não

Em caso afirmativo, qual e por que: _____

13. Qual o seu grau de satisfação com este tipo de trabalho?

() satisfeito () insatisfeito () mais ou menos

Justificar: _____

14. Que tipo de vínculo possui com o proprietário

() Carteira Assinada

() Contrato de Trabalho Rural

() Não possui Carteira Assinada nem contrato é diarista.

() Outro _____

15. Quantas horas trabalha por dia?

() 6h. () menos de 6 horas.

() 7h. () 8h. () mais de 8 horas

16. Que meio de transporte você utiliza para chegar ao local de trabalho?

() ônibus () caminhão () outros _____

17. Trabalha sozinho ou com a família? _____